



ANDRÉ LUIZ FERREIRA DA SILVA

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**LAVRAS – MG
2025**

ANDRÉ LUIZ FERREIRA DA SILVA

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Doutorado em Engenharia Florestal, Linha de em Ciências Florestais, como requisito para obtenção do título de Doutor.

Profa. Dra. Renata Dias Françoso Brandão
Orientadora

Prof. Dr. Felipe Santana Machado
Coorientador

**LAVRAS – MG
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Silva, André Ferreira da.

O patrimônio histórico-cultural em Unidades de Conservação /
André Ferreira da Silva. - 2025.

118 p.

Orientador(a): Renata Dias França Brandão.

Tese (doutorado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras,
2024.

Bibliografia.

1. FOFA. 2. Identidade cultural. 3. Bem cultural. 4. Gestão
compartilhada. 5. Desterritorialização. I. Brandão, Renata Dias
França. II. Título.

ANDRÉ LUIZ FERREIRA DA SILVA

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

HISTORICAL-CULTURAL HERITAGE IN CONSERVATION UNITS

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em engenharia Florestal, área de concentração em Ciências Florestais, para obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 24 de junho de 2024.

Prof. Dra. Renata Dias Francoso Brandão – UFLA

Prof. Dr. Sergio Domingos Simao - UFLA

Prof. Dra. Rosangela Alves Tristão Borém - UFLA

Prof. Dr. Geraldo Majela Moraes Salvio - IFSUDESTE MG

Prof. Dr. Felipe Santana Machado – UFLA

Documento assinado digitalmente
 **RENATA DIAS FRANCO SO BRANDAO**
Data: 12/02/2025 11:22:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Renata Dias Françoso Brandão
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE SANTANA MACHADO**
Data: 12/02/2025 22:13:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Santana Machado
Coorientador

LAVRAS – MG
2025

Dedicatória

A meu Pai, Fabiano, (*in memoriam*)

à minha Mãe, Maria Ermínia e

à minha Esposa, Cida Faleiro,

pelo grande incentivo e companheirismo.

A meu Pai, principalmente, dedico e compartilho a realização desse sonho.

Peço desculpa pelos momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, G.:A.:D.:U.:., pelo suporte espiritual, por me abençoar, diariamente, iluminando meu caminho e, principalmente, por ter colocado pessoas maravilhosas ao meu lado.

A meu pai, Fabiano (*in memoriam*), que saudade, e a minha mãe, Maria Ermínia, exemplos de pessoas, que me deram a oportunidade, durante toda a minha vida, de estudar. Obrigado por terem me apoiado em todos os momentos, sempre, incentivando-me e orgulhando-se a cada pequena conquista. Essa vitória é nossa! Te amo Pai.

À minha família, pedra fundamental da sociedade, agradeço pelo apoio e incentivo constante. Também, a meus irmãos, cunhados e sobrinhos.

A minha Esposa, Cida Faleiro, pelo apoio dado nos momentos mais difíceis. Pela infinita paciência e pelo esforço em me acompanhar.

À orientadora e professora Renata, agradeço por ter acreditado em mim, confiado em meu trabalho e pelo incentivo imprescindível para que várias conquistas fossem alcançadas.

Ao meu Amigo e Coorientador, Professor Felipe, agradeço muito pelo apoio no direcionamento do trabalho e por dedicar comigo esse momento. Você me incentivou muito e, hoje, tenho muita admiração pelo seu profissionalismo.

À professora Rosângela Borém, agradeço muito pela amizade, incentivo e carinho comigo. Vejo você como uma grande inspiração para o processo de construção do ser. Sou eternamente grato, pelo aprendizado e crescimento que me proporcionou.

Aos professores Geraldo Magela, Túlio e Adriana Barreto, agradeço pelo incentivo e por aceitarem fazer parte das Bancas Examinadoras (respectivamente, defesa da tese e projeto), contribuindo para a melhoria do meu trabalho e, também, por auxiliarem a minha formação.

Ao professor Marco Aurélio, agradeço pela confiança e incentivo em meu trabalho. Mestre que inspira a qualquer aluno como professor. Minha gratidão pelos ensinamentos.

Aos professores Luiz Antônio e Calegário, gratidão imensa pelos ensinamentos e ajuda nos momentos em que precisei.

Agradeço à UFLA e a todos os docentes do Programa de Engenharia Florestal, pelo carinho e atenção de cada um, pois contribuíram imensamente para o processo de tornar-me pesquisador.

Ao meu amigo e, hoje, professor Aloísio (Lô), muito obrigado pela força e incentivo nos diversos momentos vivenciados.

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.*

Guimarães Rosa

RESUMO

Com a implantação das UCs, diversas comunidades podem perder o território simbólico e senso de lugar, o que pode resultar na desidentidade. Os sentimentos rompidos podem acarretar menos proteção ao meio ambiente. Supõe-se que muitos gestores e a própria comunidade ainda não atinaram para a importância de manter vivas as identidades culturais, uma vez que, nesses espaços, as populações estabelecem relações de suas manifestações humanas e culturais com o meio natural, mantendo a identidade do local. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a abordagem do Patrimônio Histórico-Cultural dentro de Unidades de Conservação. Este estudo utilizou a abordagem de Métodos Mistos na perspectiva *sequential explanatory strategy*. Foram selecionados, dentro do grupo de Unidade de Conservação de Proteção Integral, os Parques Nacionais e Estaduais do Estado de Minas Gerais, com alguns critérios de exclusão. O presente estudo foi dividido em fases. Na primeira fase, foi realizada uma pesquisa documental de planos de manejo dos parques para caracterizar as Unidades de Conservação e verificar a existência de ações específicas relativas aos aspectos histórico-culturais nos Planos de Manejo, bem como a existência ou menção de Bens Culturais. Classificam-se as características relacionadas ao patrimônio histórico-cultural em pontos “fortes” e “fracos”. Para analisar estes pontos e direcionar as atitudes, utilizou-se a matriz SWOT e a Evaluative Assertion Analysis (EAA), também, conhecida como Análise de Avaliação, recorrendo a um esquema de classificação negativa e positiva. No segundo momento, os dados foram coletados via questionário estruturado, utilizando a ferramenta do Google formulários, enviados aos gestores e visitantes dos parques de forma geral. Os dados foram tabulados, após terem sido categorizados. Foram consideradas algumas variáveis nominais, extraídas dos textos que apresentaram relação com os termos, que descrevem a amostra. Definiu-se a frequência absoluta das variáveis nominais, como sendo o número de vezes que esse valor ocorre nesta amostra, após, definiu-se a frequência relativa das variáveis nominais. Os dados foram analisados com base na Estatística Descritiva, com apresentação de forma descritiva e argumentativa sobre os dados. No terceiro momento, foi realizado um estudo de abordagem quantitativo, a partir da análise Exploratória e Descritiva dos dados, visando obter informações e variáveis. Foi realizada na avaliação dos Planos de Manejos dos Parques Estaduais. Foi utilizada a Análise de Avaliação com proposta de medir as atitudes e matriz FOFA, demonstrando pontos fortes e fracos que podem ser potencializados. Foi realizada, também, a análise de componentes principais, utilizando a função *PCA* do pacote *MVar.pt* do programa estatístico R e a análise de cluster hierárquica. Os resultados analisados contribuíram para observar a falta de gestão quanto ao bem cultural e inexistência de ações de proteção e conservação pelos órgãos gestores. Nota-se que a conservação é fator inerente como estratégia para muitas UCs, contribuindo para uma relação natureza e cultura, pois, em diversas áreas protegidas, povos deixaram a sua identidade cultural. Foram identificados o valor de importância que os atores sociais, bem como gestores e sociedade residente e resistente no processo de conservação dos bens culturais, podendo, assim, resultar na formação do sentimento de pertencimento. Acredita-se neste sentido, que evidenciar a importância da participação social, possibilita alcançar mudanças positivas a partir do diálogo e da aproximação das partes envolvidas, além de surgirem novas estratégias compactuadas, objetivando-se a manter viva a identidade e cultura, amenizando os desafios da conservação e a relação entre história, sociedade e gestão, dentro das UCs.

Palavras-chave: FOFA; Identidade Cultural; Bem Cultural; Gestão Compartilhada; Desterritorialização.

ABSTRACT

With the implementation of Conservation Units, many communities may lose their symbolic territory and sense of place, which may result in a loss of identity. Broken feelings may result in less protection for the environment. It is assumed that many managers and the community itself have not yet realized the importance of keeping cultural identities alive, since in these spaces, populations establish relationships between their human and cultural manifestations and the natural environment, maintaining the identity of the place. The present research aimed to analyze the approach to Historical-Cultural Heritage within Conservation Units. This study used the Mixed Methods approach from the sequential explanatory strategy perspective. The National and State Parks of the State of Minas Gerais were selected from the group of Full Protection Conservation Units, with some exclusion criteria. The present study was divided into phases. In the first phase, a documentary research of park management plans was carried out to characterize the Conservation Units; and verify the existence of specific actions related to historical-cultural aspects in the Management Plans, as well as the existence or mention of Cultural Assets. We classified the characteristics related to historical-cultural heritage into “strengths” and “weaknesses”. To analyze these points, we used the SWOT matrix and Evaluative Assertion Analysis (EAA), also known as Assessment Analysis. This analysis was used to direct attitudes, using a negative and positive classification scheme. In the second stage, data were collected via a structured questionnaire, using the Google Forms tool, sent to park managers and visitors in general. The data were tabulated after being categorized. Some nominal variables were considered extracted from the texts that presented a relationship with the terms that describe our sample. We defined the absolute frequency of the nominal variables as the number of times that this value occurs in this sample, after which we defined the relative frequency of the nominal variables. The data were analyzed based on Descriptive Statistics, with a descriptive and argumentative presentation of the data. In the third stage, a quantitative approach study was carried out, based on exploration and descriptive data analysis, aiming to obtain information and variables. An evaluation of the State Parks Management Plans was carried out. Some variables were found regarding the Conservation Unit, regarding the cultural asset and regarding the Management Plan. Evaluation Analysis was used with the proposal to measure attitudes and the SWOT matrix, demonstrating strengths and weaknesses that can be enhanced. Principal component analysis was also carried out, using the PCA function of the MVar.pt package of the R statistical program and hierarchical cluster analysis. The results analyzed contributed to observing the lack of management regarding the cultural asset and the lack of protection and conservation actions by the managing bodies. It is noted that conservation is an inherent factor as a strategy for many UCs, contributing to a relationship between nature and culture, since, in several protected areas, people have left their cultural identity. The importance of social actors, as well as managers and the resident and resistant society in the process of conservation of cultural assets was identified, which can thus result in the formation of a sense of belonging. In this sense, we believe that highlighting the importance of social participation makes it possible to achieve positive changes through dialogue and the rapprochement of the parties involved, in addition to the emergence of new agreed strategies, aiming to keep identity and culture alive, mitigating the challenges of conservation and the relationship between history, society and management, within the CUs.

Keywords: SWOT; cultural identity; cultural asset; shared management; deterritorialization.

INDICADORES DE IMPACTO

A tese "O Patrimônio Histórico-Cultural em Unidades de Conservação" apresenta impactos significativos em diversas áreas. Destaca-se o fortalecimento do sentimento de pertencimento das comunidades residentes e a promoção da participação social na gestão das Unidades de Conservação (UCs), fomentando o empoderamento socioeconômico local. Culturalmente, a pesquisa valoriza a preservação de identidades e memórias coletivas, promovendo a educação patrimonial e o reconhecimento da importância dos bens culturais materiais e imateriais. Embora os impactos econômicos não sejam o foco central, a tese sugere que a valorização do patrimônio histórico-cultural pode impulsionar o turismo cultural e o desenvolvimento local, criando oportunidades de trabalho e geração de renda. No aspecto ambiental, destaca-se a integração entre conservação da biodiversidade e proteção do patrimônio cultural, promovendo práticas sustentáveis e a gestão compartilhada dos recursos naturais. A pesquisa contribui para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com destaque para o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao promover a preservação do patrimônio cultural e o planejamento participativo nas UCs; o ODS 15 (Vida Terrestre), ao incentivar a conservação da biodiversidade integrada ao patrimônio histórico-cultural; o ODS 4 (Educação de Qualidade), ao valorizar a educação patrimonial e o desenvolvimento de práticas educativas que conectam cultura e meio ambiente; o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao fortalecer a participação social e a gestão democrática dos bens culturais e ambientais; e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao propor práticas de gestão que respeitem os recursos naturais e culturais de forma sustentável. Essa abordagem integrada reforça a relevância da pesquisa para a promoção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

IMPACT INDICATORS

The thesis "Historical-Cultural Heritage in Conservation Units" presents significant impacts in several areas. Of note is the strengthening of the sense of belonging of resident communities and the promotion of social participation in the management of Conservation Units (CUs), fostering local socioeconomic empowerment. Culturally, the research values the preservation of collective identities and memories, promoting heritage education and the recognition of the importance of tangible and intangible cultural assets. Although economic impacts are not the central focus, the thesis suggests that the appreciation of historical-cultural heritage can boost cultural tourism and local development, creating job opportunities and income generation. In the environmental aspect, the integration between biodiversity conservation and cultural heritage protection stands out, promoting sustainable practices and shared management of natural resources. The research contributes to several UN Sustainable Development Goals (SDGs), with emphasis on SDG 11 (Sustainable Cities and Communities), by promoting the preservation of cultural heritage and participatory planning in CUs; SDG 15 (Life on Land), by encouraging the conservation of biodiversity integrated with historical and cultural heritage; SDG 4 (Quality Education), by valuing heritage education and the development of educational practices that connect culture and the environment; SDG 16 (Peace, Justice and Strong Institutions), by strengthening social participation and the democratic management of cultural and environmental assets; and SDG 12 (Responsible Consumption and Production), by proposing management practices that respect natural and cultural resources in a sustainable way. This integrated approach reinforces the relevance of research for the promotion of more just, inclusive and sustainable societies.

LISTAS DE QUADROS

ARTIGO 1

QUADRO 01 – Data de criação do Parque, data de confecção do Plano de Manejo, área e bioma da Unidade de Conservação	43
QUADRO 02 – Diagnóstico da matriz FOFA considerando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à preservação do patrimônio histórico-cultural em dezoito parques no estado de Minas Gerais. Legenda: 0 – não informado, 1 – não possui, e 2 – possui	46
QUADRO 03 – Principais similaridades de forma geral dos subgrupos e porcentagens que surgiram observado nos Planos de Manejo quanto ao Patrimônio Histórico-cultural dos Parques Nacionais e Estaduais	52

ARTIGO 2

QUADRO 01 – Unidades de Conservação Pesquisadas – com características	65
QUADRO 02 – Taxonomia do valor do Patrimônio Histórico-Cultural.....	67
QUADRO 03 – Fluxograma de Fatores Organizacionais	71
QUADRO 04 – Distribuição DAP em (%)	77
QUADRO 05 – Distribuição DAP em (%) pelos visitantes.....	79

LISTAS DE GRÁFICOS

ARTIGO 1

GRÁFICO 01 – Cluster com os grupos relacionais por similaridade	51
GRÁFICO 02 – Principais Similaridades que surgiram dos Parques Nacionais e Estaduais...	52
GRÁFICO 03 – Fluxograma de relação entre similaridades e pontos negativos/positivos observados nos planos de manejo dos Parques Nacionais e Estaduais	53

ARTIGO 2

GRÁFICO 01 – Sexo dos Gestores	68
GRÁFICO 02 – Tempo de Serviço dos Gestores	69
GRÁFICO 03 – Sexo dos Visitantes	69
GRÁFICO 04 – Porcentagem dos Parques visitados	70
GRÁFICO 05 – Tempo que visitou ou visita o(s) Parque(s)	71
GRÁFICO 06 – Importância do Patrimônio Histórico-Cultural para área protegida	73
GRÁFICO 07 – Tipos de Ações de Proteção	74
GRÁFICO 08 – Valores mensais gastos pelos gestores	75
GRÁFICO 09 – Valores mensais estimados gastos pelos visitantes	76
GRÁFICO 10 – Distribuição DAP em (%) pelos gestores	78
GRÁFICO 11 – Distribuição da DAP pelo visitante	79
GRÁFICO 12 – Valor baseado na Taxonomia	80

ARTIGO 3

GRÁFICO 01 – Porcentagem explicada pelos componentes principais (Dimensions) quanto à Unidade de Conservação nos Parques Estaduais	92
GRÁFICO 02 – Contribuição das variáveis no componente principal 1 (Dim-1) utilizadas na Unidade de Conservação nos Parques Estaduais	93
GRÁFICO 03 – Contribuição das variáveis no componente principal 2 (Dim-2) utilizadas na Unidade de Conservação nos Parques Estaduais	94
GRÁFICO 04 – Contribuição das variáveis nos componentes principais (Dim-1 até Dim-5) utilizadas na Unidade de Conservação nos Parques Estaduais	95
GRÁFICO 05 – Análise de correlação nos componentes principais quanto a Unidade de Conservação nos Parques Estaduais	96

GRÁFICO 06 – Análise de Cluster hierárquica quanto a Unidade de Conservação nos Parques Estaduais	97
GRÁFICO 07 – Porcentagem explicada pelos componentes principais (Dimensions) quanto ao Bem Cultural nos Parques Estaduais	101
GRÁFICO 08 – Contribuição das variáveis no componente principal (Dim-1) utilizadas no Bem Cultural nos Parques Estaduais	102
GRÁFICO 09 – Contribuição das variáveis no componente principal (Dim-2) utilizadas no Bem Cultural nos Parques Estaduais	103
GRÁFICO 10 – Contribuição das variáveis nos componentes principais (Dim-1 até Dim-5) utilizadas no Bem Cultural nos Parques Estaduais	104
GRÁFICO 11 – Análise de correlação nos componentes principais quanto ao Bem cultural nos Parques Estaduais	105
GRÁFICO 12 – Análise de Cluster hierárquica quanto ao Bem Cultural nos Parques Estaduais	106
GRÁFICO 13 – Porcentagem explicada pelos componentes principais (Dimensions) quanto ao Plano de Manejo nos Parques Estaduais	109
GRÁFICO 14 – Contribuição das variáveis no componente principal (Dim-1) utilizadas no Plano de Manejo nos Parques Estaduais	110
GRÁFICO 15 – Contribuição das variáveis no componente principal (Dim-2) utilizadas no Plano de Manejo nos Parques Estaduais	111
GRÁFICO 16 - Contribuição das variáveis no componente principal (Dim-1 até Dim-5) utilizadas no Plano de Manejo nos Parques Estaduais	111
GRÁFICO 17 – Análise de correlação nos componentes principais quanto ao Plano de Manejo nos Parques Estaduais	112
GRÁFICO 18 – Análise de Cluster hierárquica quanto ao Plano de Manejo nos Parques Estaduais	113

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP	Áreas Protegidas
APEs	Áreas de Proteção Especial
CDB	Conservação da Diversidade Biológica
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
DAP	Disposição à Pagar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços
IEPHA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
IEF	Instituto Estadual de Florestas
MEA	Avaliação Ecosistêmica do Milênio
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MVC	Método de Valor Contigente
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PE	Parque Estadual
PHC	Patrimônio Histórico-Cultural
PM	Plano de Manejo
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PPP	Projeto Político Pedagógico
SBSTTA	Subsidiary Body on Scientific Technical and Technological Advice
SE	Serviço Ecosistêmico ou Serviços Ambientais
SEC	Serviço Ecosistêmico Cultural
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UC	Unidades de Conservação
UFLA	Universidade Federal de Lavras

UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	Que Patrimônio é esse? - Histórico e conceito	20
2.2	Relação do Patrimônio Histórico-Cultural e a Natureza	23
2.3	Planos de Manejo: contribuições para a gestão das UCs	26
2.4	Participação Social no Processo de criação das Unidades de Conservação	28
3	CONSIDERAÇÕES GERAIS	30
	REFERÊNCIAS	32
	SEGUNDA PARTE – ARTIGOS	35
	ARTIGO 1 - CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ASPECTOS DO PLANO DE MANEJO DE PARQUES DE MINAS GERAIS	35
1	INTRODUÇÃO	36
2	MATERIAL E MÉTODOS	39
2.1	Área de Estudo	39
2.2	Coleta de Dados e Análises	41
3	RESULTADOS	42
4	DISCUSSÃO	51
5	PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	54
	ARTIGO 2 - VALORIZAÇÃO E/OU VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: ESTUDO DE CASO DE ALGUNS PARQUES NO ESTADO DE MINAS GERAIS	58
1	Introdução	59
2	MATERIAL E MÉTODOS	61
2.1	Áreas de Estudo	61
2.2	Coleta e Análise dos Dados	62

2.3	Método de Valoração	64
3	RESULTADO.....	64
3.1	Características e respostas dos Gestores e Visitantes dos Parques	65
3.2	Quanto à existência e importância do Patrimônio Histórico-cultural nas UCs	68
3.4	Quanto à Governança e Gestão do Patrimônio Histórico-cultural, via Legislação Específica, nas UCs	70
3.5	Quanto à Conservação do Patrimônio Histórico-Cultural.....	71
3.6	Quanto à Inclusão e Equidade	73
3.7	Quanto à Valoração do Bem Cultural.....	74
4	DISCUSSÃO.....	77
5	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	80
	ARTIGO 3 - EFICIÊNCIA NA GESTÃO E NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO- CULTURAL: ESTUDO DE CASO DE PARQUES NO ESTADO DE MINAS GERAIS	83
1	INTRODUÇÃO	84
2	MATERIAL E MÉTODOS.....	86
2.1	Áreas de Estudo.....	86
2.2	Procedimentos Metodológicos.....	87
3	RESULTADOS.....	89
3.1	Quanto à Unidade de Conservação	89
4	DISCUSSÕES.....	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	115

1 INTRODUÇÃO

As Áreas Protegidas (AP) foram caracterizadas, como proposta, inicialmente, de acordo com o modelo norte-americano, de “natureza sem gente”, que tinha uma visão antropocêntrica. Esse modelo propunha a utilização dessas áreas para a visitação, não aceitando moradores dentro e no entorno. Nota-se que, esse processo pode gerar a expulsão ou deslocamento dessas comunidades, pois observavam a presença humana como devastadora (Franco; Schittini; Braz, 2015; Milano, 2000; Pádua, 2004; Diegues, 1992). Contudo, a criação de Unidades de Conservação (UCs) surgiu como uma importante estratégia de conservação e preservação da natureza como um todo.

Diversas discussões surgiram, tanto nacional e global, sobre esta questão. No final da década de 1980, discussões, de forma mais acentuada, sobre a relação das atividades humanas e o ambiente natural. (Franco; Schittini; Braz, 2015; Ascelrad, 2010; Milano, 2000; Diegues, 1992). Essa discussão tinha como objetivo a proposta de uma gestão compartilhada com as comunidades, em alguns modelos de áreas protegidas, pois a continuidade da falta de participação poderia afetar a base econômica local e, muitas vezes, sua cultura gerando conflitos ambientais, territoriais, sobreposição de reivindicações de segmentos sociais, portadores de identidade e lógicas culturais diferenciadas (Zhourri; Laschefski, 2017).

Para regulamentar estas áreas e contribuir para amenizar os conflitos criados pela expulsão ou deslocamento de populações, foi deliberado, no Brasil, por meio da Lei Federal nº 9.985 de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Essa lei determina grupos e categorias de Unidades de Conservação. De acordo com seus objetivos, a UC pode permitir ou não a presença de populações humanas e o uso dos recursos dentro das UCs¹. Para garantir alguns direitos destas comunidades, no SNUC, foi implementado o termo “população tradicional”, cuja representação se baseia em grupos humanos, culturalmente, diferenciados que vivem há, no mínimo, três gerações e que dependem do meio natural para sua subsistência (SNUC, 2000). Inicialmente, houve o veto do presidente da República na

¹ Em algumas UCs, a presença de moradores não é permitida em seu interior. Outro aspecto relevante, estabelecido no SNUC e no Decreto Federal n.º 6.040/2007, é que as comunidades tradicionais tenham seus meios de subsistência garantidos dentro das UCs, conforme estabelecido no plano de manejo e em UCs de Proteção Integral, até que sejam reassentadas. Caso não seja possível este intento de forma breve, é assinado um termo de compromisso entre o órgão executor e as populações, o qual estabelece as áreas ocupadas, limitações de conservação, deveres do órgão executor, garantias de acesso às fontes de subsistência e conservação do modo de vida das populações. (BRASIL, 2000a; 2007b)

época, por apresentar uma amplitude deste conceito, sendo o SNUC regulamentado posteriormente.

Em 2007, ampliou-se a discussão sobre o tema “Populações Tradicionais” com o Decreto nº 6.040. Assim, surgiu nova definição em que se acrescentou formas próprias de organização social: ocupantes e usuários nos territórios e de seus recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica; geradores de conhecimentos, inovações e práticas transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007). Foram definidos, também, esses espaços como territórios tradicionais, principalmente, de comunidades indígenas e quilombolas. Esses territórios tradicionais, em cujas regiões existem moradores há décadas, foram ou estão sendo sobrepostos pela criação de Unidades de Conservação.

O ser humano é um ser cultural, representado por elementos como a linguagem, rituais, objetos, modos de trabalhar, crenças e outros fatores que representam a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos. Esse conjunto de elementos traduz a história, a formação e a cultura de um povo, de uma comunidade ou país, representados por manifestações ou testemunhos significativos da cultura humana reputados como imprescindíveis, para a conformação da própria identidade cultural. Esses elementos, que estão associados a produção histórico-social da humanidade, são compreendidos como Patrimônio Histórico-Cultural (PHC). Nesse processo, observa-se que, na humanidade, possuem bases de valores sociais e históricos, projetados pelas relações que esses indivíduos possuem com a produção humana (Melo; Cardozo, 2015). estima-se que, quando os grupos são formados por uma identidade social e coletiva, criam um sentimento de pertencimento a um grupo ou espaço, onde sobrevivem e se realizam com seus bens culturais (Calegare; Higuchi; Bruno, 2014; Zanirato; Ribeiro, 2006).

Baseado nessa história de formação da identidade cultural, algumas indagações preliminares surgiram quanto ao processo de gerenciamento das áreas protegida, seus instrumentos normativos e em relação ao Patrimônio Histórico-Cultural: (I) Quais são as melhores estratégias para conservação do patrimônio histórico-cultural?; (II) Há conhecimento dos gestores quanto à importância do patrimônio histórico-cultural?; (III) Quais seriam as expectativas e interesses dos órgãos gestores a respeito da conservação do patrimônio histórico-cultural?; (IV) Qual seria a eficácia da criação de UCs, para auxiliar a conservação do patrimônio histórico-cultural das comunidades que as habitam?; (V) Quais são as propostas dos órgãos ambientais na conservação da identidade dessas comunidades, principalmente, acerca da relação homem, cultura e natureza, dentro e/ou no entorno das UCs?

Supõe-se que os desafios da preservação do Patrimônio Histórico-cultural nas Unidades de conservação podem ser caracterizados por diagnósticos tardios dos estudos de impacto ambiental (Miranda, 2009; Bernard, 2008 apud Moraes; Mello; Toppa, 2014) para implantação das UCs; pela falta de estruturação dos conselhos para aprimoramento (Magno, 2020); pouco incentivo à participação social quanto às reivindicações de comunidades locais; uso de linguagens que favorecem o distanciamento e evasão nos conselhos consultivos e deliberativos das UCs; deficiência qualitativa do corpo técnico de gestão (Soares; Miranda; Mourão, 2020); entre outros. Esses fatores podem contribuir para poucas ações estratégicas de proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural, devido ao processo de gestão das áreas protegidas.

Pressupõe-se que os processos de gestão eficazes dependam da relação dos gestores com o espaço de trabalho e a ação da perda cultural, caracterizada pelos valores e sentimentos, da gestão do espaço e da relação de pertencimento construída no processo histórico, individual ou coletivo. A ação do tombamento e auxílio de órgãos gestores podem, também, ser fatores primordiais na preservação do patrimônio histórico-cultural, sendo capaz de contribuir com o empoderamento social e gerar sentimento de pertencimento de gestores e comunidades.

A importância em compreender sobre Patrimônios Histórico-culturais, dentro ou no entorno das UC, criando espaços de discussões com propostas de proteção e conservação, é um dos pilares desse trabalho. Nesse processo, a observação e compreensão resultam no entendimento da importância das identidades dos povos e métodos de gestão das UC.

Inicialmente, como justificativa dessa proposta de estudo, observa-se uma lacuna de trabalhos acadêmicos nos bancos de dados nacionais, de órgãos que fazem a gestão, tanto dos patrimônios materiais e imateriais e relação com as áreas de preservação. nota-se, que apresentam inúmeros conflitos entre população e gestão (Mowatt, 2020; Carvalho; Backx, 2018). percebe-se, também, que, mesmo com diversos instrumentos jurídicos, há pouco aprofundamento quanto ao patrimônio histórico-cultural em UCs, no que diz respeito aos fatores determinantes aos conflitos e interesses, principalmente, se há ou não interesse na conservação da identidade cultural das comunidades, se há relação com os processos de gestão ou instrumentos jurídicos (Carvalho; Backx, 2018).

Nesse sentido, nota-se a falta de análise quanto às propostas de conservação do patrimônio histórico-cultural, se estão adequadas à realidade do espaço se têm relação com a falta de estrutura do órgão gestor, ou com a falta de aprimoramento do Conselho Consultivo. Há, ainda, o processo de sucateamento, devido à falta de pessoal, instalações e infraestrutura precárias, em função do corte de verbas; há o desarranjo, com pouca participação social e inércia

de órgãos gestores e alguns conselhos consultivos/deliberativos. Soma-se à ausência da aceção de pertencimento, muito visível quanto à parte cultural, o que contribui para o enfraquecimento do processo de gestão das UCs (Alves *et al.*, 2010, 2011; Soares; Miranda; Mourão, 2020). Há falta de apoio, interesse político, incentivo financeiro e estrutural das comunidades, quanto à preservação do patrimônio Histórico-cultural (Carvalho; Backx, 2018).

Pensando em tais considerações, esta tese trouxe a discussão para manter viva a identidade cultural da sociedade que vive dentro e no entorno das UCs, com a utilização da sua história e cultura como recurso e incentivo para a visitação de suas comunidades, com propositura de gerar mecanismos de sustentabilidade ambiental e social. Diminuindo a lacuna quanto à compreensão da relação homem, cultura e natureza nas UCs, mantendo uma harmonização entre sociedade e gestão, mais participativa e inclusiva.

Partindo desta premissa, surgem três problemas que norteiam esse estudo, sendo eles respondidos em capítulos que se tornaram artigos: Quais são os mecanismos e ações utilizados nas Unidades de Conservação que contribuem para a proteção dos bens culturais e diminuem a perda cultural das comunidades? Quais são os desafios e ações de gestores para manter o patrimônio histórico-cultural, dentro e no entorno em UCs de Minas Gerais? Qual é a visão, em termos de valoração e valorização, quanto ao patrimônio histórico-cultural das áreas protegidas?

Posto isto, a presente pesquisa teve, como objetivo, analisar a abordagem do Patrimônio Histórico-Cultural dentro e entorno de Unidades de Conservação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Que Patrimônio é esse? - Histórico e conceito

O Patrimônio Histórico-Cultural surge como um termo com o objetivo de manter viva a identidade de um povo. Desde o processo formativo da sociedade, o homem vem desenvolvendo e aprimorando e criando suas características próprias. Essas características surgem como identidade dessa sociedade que, muitas vezes, se relacionam ao patrimônio histórico-cultural. No materialismo histórico (Marx; Engels, 1993 apud Melo; Cardozo, 2015), a maneira como os indivíduos manifestam sua vida, coincide com o que produzem e como produzem, o que seria o modo de vida. Gramsci (2001 apud Melo; Cardozo, 2015) associa a definição de cultura dentro do contexto sócio-histórico da sociedade, articulando os resultados da produção humana.

O termo “patrimônio” provém da palavra “*patrimonium*”, do latim. Relaciona-se ao conjunto de bens que pertencem a uma pessoa, construído pela ação humana, podendo ser representado como poder de força e hegemonia. O processo de qualificação da palavra “Patrimônio” é diverso e seu uso é frequente. No cotidiano, ressaltam-se os patrimônios econômicos de uma pessoa, empresa ou país, mas também se apresentam os culturais, históricos, artísticos, ecológicos, entre outros. Segundo Aurélio (1999), o termo “patrimônio” tem como definição:

“Herança de família. Bem ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido de determinada localidade, região, país ou para a humanidade... devem ser preservados para o usufruto de todos os cidadãos”.

Nesse caso, o termo “Patrimônio” é elucidado como bens que apresentam significados históricos e culturais que representam as identidades e memórias coletivas. Dentro do contexto cultural, o termo relaciona-se a bens culturais materiais ou imateriais², ou a bens intangíveis e tangíveis produzidos pela sociedade.

Os intangíveis são representados pelos bens imateriais que estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas, como conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. Além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais. Os tangíveis são representados pelos bens materiais, palpáveis como: construções, sítios arqueológicos, paisagísticos, acervos museológicos, fotográficos, arquivísticos, cinematográficos, documentos, dentre outros (UNESCO, 2003).

Esses bens culturais são caracterizados como de grande relevância histórica arquitetônica, paisagística, festiva e etnográfica. Devido a sua importância cultural e, até mesmo, científica, representa um patrimônio histórico-cultural de uma sociedade. Zanirato e Ribeiro (2006, p. 252) destacam que “...o patrimônio cultural são manifestações ou testemunho

² Constituem bens do patrimônio histórico-cultural: obras de artes plásticas (pinturas, esculturas, ilustrações, tapeçarias e artefatos artísticos históricos em geral); construções e conjuntos arquitetônicos (cidades, casas, palácios, casarões, jardins, monumentos); festas e festividades; músicas; elementos culinários, entre outros representantes das diversas culturas ainda existentes ou que já existiram no mundo.

significativo da cultura humana, reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo”. Melo e Cardozo (2015) ressaltam que o conceito pode abarcar utensílios, hábitos, usos, costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade.

Dentro do contexto histórico, destaca-se a luta pela preservação do século XIX, com as constantes reformas urbanas ocorridas na França e Inglaterra. Foram demolidos edifícios para o “progresso” e o desenvolvimento sanitário. Surgiram grandes avenidas largas e locais de moradia de trabalhadores que foram para os grandes centros, em busca de melhores condições de vida (Porta, 2012).

No pós-guerra, cresce um movimento internacional destinado a proteger o patrimônio, consolidado na Convenção da UNESCO, sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural em 1972, quando foi ratificado por 181 países. Nesse processo, os bens seriam considerados de grande valor universal excepcional e integrados na Lista do Patrimônio Mundial, caso preenchessem determinados critérios e testes de autenticidade (Santos, 2010).

No Brasil, a construção do patrimônio perpassa por um período de exploração histórica das classes dominantes que se alternavam no poder, durante séculos em relação às classes subalternas. A noção de patrimônio histórico surge com intelectuais, na Semana de Arte Moderna, em 1922. A ideia era a ruptura dos padrões tradicionais, advindos da Europa, e a criação de uma identidade nacional. Os intelectuais observavam o descaso com as riquezas do patrimônio. Em 1930, acontece o reconhecimento do patrimônio cultural com a valorização dos conjuntos arquitetônicos, cidades e edifícios históricos. Esse processo conhecido como “História dos Vencedores”³ desconsiderava as conquistas populares, tradições, construções e formas de produção (Viver e Fazer) de classes excluídas. A preservação do patrimônio é fortalecida com a Constituição Federal de 1934, Decretos-Lei e a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão responsável pela gestão (Porta, 2012).

Em 1988, com o surgimento do instrumento basilar jurídico brasileiro, a Constituição Federal do Brasil, para o Patrimônio Histórico-Cultural, foi estabelecida uma proteção legal dos bens culturais materiais e imateriais, fomentando a proteção da identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). Conforme estabelecido em seu Art. 216, cabe ao poder público, com a colaboração da comunidade, a proteção desse

³ Histórias dos Vencedores - Apresenta-se como uma forma de dizer que os vencedores não contam necessariamente a “verdade”, censurando fatos conquistados pelas minorias. Podendo impor sua verdade nos fatos históricos, através da narrativa. Este processo pode acarretar na fratura da história e o surgimento de outra história e/ou verdade (Silva, 2009).

patrimônio cultural (BRASIL, 1988). Nesse sentido, quando os grupos são formados por uma identidade social e coletiva, criam um sentimento de pertencimento a um determinado grupo ou espaço, onde sobrevivem e se realizam com seus bens culturais, mantendo viva a sua história e cultura.

2.2 Relação do Patrimônio Histórico-Cultural e a Natureza

Com a criação das áreas protegidas, a sociedade pode receber, de forma direta ou indireta, alguns bens e serviços que contribuem para a sobrevivência e a interação homem-natureza. São áreas com funções como regulagem de clima, dispersão de sementes, bem-estar, entre outros, caracterizados como serviços ecossistêmicos⁴ (SE). Essa problemática ambiental é debatida intensamente (Sancho-Pivoto, 2022; Hollelanda *et al.*, 2018; Langemeyer, 2014; Chenga *et al.*, 2019), a fim de contribuir para o funcionamento dos ecossistemas e reduzir o risco de extinção das espécies e perda do patrimônio histórico-cultural.

Em 2005, surge a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (AEM), criada e modificada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse documento, caracterizado como uma ferramenta política e de base prática, apresenta-se com o objetivo de auxiliar a gestão de áreas verdes, além de conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção dos ecossistemas e os SE (Mea, 2005).

Os SE são classificados em quatro categorias: apoio, provisionamento, regulamentação e serviço cultural. A proposta da AEM é manter os ativos tangíveis, bens que vão desde o fornecimento de alimentos e água potável, regulagem de clima, até o controle de inundações e doenças, além dos ativos intangíveis, representados pelos serviços ecossistêmicos culturais. Dentro dessa categoria, a AEM definiu como “os benefícios não materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas por meio do enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, reflexão, recreação e experiências estéticas, a fim de manter ou melhorar o bem-estar humano” (Mea, 2005).

Dentro da categoria de SE Culturais, há uma subdivisão em diversidade cultural, espiritual e religiosa, sistemas de conhecimento, valores educacionais, inspiração, valores estéticos, relações sociais, sentido de lugar, valores do patrimônio cultural, recreação e

⁴ Os “Serviços Ambientais ou Ecossistêmicos” (SE) contribuem para a sobrevivência e a interação homem-natureza. No ano de 2001, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (AEM), sendo modificado em 2005.

ecoturismo. As experiências de recreação ou ecoturismo destacam os resultados positivos quanto à saúde física e à mental, além de desenvolver a percepção da preservação (Daniel *et al.*, 2012).

Contudo, deve-se considerar a relação existente a partir do senso de lugar. Essa relação é representada, dentro dos Serviços Ecossistêmicos Culturais, pelo lado do apego, dos laços emocionais e o significado, pelo valor simbólico entre um indivíduo e uma localidade geográfica. O senso de lugar é construído a partir da experiência e vivência, sendo valorizadas também as interações das práticas culturais em espaços ambientais (Raymond; Kyetta; Stedman, 2017; Zhu, *et al.*, 2017; Fish, 2016 apud Bullock *et al.*, 2018).

De acordo com o Relatório de Avaliação Ecossistêmico, o senso de lugar foi definido como “benefício imaterial dos ecossistemas” (Ma, 2005), valorizado por pessoas e meios das características da localidade que podem gerar o sentimento de pertencimento e identidade local (Ryfield *et al.*, 2019). As comunidades apresentam práticas, valores e ativos socioculturais os quais devem ser preservados e valorizados, pois representam a riqueza de conhecimentos e habilidades transmitidas entre gerações, construindo uma identidade cultural de seu povo (Esfehani; Albrecht, 2018).

Há uma relação entre SE, biodiversidade da paisagem e bem-estar humano, uma vez que o comprometimento desses serviços gera impactos não só à saúde, mas também ao bem-estar humano e funcionamento das sociedades, inclusive no viés econômico (Ament *et al.*, 2016; Holleland *et al.*, 2017). Entretanto, para alcançar o bem-estar, o indivíduo deverá usar de uma dimensão subjetiva, em que as percepções e os níveis de satisfação são construídos na inter-relação sociedade-natureza. Esses momentos de reflexão e conexão, em um ambiente natural, podem contribuir para a formação de um novo modelo de ser humano voltado para biocêntrico. Nesse modelo, observam-se as áreas nativas como fonte de bens tangíveis para a sobrevivência humana (Ramirez-Ibarra, 2015). As áreas protegidas resultam em oportunidades para apreciar a beleza cênica, aprender sobre os patrimônios naturais e culturais, participar de atividades recreativas e socialização com a família e amigos (Holleland *et al.*, 2017). Esse processo visível e crescente pode contribuir para a conscientização, pois aproxima a sociedade do meio ambiente. Nesse sentido, os visitantes utilizam as áreas protegidas, aproveitando os atrativos e da infraestrutura, principalmente, em parques. (Machado *et al.*, 2021).

Em 2003, a UNESCO reconheceu e valorizou os bens imateriais como forma de respeitar a diversidade cultural e garantir o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e comunidades tradicionais, observando sua relação com a natureza, gerando um sentimento de identidade. Alguns autores (Diegues, 2008; Pereira; Diegues, 2010; Vargas, 2016) corroboram

o enunciado, afirmando que a valorização do fenômeno da identidade de lugar, pode gerar a compreensão de dimensões culturais e históricas da memória pessoal e coletiva, criando um sentimento de pertencimento e apego ao local. É estabelecido, também, um manejo diferenciado, pois não visa ao lucro, pois o “meio” é essencial para sua sobrevivência, criando uma reprodução social e cultural (Pereira; Diegues, 2010).

Em 2021, o Brasil instituiu a Lei n. 14.119, que prevê a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. No seu artigo 2º, inciso II, alínea d, determina que os serviços ecossistêmicos culturais são “os que constituem benefícios não materiais, providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros” (Brasil, 2021). Com propostas de incentivos financeiros e ações de preservação ambiental, pode-se resultar no sentimento de pertencimento, contribuindo para a política ambiental e proteção ao meio ambiente no Brasil (Gomes, 2021).

Pressupõe-se que esse processo de formação do sentimento de pertencimento pode contribuir para que populações tradicionais ajudem na preservação e gestão de áreas protegidas no Brasil. Consequentemente, valoriza-se um modelo de gestão socioecológica, conhecida, também, como Etnoconservação⁵, pois reconhece direitos de povos tradicionais a seus territórios e sua relação com eles, valorizando sua cultura. Para que aconteça, deve-se especificar, nos planos de manejos, a forma de valorar esse Patrimônio Histórico-Cultural.

Autores (Diegues, 2008; Pereira; Diegues, 2010; Tengberg, 2012; Munoz Vinas, 2005) afirmam que a relação da sociedade com o espaço, surgindo a partir de uma memória derivada da paisagem com práticas de características históricas, pode explicar melhor o patrimônio cultural e sua ligação com o ecossistema. Daniel *et al.* (2012) destaca que a formulação de políticas públicas que observam a relação do patrimônio cultural com os serviços ecossistêmicos culturais e avaliam aspectos da sociedade como a identidade cultural, ainda, permanece evasiva. Essa mudança de paradigma deve ser valorizada, visto que a sua não observação e concretização podem desencadear o processo da desterritorialização⁶ desses

⁵ A Etnoconservação surge como campo científico multidisciplinar, trazendo a discussão sobre as dinâmicas territoriais e a gestão compartilhada com a sociedade residente ou resistente, da biodiversidade e dos recursos naturais. O manejo sustentado dos recursos naturais pode contribuir para a conservação dos mesmos (Medeiros; Albuquerque, 2012 apud David, *et al.*, 2020; Pereira, Diegues, 2010, p. 45).

⁶ Desterritorialização – processo de destruição de territórios, objetivando a construção a partir de novas bases. Este processo se caracteriza como domínio (político e econômico) e de apropriação (simbólico-cultural) (Haesbaert, 2020)

povos (Haesbaert, 2020), devido à falta de identificação e valorização dos valores culturais construídos, além de resultar nos refugiados da conservação⁷.

2.3 Planos de Manejo: contribuições para a gestão das UCs

Conforme evidenciado anteriormente, a criação de UCs é uma estratégia eficaz na preservação da biodiversidade, mas também pode apresentar, em seus espaços, bens culturais e populações que estabeleçam relações de suas manifestações humanas e culturais com o meio natural. O estado de Minas Gerais, com sua importância histórica, pode ser um dos exemplos. Minas Gerais, como berço da política e economia, gerou uma cultura singular e um rico patrimônio histórico, caracterizado pelas igrejas, festividades, modo de fazer e celebrações (Jeannot; do Couto Carvalho; Fontes, 2016).

Contudo, as gestões das áreas protegidas, principalmente, as UCs, devem apresentar ferramentas e normativas para, de uma forma ordenada e sem comprometer as áreas visitadas, delimitar espaços de uso público e de preservação total da natureza, com a observação da realidade e objetivo da área. Deve-se, também, associar as visitas ao patrimônio histórico-cultural existente, com propostas de valorizar a identidade cultural de comunidades. Esses espaços de uso público, delimitados pelo plano de manejo, têm como objetivo minimizar os impactos negativos causados pela visita (Takahashi, 2004).

No ano 2000, depois de uma década de discussão, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, através da Lei n. 9.985/2000, com o objetivo de regulamentar e definir critérios de gestão dentro das UCs (SNUC, 2000). Observam-se, na lei, alguns mecanismos que contribuem para o aprimoramento da gestão dessas áreas protegidas, como participação efetiva de comunidades, conselhos deliberativos ou consultivos, bem como a obrigatoriedade da elaboração de planos de manejo.

Entretanto, dentro do SNUC, os Planos de Manejo das UCs apresentam-se como instrumentos norteadores. Fundamentados pelos objetivos gerais das UCs, estabelecem zoneamentos, além de determinar a implantação de estruturas físicas necessárias, estruturar a gestão e normas quanto ao uso da área e o manejo dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Segundo alguns autores (Dourojeanni, 2003; Medeiros; Pereira, 2011) a existência dos planos

⁷ Os refugiados da conservação são obrigados a abandonar seus territórios tradicionais em virtude das restrições que sofrem em seu modo de vida (Diegues, 2019, p. 118).

de manejo é antiga, com diversas formas, com proposta de conservação da rica biodiversidade existente até a proteção de florestas e fauna selvagem.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi o órgão responsável pela criação do primeiro Plano de Manejo para o Parque Nacional de Brasília. Ele surgiu com algumas falhas, principalmente, no início, em relação ao combate das espécies exóticas (Horowitz *et al.*, 2013). Hoje em dia, a elaboração dos Planos de Manejos segue a padronização do Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica, confeccionado, em 2002, pelo ICMBio (BRASIL, 2002).

Outros instrumentos legais, de destaque, surgiram como auxílio na regulamentação dos planos de manejos. Um exemplo é o Decreto n. 84.017/1979, que estabeleceu, sobre os parques nacionais, um planejamento e manejo ecológico de suas áreas, sendo que ele foi substituído pelo SNUC. No estado de Minas Gerais, o SNUC contribui, até hoje, para a regulamentação dos planos de manejos das UCs, tendo apenas um porém: eles são submetidos à aprovação do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), conforme estabelecido no artigo 46 da Lei Estadual n. 20.922/2013 (MG, 2013).

Os Planos de Manejos auxiliam a tomada de decisão, quanto gestão, da área de proteção, como ações prioritizadas e realizadas e manejo específico (ICMBio, 2019). Alguns pontos se destacam, principalmente, quando na elaboração dos Planos de Manejo, como o processo de elaboração deve ser participativo, com diversos atores envolvidos, para que, se possível, acontecer deliberações compartilhadas, e a promoção da integração da UCs, com a vida econômica e social das comunidades; (BRASIL, 2000). Alguns autores (Marques; Nucci, 2007; Faria; Pires, 2007; Barros; Leuzinger, 2018) ressaltam a flexibilidade no processo de gestão e planejamento de um espaço da coletividade. Essa característica diminuiria a lógica gerencial privada, onde a maioria das determinações e imposições são cumpridas sem a lógica dialógica. Esta proposta, pode acarretar na construção de forma participativa da comunidade, com a finalidade de amenizar os problemas enfrentados nas UCs.

Essa proposta mais participativa vem sendo discutida desde 1992, durante a ECO92, como a Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Suas deliberações foram ratificadas pelo Congresso Nacional em 1994 (BRASIL, 1994). Em seu conteúdo, é reconhecida a importância da conservação *in situ*, como instrumento eficaz para a conservação da diversidade biológica e sociocultural. Para concretizar tal proposta, surgem dentro dos Planos de Manejo, para auxiliar no planejamento e gestão das UC, os Zoneamentos. Eles classificam os espaços das UC, quanto à forma do uso dos recursos naturais, ou seja, quais serão as intervenções e atividades que podem ser permitidas (Medeiros; Pereira, 2011; Barros; Leuzinger, 2018).

No Brasil, para exemplificar a importância da inclusão da temática do Patrimônio Histórico-Cultural nos Planos de Manejo de algumas áreas protegidas, deve-se observar a situação da UC de Ilha Anchieta, no estado de São Paulo. Nesta UC, surgiram diversas propostas de criação de Zonas de Uso Intensivo, de Áreas Histórico-culturais, com o objetivo de uso público, pesquisa científica e educação patrimonial (Robim *et al.*, 2008). Nessa área protegida, existe o patrimônio carcerário, devido às edificações construídas para a reclusão. Entretanto, desde a instituição, já apresentava uma carência de estudos, de forma multidisciplinar, quanto à viabilidade da valorização da construção identitária e sua implantação para o turismo cultural. Em 2011, outro estudo (Pereira; Herculiani; Brito, 2011), sobre a mesma área protegida, ressaltou que ainda há fragilidade e inexistência de ações quanto à gestão da UC, que podem contribuir para a não preservação do patrimônio existente.

Outro exemplo se encontra em Minas Gerais. Miranda (2006) resalta um avanço no processo de proteção do patrimônio histórico-cultural com a criação de Áreas de Proteção Especial (APEs), prevista pela Lei de Parcelamento do Solo n. 6766/79, que apresenta uma essência urbanística. Essa lei pode auxiliar os estados no controle do crescimento desordenado das cidades, pois seu objetivo, conforme definido no artigo 13, inciso I, está em reger o parcelamento e ordenamento do solo urbano, exigindo, do poder público, atenção especial a determinados espaços territoriais em virtude da relevância de seus atributos ambientais, culturais, paisagísticos, históricos e científicos (BRASIL, 1979). Todavia, vale destacar que essa área de proteção não se enquadra, intrinsecamente, nas categorias definidas dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), pois as categorias apresentam regimes jurídicos específicos, mas é caracterizada como área protegida. Miranda (2009), também destaca que esse instrumento jurídico possui pouca aplicabilidade e conhecimento por parte de gestores, na prática da proteção do patrimônio histórico-cultural.

2.4 Participação Social no Processo de criação das Unidades de Conservação

Percebe-se, muitas UC foram criadas em localidades onde existem comunidades, desapropriando-as ou sobrepondo-se a seus territórios físicos ou culturais. Esse processo, sem análise adequada, desenvolve desacordos e divergências, além de um desagrado às comunidades quanto à restrição e manejo de uso dentro das UC. Nota-se que a ideologia de base inicial, puramente preservacionista ressaltava que a implantação de UC poderia gerar conflitos. As variáveis socioculturais, através de políticas de gestão de recursos naturais,

poderiam ser colocadas em segundo plano, sem a valorização das comunidades e seus modos de vida (Diegues, 1992; Vivacqua; Vieira, 2005).

Nessa situação, era delimitada uma separação física entre humanos e não humanos com a expulsão de pessoas de áreas protegidas, gerando uma “conservação de fortaleza⁸” (Brockington, 2002; Dowie, 2009). Esse processo, segundo Dowie (2009), apresentou ao mundo os “refugiados de conservação”, em que várias comunidades não foram consideradas, sendo a presença “tolerada”. Muitos moradores não tendo recebido as indenizações, permaneceram no local, mas foram proibidos de exercer algumas atividades, que eram tradicionais (Carvalho; Backx, 2018). outras comunidades migraram para as cidades. assim, muitos passaram a ser marginalizados no meio urbano (Acsehrad, 2004; Milano, 2000; Diegues, 1992).

Devido ao fato da agressividade aos sentimentos topofílicos⁹, utilizada no estabelecimento das UC, pode acarretar, conseqüentemente, o isolamento, mas também causar o processo da “desterritorialização” (Haesbaert, 2020). Perde-se o acesso ao território simbólico e vivido, separando raízes sociais e culturais, inibindo a transmissão desses valores e o avigoramento da perda de memória coletiva, a “desidentidade” com os espaços que representam a sua cultura e sua história (Daniel *et al.*, 2012 apud Holleland, 2017). nesse sentido, o significado e o senso de lugar são diminuídos. autores (Miranda, 2009; Carvalho; Backx, 2018) ressaltam, quanto ao processo de criação das UC, que apresentam passivos ambientais e surgiram antes do SNUC (BRASIL, 2000).

Muitas vezes, são observados esses passivos, atualmente, ainda com a não participação social. Destaca-se que, em alguns casos, os Estudos de Impacto Ambiental, com a finalidade de prever e/ou minimizar danos ambientais, não são executados e, quando são, não abrangem aspectos histórico-culturais de forma correta, pois muitas informações são insuficientes ou negligenciadas (Miranda, 2009). Muitos Planos de Manejos não apresentam o patrimônio atrelado às comunidades como construção de uma identidade cultural, o que poderia ser trabalhado como desenvolvimento local (Carvalho; Backx, 2018).

Outros autores (Daniel *et al.*, 2012 apud Holleland, 2017) ressaltam que a valoração aplicada a objetos do patrimônio cultural, nesse formato turístico, tem sido adotada com

⁸ Conservação de Fortaleza – relaciona a criação de áreas protegidas com o objetivo de proteger a biodiversidade, sem a preocupação das comunidades e sua relação com espaço (simbólico-cultural). Conseqüentemente, houve a geração de conflitos e/ou a extinção de comunidades (Brockington, 2002; Dowie, 2009)

⁹ Sentimentos Topofílicos são sentimentos que o indivíduo desenvolve pelo lugar, sendo este classificado como o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (Alves; Deus, 2014)

sucesso, em áreas protegidas de outros países. no entanto, as avaliações de alguns aspectos, como identidade cultural, permanecem, em grande parte, evasivas, gerando impactos negativos causados aos bens culturais, sendo, muitas vezes, relegados à condição de segunda importância. esse processo, que não observa a identidade cultural construída, pode estar relacionado à tutela de órgãos de preservação específicos, causando um distanciamento no processo de gestão adequado, dentro das UCS. consequentemente, “a criação de UCS resulta em conflitos entre os grupos humanos e gestores, e as questões culturais ainda possuem pouca expressividade no cenário da preservação” (Carvalho; Backx, 2018, p. 310).

Nesse ínterim, estudos (Diegues, 1992; Ryfield *et al.*, 2019; Araújo; Conceição; Silva, 2019) demonstram que a conservação da natureza se relaciona às práticas tradicionais dos povos, apresentam uma relação simbiótica, pois os modos de vida dependem da manutenção da biodiversidade. O apego emocional e a gestão inclusiva e participativa podem criar mecanismos de planejamento e gestão de áreas e proteção ao meio ambiente, pois haveria a valorização e maior engajamento em relação às preocupações e necessidades locais. Outros autores (Zhu *et al.*, 2018; Tan *et al.*, 2018) reforçam que o senso e apego, ao lugar, podem contribuir para o desenvolvimento do comportamento ecológico, até de forma coletiva, visando à proteção da vegetação nativa do espaço onde vivem. As práticas pró-ambientais e a valorização do patrimônio histórico-cultural intangível auxiliam no desenvolvimento sustentável e podem resultar no empoderamento social, de forma sustentável, nas regiões.

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A realização desta tese permitiu, além do aprendizado e aprimoramento profissional do pesquisador com a produção, confirmar a existência de diversos tipos de Patrimônios Histórico-Culturais nas UC. Os resultados analisados, no entanto, contribuíram para observar a falta de gestão quanto ao bem cultural e inexistência de ações de proteção e conservação pelos órgãos gestores. Nota-se que a conservação é fator inerente como estratégia, para muitas UC, contribuindo para uma relação de natureza e cultura, pois, em diversas áreas protegidas, povos tem deixado a sua identidade cultural.

Com os resultados da tese, permite-se identificar o valor de importância dos atores sociais, bem como dos gestores e da sociedade residente e resistente no processo de conservação dos bens culturais. Contudo, esta tese demonstra a importância da participação social no conselho gestor e no processo de empoderamento socioeconômico local, sendo fundamental e podendo, assim, resultar na formação do sentimento de pertencimento. Acreditamos, nesse

sentido, que evidenciar a importância maior da participação social, através da sensibilização, pode possibilitar alcançar mudanças positivas a partir do diálogo e da aproximação das partes envolvidas.

Ao desenvolver esta tese, desnudou-se um resultado, que pode ser utilizado com mais atenção em pesquisas futuras. Essa temática diminuiu uma lacuna em estudos sobre Patrimônio Histórico-Cultural em Áreas Protegidas, apesar de encontrar alguns temas que podem ser ainda explorados, como a educação patrimonial e desenvolvimento do sentimento de pertencimento que foram lembrados pelos gestores e visitantes como as principais estratégias para conservação dos bens culturais nas AP.

Os resultados poderão contribuir para a possibilidade de surgimento de novas estratégias compactuadas, objetivando-se manter vivas a identidade e a cultura, amenizando-se os desafios da conservação e a relação entre história, sociedade e gestão, dentro das UCs. Por fim, espera-se que as pesquisas que compõem esta Tese possam contribuir com o enriquecimento da área de estudos sobre PHC, em AP. Podendo fornecer subsídios para futuras pesquisas, sobre a temática do PHC, assim como para a gestão de AP em Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- _____. (Org.). Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7-12.
- ALVES, R. G. et al. Análise da gestão das Unidades de Conservação do Sistema Estadual de Áreas Protegidas de Minas Gerais. **Espaço & Geografia**, v. 13, n. 1, 2010.
- _____. Perfil e Percepção dos chefes de Unidades de Conservação do Sistema Estadual de Áreas Protegidas de Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, v. 23, n. 2, p. 345-360, maio/ago. 2011.
- ALVES, R. C.; DEUS, J. A. S. O não-lugar e as paisagens do medo: nuances toponômicas. **Revista Eletrônica Georaguaiá**, v. 4, n. 1, p. 70-82, jan./jun. 2014.
- BACKX, I.; CARVALHO, A. V. Patrimônios em Unidades de Conservação no Brasil: reflexões necessárias. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 17, n. 33, p. 307-324, jan./jun. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. Planos de Manejo: Panorama, Desafios e Perspectivas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRGS**, v. 13, n. 2, p. 218-303, 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Roteiro Metodológico para construção de Planos de Manejo**. Brasília, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Dispõe sobre a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2021.
- BROCKINGTON, D. **Conservação de Fortaleza: A Preservação da Reserva de Caça Mkomazi, Tanzânia**. Oxford: James Currey, 2002.
- CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. DOS S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 115-134, 2014.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

- DANIEL, T. C. et al. Contributions of Cultural Services to the Ecosystem Services Agenda. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 109, n. 23, p. 8812-8819, 2012. DOI: 10.1073/pnas.1114773109.
- DAVID, M. et al. Conhecimento Tradicional em comunidades do cerrado Mato-grossense: um estudo bibliométrico. **Biodiversidade**, v. 19, n. 2, p. 32-45, 2020.
- DIEGUES, A. C. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.
- DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: USP, 1992. 66 p.
- DOUROJEANNI, M. Análise Crítica dos Planos de Manejo de Áreas Protegidas no Brasil. In: **Áreas Protegidas: Conservação no Âmbito do Cone Sul**. Pelotas: [s.n.], 2003. p. 1-20.
- DOWIE, M. **Conservation Refugees: The Hundred-Year Conflict between Global Conservation and Native Peoples**. Cambridge: MIT Press, 2009.
- ESFEHANI, M. H.; ALBRECHT, J. N. Roles of intangible cultural heritage in tourism in natural protected areas. **Journal of Heritage Tourism**, v. 13, n. 1, p. 15-29, 2018.
- FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FRANCO, J. L. DE A.; SCHITTINI, G. DE M.; BRAZ, V. DA S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiae**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- HØLLELAND, H.; SKREDE, J.; HOLMGAARD, S. B. Cultural Heritage and Ecosystem Services: A Literature Review. **Conservation and Management of Archaeological Sites**, v. 19, n. 3, p. 210-237, 2017.
- LANGEMEYER, J. et al. Constrating values of cultural ecosystem services in urban areas: The case of park Montjuic in Barcelona. **Ecosystem Services**, n. 12, 2014.
- UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003.
- VARGAS, M. A. R. Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 535-557, 2016.
- ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Nos últimos anos. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

ZHU, H. et al. Residents' Attitudes towards Sustainable Tourism Development in a Historical-Cultural Village: Influence of Perceived Impacts, Sense of Place and Tourism Development Potential. **Sustainability**, 2017.

SEGUNDA PARTE – ARTIGOS

ARTIGO 1 - CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ASPECTOS DO PLANO DE MANEJO DE PARQUES DE MINAS GERAIS

André Luiz Ferreira da Silva^{1,2}, Maria Aparecida Faleiro², Felipe Santana Machado³, Aloysio Souza de Moura⁴, Marco Aurélio Leite Fontes¹, Rosângela Alves Tristão Borém⁵, Renata Dias Françoso Brandão¹

¹ Departamento de Ciências Florestais (DCF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), s/n, CP 3037, Campus Universitário, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-000

² Associação Regional de Proteção e Integração Ambiental (ONG-ARPIA), Rua Coração de Jesus, s/n, Carmópolis de Minas, MG, Brasil, CEP 35534-000

³ Governo do Estado de Minas Gerais, E.E. Profª. Celina de Rezende Vilela, R. Francisco Valias, 50, Centro, Cordislândia, MG, CEP 37498-000; e Governo Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, E.M. Bento Gonçalves Filho e E.M. Maria Olímpia Borges, Av. Ibrahim Carvalho, São Gonçalo do Sapucaí, MG, CEP 37490-000

⁴ UFLA Agency for Innovation in Geotechnologies and Intelligent Systems in Agribusiness - Zetta UFLA, CP3037, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-900

⁵ Departamento de Ecologia e Conservação (DEC), Universidade Federal de Lavras (UFLA), s/n, CP 3037, Campus Universitário, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-000

Resumo: O Patrimônio Histórico-Cultural refere-se ao conjunto de bens construídos pela ação humana, sendo materiais ou imateriais. Devido a sua importância cultural e científica, eles são reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo. Os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Brasileiras, dentro do zoneamento ambiental, determinam a sua organização espacial com seus respectivos zoneamentos do Patrimônio Histórico-Cultural. Diante disso, o objetivo desse estudo é analisar aspectos dos planos de manejo dos parques nacionais e estaduais de Minas Gerais, quanto à conservação do patrimônio histórico-cultural. De forma complementar, procurou-se responder as seguintes perguntas: (I) Como é feita a gestão das UCs em relação à preservação do patrimônio histórico-cultural? (II) Quais são as políticas públicas de preservação do patrimônio histórico-cultural? Foram selecionados sete parques nacionais e onze estaduais localizados no estado de Minas Gerais. Realizou-se uma pesquisa exploratória a partir dos Planos de Manejo sobre a conservação do patrimônio histórico-cultural. Utilizou-se a ferramenta da matriz FOFA que representa Fortalezas e Fraquezas, destacando-se pontos fortes e fracos que podem ser potencializados e/ou suprimidos; Oportunidades e Ameaças, salientando-se condições externas positivas ou negativas que podem ser aproveitadas e/ou influenciadas, devendo ser observadas como critérios para bom ou mau funcionamento da instituição. A matriz foi construída, atribuindo pontuações quanto ao bem cultural dentro do Plano de Manejo. Essa ferramenta pode aprimorar a gestão por meio de uma avaliação e neutralidade de ações, além de corrigir problemas, que podem acarretar prejuízo quanto à conservação dos bens culturais. A partir da matriz FOFA, também, foram desenvolvidos um Cluster e um fluxograma de relação de similaridade, cuja observação define características e similaridades correspondentes dos parques. A pesquisa

mostrou que a valorização histórico-cultural ainda carece de atenção por parte do poder público. Nota-se que alguns entraves, enfrentados pelas UC, contribuem para a não conservação dos bens culturais, como planos de manejos desatualizados, pouco conhecimento dos gestores quanto à importância deles, revelando pouco recurso e falta de mão de obra para fiscalização. Destaca-se, ainda, a falta de observação quanto ao processo de desterritorialização das comunidades, pois desconsideram os saberes produzidos; esses que devem ser valorizados por meio de políticas públicas de gestão, que não sejam voltadas apenas para o econômico, mas associando-se à herança e à identidade cultural. Percebe-se que uma maior atenção e compreensão, quanto à relevância do Patrimônio Histórico-Cultural nas UC, possa contribuir para a preservação das áreas verdes, levando a valorização do espaço e sua relação a partir do aumento da sensibilização da população.

Palavras-chave: Conservação, SNUC, patrimônio, bens materiais e imateriais.

Abstract: Historical-Cultural Heritage refers to the set of assets constructed by human action, whether material or immaterial. Due to their cultural and scientific importance, they are considered essential for the formation of the cultural identity of a people. The Management Plans of Brazilian Conservation Units, within the environmental zoning, determine their spatial organization with their respective zoning of Historical-Cultural Heritage. In view of this, the objective of this study is to analyze aspects of the management plans of the national and state parks of Minas Gerais, regarding the conservation of historical-cultural heritage. In a complementary way, we sought to answer the following questions: How is the management of the UCs carried out in relation to the preservation of historical-cultural heritage? (II) What are the public policies for the preservation of historical-cultural heritage? Seven national and eleven state parks located in the state of Minas Gerais were selected. Exploratory research was carried out based on the Management Plans on the conservation of historical-cultural heritage. The SWOT matrix tool was used, which represents Strengths and Weaknesses, highlighting strong and weak points that can be enhanced and/or suppressed; Opportunities and Threats, highlighting positive or negative external conditions that can be used and/or influenced, and should be observed as criteria for good or bad functioning of the institution. The matrix was constructed, assigning scores according to the cultural asset within the Management Plan. This tool can improve management through an assessment and neutrality of actions, in addition to correcting problems that can cause harm to the conservation of cultural assets. Based on the SWOT matrix, a Cluster and a similarity relationship flowchart were also developed, whose observation defines corresponding characteristics and similarities of the parks. The research showed that historical-cultural appreciation still lacks attention from the government. It is noted that some obstacles faced by the UCs contribute to the lack of conservation of cultural assets, such as outdated management plans, little knowledge among managers regarding their importance, revealing few resources and a lack of manpower for inspection. Also noteworthy is the lack of observation regarding the process of deterritorialization of communities, as they disregard the knowledge produced; this knowledge should be valued through public management policies that are not focused solely on the economy but associated with heritage and cultural identity. Greater attention and understanding regarding the relevance of Historical-Cultural Heritage in UCs can contribute to the preservation of green areas, leading to the appreciation of space and its relationship based on increased awareness among the population.

Keywords: Conservation, SNUC, heritage, tangible and intangible assets.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio Histórico-Cultural (PHC) refere-se ao conjunto de bens construídos pela ação humana. O termo relaciona-se a bens materiais ou imateriais produzidos pela sociedade e que são caracterizados como manifestações arquitetônicas, paisagísticas, festivas e etnográficas, dentre elas pode-se citar obras de artes plásticas: pinturas, esculturas, ilustrações, tapeçarias e artefatos artísticos históricos em geral, construções e conjuntos arquitetônicos, como cidades, casas, palácios, casarões, jardins, monumentos, festividades, músicas, elementos culinários, entre outros representantes das diversas culturas, ainda, existentes ou que já existiram no mundo (Melo; Cardozo, 2015). devido a sua importância cultural e científica, esses elementos, relacionados ao modo de vida e produção, são testemunhos significativos da cultura humana, reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo (Zanirato; Ribeiro, 2006).

No Brasil, a construção desse patrimônio perpassa por um período de exploração histórica das classes dominantes que se alternavam no poder, durante séculos. Na década de 1930, aconteceu o reconhecimento do patrimônio cultural com a valorização dos conjuntos arquitetônicos, cidades e edifícios históricos. Esse reconhecimento, que foi chamado de “História dos Vencedores”, considerava as falas elitistas como verdades inquestionáveis, para perpetuar a ideia de dominação e desconsiderava as conquistas populares, tradições, construções e formas de produção das classes excluídas e/ou minoritárias. Somente em 2003, a UNESCO reconheceu e valorizou os bens imateriais desses grupos como forma de respeitar a diversidade cultural e garantir o desenvolvimento sustentável de povos indígenas e comunidades tradicionais, observando sua relação com a natureza e o sentimento de identidade. A valorização do fenômeno da identidade gera a compreensão de dimensões culturais e históricas da memória pessoal e coletiva. Estabelece, também, um manejo diferenciado, pois não visa ao lucro, em que o “meio” seja essencial para a sua sobrevivência (Diegues, 2008; Pereira; Diegues, 2010; Vargas, 2016).

Conforme o Art. 216 da Constituição Federal Brasileira, cabe ao poder público, com a colaboração da comunidade, a proteção dos patrimônios culturais (BRASIL, 1988). Sendo assim, quando os grupos são formados por uma identidade social e coletiva, criam um sentimento de pertencimento a um determinado espaço, sobrevivem e se realizam com seus bens culturais. Nota-se que esse processo de formação do sentimento do pertencimento pode contribuir para que as populações tradicionais ajudem na conservação e gestão de áreas protegidas no Brasil. Consequentemente, valoriza-se um modelo de gestão socioecológica.

Tal modelo traz a discussão sobre as dinâmicas territoriais e compartilha sobre a importância da biodiversidade e os recursos naturais com a sociedade residente ou resistente.

O manejo sustentado dos recursos naturais pode contribuir para a conservação (Medeiros; Albuquerque, 2012; David *et al.*, 2020; Pereira, Diegues, 2010), pois reconhece direitos de povos tradicionais a seus territórios e sua relação com estes, valorizando sua cultura. Para que isso aconteça, deve-se especificar, nos Planos de Manejo (BRASIL, 2000), a forma de valorar esse Patrimônio Histórico-Cultural.

A noção de patrimônio cultural, como herança e identidade cultural, é difícil de ser valorada (Daniel *et al.*, 2012; Bieling; Plieninger, 2013; Tengberg *et al.*, 2012), e colocar preço no patrimônio cultural pode ajudar a aumentar a consciência pública, mas, para isso acontecer, devem surgir políticas públicas de gestão mais apropriadas, com o objetivo de identificar os benefícios para gerar uma consciência de sua história (Santos, 2007; Blicharska *et al.*, 2017; Diegues, 2019; Pereira; Diegues, 2010; Tengberg, 2012; Munoz Vinas, 2005). Para concretizar, as políticas públicas, tornam-se necessários mecanismos adequados para a conservação e a preservação que podem contribuir para uma vivência harmônica de povos, tradições e culturas, representados pelos bens culturais materiais ou imateriais dentro de áreas protegidas.

A sociedade vem criando condições de preservar áreas importantes para o bem-estar coletivo, desde o avanço do processo industrial. No Brasil, a criação de áreas protegidas surge como forma de amenizar os impactos causados pelo homem durante o processo político e histórico de construção de uma nação. A proposta de delimitação de espaços com o objetivo da conservação de áreas naturais com determinados atributos, além de razões socioculturais, é uma prática antiga (Milaré, 2011).

O histórico de proteção dessas áreas, no Brasil, se fortalece com o sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC), lei nº 9.985/2000, com o objetivo de organizar áreas protegidas, disciplinando-as e estabelecendo-se instrumentos de gestão (BRASIL, 2000). Destaca-se que, para a gestão pública, o ato de planejar pode contribuir para o processo de controle e organização, pois define metas e objetivos, muitas vezes, alcançáveis (Petrocchi, 2001). O SNUC traz mecanismos, a fim de auxiliar na gestão das áreas protegidas, como participação efetiva de comunidades, conselhos deliberativos ou consultivos, como também a obrigatoriedade da elaboração de planos de manejo (BRASIL, 2000).

A principal ferramenta de gestão e planejamento dessas áreas protegidas é o Plano de Manejo (PM), caracterizado como documento técnico, elaborado pelo corpo funcional de órgãos públicos ou parcerias com a iniciativa privada, com técnicos de diversas empresas e áreas. Nesse documento, estão estabelecidos os objetivos gerais das Unidades de Conservação (UC), com zoneamentos de áreas, definindo o seu uso e formas de manejo (BRASIL, 2000). O Plano de Manejo se apresenta como documento norteador que auxilia tanto na tomada de

decisão quanto na gestão da área de proteção, com ações prioritizadas, realizadas e manejo específico (BRASIL, 2019). Para auxiliar o planejamento e a gestão das UC, o Plano de Manejo prevê o Zoneamento da UC, que classifica os espaços quanto à forma do uso dos recursos naturais e quais serão as atividades que podem ser permitidas (Medeiros; Pereira, 2011; Barros; Leuzinger, 2018). No estado de Minas Gerais, os Planos de Manejo das UC estão sujeitos à aprovação do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM (MINAS GERAIS, 2013).

Alguns Planos de Manejo apresentam o Zoneamento do Patrimônio Histórico-Cultural, definindo-os para diversos usos (BRASIL, 2000). Destacam-se as ações para a conservação do Patrimônio Histórico-Cultural relacionadas ao turismo. É tendência mundial o incentivo ao turismo, criando uma grande indústria (Gomes *et al.*, 2022), mas sem a proposta de conscientizar e ensinar sobre a história e significados desses espaços. Essa falta de relação entre conscientização e turismo caracteriza-se por contradições e conflitos, comprometendo os objetivos da conservação (Aas; Ladkin; Fletcher, 2005). Entretanto, nos casos em que ocorrer ações relacionadas ao turismo no manejo de UC, deve-se observar, valorar e respeitar os valores intangíveis dos lugares, a relação com a comunidade, associando-se aos modos de viver, além dos objetos que formam a identidade de um povo.

O Brasil precisa avançar quanto à gestão eficiente das áreas protegidas (Barros; Leuzinger, 2018), principalmente, problematizando quanto à efetividade da conservação do Patrimônio Histórico-cultural. Partindo dessa premissa, o objetivo desse estudo é analisar aspectos dos Planos de Manejo dos parques nacionais e estaduais de Minas Gerais, quanto à preservação do patrimônio histórico-cultural. Para isso, procura-se responder as seguintes perguntas: (I) Como é feita a gestão das UCs em relação à preservação do patrimônio histórico-cultural? (II) Quais são as políticas públicas de preservação do patrimônio histórico-cultural?

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

Este trabalho abrangeu, em sua área de estudo, partes do estado de Minas Gerais ocupadas (ou cobertas) com Parques Nacionais e Estaduais, que são Unidades de Conservação do grupo de Proteção Integral (BRASIL, 2000). Foi escolhido, para esse estudo, o estado de Minas Gerais, em razão de seu território possuir a maior quantidade da categoria de UC's classificadas como Parque: 47 Parques, distribuídos nas esferas federal (17%) e estadual (83%). Os dados foram obtidos por meio do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação -CNUC, disponibilizados pelo Ministério de Meio Ambiente (BRASIL, 2022).

Foram selecionados sete parques nacionais: PARNA Caparaó, PARNA Canastra, PARNA Cipó, PARNA Itatiaia, PARNA Cavernas do Peruaçu, PARNA Sempre Viva e PARNA Grande Sertão Veredas; e 11 parques estaduais: PE Serra das Araras, PE Serra Nova e Talhada, PE Caminho das Gerais, PE Biribiri, PE Rio Preto, PE Serra de Ouro Branco, PE Itacolomi, PE Serra do Intendente, PE Serra do Papagaio, PE Serra da Boa Esperança e PE Serra do Brigadeiro. Os 18 parques selecionados correspondem a 38% dos parques do estado de Minas Gerais, contabilizando-se uma área de 1.258.823 ha. Em relação aos biomas das áreas protegidas, nove são de Cerrado, cinco de Mata Atlântica, um de Caatinga; os outros parques correspondem a ecótonos entre Caatinga e Cerrado (um parque) e Cerrado e Mata Atlântica (dois parques) (Tabela 1).

Tabela 1 – Data de criação, data do Plano de Manejo, área e bioma das Unidades de Conservação.

Parque	Data de Criação	Área (ha)	Ano do Plano de Manejo	Bioma
PARNA Caparaó	1961	31.853	2015	Mata Atlântica
PARNA Sempre Viva	2002	124.155	2016	Cerrado
PARNA Canastra	1972	197.971	2005	Cerrado
PARNA Caverna do Peruaçu	1999	56.8	2005	Cerrado
PARNA Cipó	1984	31.617	2009	Cerrado
PARNA Grande Sertão Veredas	1989	83.364	2003	Cerrado
PARNA Itatiaia	1937	28.084	2013	Mata Atlântica
PE Biribiri	1998	16.998	2004	Cerrado
PE Caminho das Gerais	2007	56.237	2022	Caatinga/Cerrado
PE Itacolomi	1967	7.543	2007	Mata Atlântica
PE Rio Preto	1994	10.755	2004	Cerrado
PE Serra das Araras	1998	11.137	2020	Cerrado
PE Serra da Boa Esperança	2007	5.874	2021	Cerrado
PE Serra de Ouro Branco	2009	7.520	2017	Cerrado/Mata Atlântica
PE Serra do Brigadeiro	1996	14.984	2007	Mata Atlântica
PE Serra do Intendente	2007	13.508	2016	Cerrado/Mata Atlântica
PE Serra do Papagaio	1998	22.917	2009	Mata Atlântica
PE Serra Nova e Talhada	2003	4.989	2022	Caatinga

Fonte: CNUC e MMA (2023).

A caracterização das UC foi adquirida pelos Planos de Manejo e acesso às informações disponíveis no banco de dados sobre Áreas Protegidas, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2022). Como foi observado, todos os parques nacionais possuem áreas maiores que 4900 hectares. Foi estabelecido, como critério de estudo, para uma melhor padronização, a escolha, para esse estudo, de parques

estaduais que tivessem as maiores áreas. Outro critério foi a seleção dos parques estaduais que pertencem à mesma macrorregião dos parques nacionais. São elas: Norte de Minas, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata, Sul e Sudeste de Minas, conforme estabelecido pela divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

2.2 Coleta de Dados e Análises

Para realizar uma descrição exploratória da conservação do patrimônio histórico-cultural dentro dos Parques Nacionais e Estaduais do Estado de Minas, realizou-se uma pesquisa exploratória a partir dos Planos de Manejo, sobre a conservação do patrimônio histórico-cultural. Nessa busca, foram procurados nos Planos de Manejo com: (I) participação social na elaboração do Plano de Manejo; (II) menção da preservação do patrimônio histórico-cultural; (III) participação de profissionais habilitados para lidarem com o patrimônio histórico-cultural; (IV) estado de conservação dos bens culturais; (V) proposta de educação patrimonial; (VI) incentivo, recurso e apoio de órgãos ambientais, entre outros; (VII) sentimento de pertencimento e preservação do bem cultural.

Utilizou-se a matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) a qual representa: Fortalezas, representando pontos fortes que podem ser potencializados; Fraquezas, representando pontos fracos que devem ser minimizados ou suprimidos; Oportunidades, representando condições externas que podem ser aproveitadas para melhorar o funcionamento da instituição; Ameaças, representando as ameaças, condições externas negativas que podem influenciar o mau funcionamento da instituição. A matriz SWOT (HOFRICHTER, 2017) foi criada na década de 1970, por diversos professores do Stanford Research Institute, auxiliou o processo de Planejamento Estratégico para empresas, objetivando observar os sucessos e deficiências para melhorias. No Brasil, esse método é conhecido como FOFA, que são representadas pelas primeiras letras, traduzidas em português. A partir dessa matriz, sistematizaram-se as informações por meio de grupos relacionais, que são definidos por apresentarem atributos ou significados alusivos à proteção e conservação do patrimônio histórico-cultural. Destaca-se que o uso dessa técnica pode resultar na melhoria do planejamento estratégico das áreas protegidas, podendo aprimorar a gestão por meio de uma avaliação e neutralidade de ações, além de corrigir problemas, que podem acarretar prejuízo quanto à conservação dos bens culturais (Filho, 2015; Santos; Fernandes, 2015; Zimmerman, 2015). A matriz foi construída, atribuindo as pontuações 0 (zero), se não foi informado sobre o

patrimônio histórico-cultural, 1 (um), se não possui esse patrimônio, e 2 (dois), se possui e se foi informado.

Foram observados, também, fatores ou propostas que podem surgir ou continuar, com características favoráveis ou ameaças. Nessa fase, os dados levantados foram analisados com base na Estatística Descritiva e na ferramenta da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Além disso, os bens foram analisados em relação ao fato de se constarem na lista de tombamento disponibilizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e se são recebidos recursos de algum órgão público federal, estadual ou municipal.

A partir da matriz FOFA, também, foram desenvolvidos um Cluster e um fluxograma de relação de similaridade, cuja observação define características e correlações correspondentes dos parques. A similaridade e os grupos, que surgiram, formaram as amostras de dados, definidos por pontos negativos e positivos. Eles foram agrupados com o índice de Bray-Curtis (Valentin, 2000), usando o método de média para criar os grupos, em relação as características da matriz. O Cluster e similaridade foram desenvolvidos no programa Primer 6 + Permanova (Clarke; Gorey, 2006; Anderson; Gorley; Clarke, 2008).

3 RESULTADOS

Com a leitura e pesquisa nos Planos de Manejo observou-se, principalmente, em nível estadual, pouca informação quanto aos bens culturais, proposta metodológica observado recentemente pelo órgão gestor. Alguns dos planos de manejos são extensos (produzidos antes da década de 2010) e com informações complexas, sendo cópias em sua estrutura, mudando somente a informação específica dos parques; e outros enxutos, deixando de colocar informações, entre elas, o estado do bem cultural. Vale destacar que, na escrita de dois Planos de Manejo, há detalhes e políticas de preservação do Patrimônio Histórico-Cultural bem definidos, como o Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Ouro Branco. Dos sete Planos de Manejos de parques federais e dos onze de parques estaduais, 49% dos parques federais apresentaram atualizações nos Planos de Manejos, 29% não apresentaram e, em 14%, não foi encontrada a resposta se houve ou não atualização. Destaca-se, no entanto, que um dos parques federais apresentou um Plano de Ação Emergencial para auxiliar o processo de gestão. Nos parques estaduais, observou-se que todos não tiveram atualizações nos Planos de Manejo, mas 27% foram criados recentemente, com mais precisão, entre os anos de 2020 a 2022. Mesmo assim, o padrão de ausência de informações sobre o patrimônio histórico-cultural, ainda

permanece. Na Tabela 2, há o diagnóstico da matriz FOFA, relacionado à preservação do patrimônio histórico-cultural, em dezoito parques, no estado de Minas Gerais.

Tabela 2. Diagnóstico da matriz FOFA considerando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à preservação do patrimônio histórico-cultural em dezoito parques no estado de Minas Gerais. Legenda: 0 – não informado, 1 – não possui, e 2 – possui.

Diagnóstico da matriz FOFA		PARNA Caparaó	PARNA Sempre Viva	PARNA Canastra	PARNA Caverna do Peruáçu	PARNA Cipó	PARNA Grande	PARNA Itatiaia	PE Biribiri	PE Caminho das Gerais	PE Itacolomi	PE Rio Preto	PE Serra das Araras	PE Serra da Boa Esperança	PE Serra de Ouro Branco	PE Serra do Brigadeiro	PE Serra do Intendente	PE Serra do Papagaio	PE Serra Nova e Talhada
Pontos fortes	Recurso para proteção do bem cultural	0	2	2	2	0	0	0	2	0	2	0	2	0	2	2	0	0	0
	Órgãos que auxiliam na proteção do bem cultural	0	2	2	2	2	0	0	2	0	2	0	2	0	2	2	0	0	0
	Bem cultural tombado	0	2	2	2	2	0	0	2	0	2	0	2	0	2	2	0	0	0
	Sentimento de preservação do patrimônio histórico-cultural	2	2	2	2	1	1	1	2	1	2	1	1	2	2	2	1	1	1
	Núcleo e ações de educação patrimonial	2	2	2	1	2	2	2	1	1	2	1	1	1	1	2	2	1	1
	Bens recebem visitação	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Pontos fracos	Controle e fiscalização contra pichações e vandalismos;	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	1	2	2
	Alguns parques com poucas visitações e interpretação do bem cultural;	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Poucas pesquisas na área do patrimônio histórico-cultural;	2	2	2	2	2	1	2	2	0	0	1	0	2	1	2	2	2	2

Diagnóstico da matriz FOFA		PARNA Caparaó	PARNA Sempre Viva	PARNA Canastra	PARNA Caverna do Peruáçu	PARNA Cipó	PARNA Grande	PARNA Itatiaia	PE Biribiri	PE Caminho das Gerais	PE Itacolomi	PE Rio Preto	PE Serra das Araras	PE Serra da Boa Esperança	PE Serra de Ouro Branco	PE Serra do Brigadeiro	PE Serra do Intendente	PE Serra do Papagaio	PE Serra Nova e Talhada	
	Pouco envolvimento com a comunidade local e entorno;	1	1	1	1	1	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
	Povoamento indígena e comunidades tradicionais - situação conflitante;	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Oportunidades	Criação de museus e/ou centros de referência e documentação;	1	1	2	1	2	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	
	Valorização do patrimônio histórico-cultural de comunidades do entorno;	2	2	2	1	1	2	2	2	1	1	1	2	1	1	1	2	2	2	
	Proposta de incentivo à cultura local;	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	1	2	1	2	2	2	
	Proposta de oficinas de gestão do patrimônio histórico-cultural;	1	1	2	2	1	1	1	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	
	Proposta de inventário do patrimônio histórico-cultural;	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	1	2	2	1	1	1	2	2
	Proposta de incentivar a educação patrimonial	1	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Ameaças	Parques que apresentam grau de pertencimento pequeno devido a conflitos;	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	
	Não há pessoas habilitadas na área de história no parque;	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	0	2	0	2	2	0	0	0	

Diagnóstico da matriz FOFA		PARNA Caparaó	PARNA Sempre Viva	PARNA Canastra	PARNA Caverna do Peruáçu	PARNA Cipó	PARNA Grande	PARNA Itatiaia	PE Biribiri	PE Caminho das Gerais	PE Itacolomi	PE Rio Preto	PE Serra das Araras	PE Serra da Boa Esperança	PE Serra de Ouro Branco	PE Serra do Brigadeiro	PE Serra do Intendente	PE Serra do Papagaio	PE Serra Nova e Talhada
	Poucos bens em bom estado de conservação;	0	0	2	2	2	0	1	2	0	1	0	0	1	1	0	2	0	0

Fonte: Autores (2023).

Quanto aos pontos fortes, destaca-se que 50% dos bens dos parques são tombados em nível federal, estadual e municipal de acordo com a lista de tombamento disponibilizada pelo IEPHA-MG, sendo esses mesmos parques (50%) que possuem auxílio de órgãos de proteção ao bem cultural, como IPHAN e IEPHA. Muitas vezes, entretanto, esse auxílio é representado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural dos municípios onde se localizam o parque ou o entorno. Destaca-se que, 44% dos parques recebem recursos para a proteção do bem cultural, via ICMS Cultural, de acordo com a tabela atualizada da SEPLAG/IEPHA e a Lei Robin Hood.

Percebe-se que 50% dos parques apresentam moradores de dentro e entorno com sentimento de preservação do patrimônio histórico-cultural, pois relacionam a identidade da população e possuem perspectivas positivas quanto à utilização para o turismo. Vale destacar que todos os parques já utilizam o bem cultural como atrativo turístico. Contudo, os outros 50% dos parques apresentam moradores que não possuem esse sentimento, justificado pela criação conflituosa dos parques, com processos autoritários, situações fundiárias não regularizadas e desconhecimento da importância dos bens culturais, causando alguns passivos ambientais como turismo desordenado, depredação e pichação.

Algumas ações de controle e fiscalização são definidas em 83% dos parques, como elaboração do plano de educação patrimonial, com o objetivo de sensibilização ambiental, palestras e visitas guiadas, capacitação da população do entorno, criação de museus, oficinas de gestão do patrimônio arqueológico e inventário do patrimônio. Nota-se que já são desenvolvidas atividades esporádicas com escolas dos municípios do entorno, mas, em 17% dos Planos de Manejo, não apresentam ações nos parques.

Dentre outros pontos fracos, inclui-se a não interpretação dos bens culturais nas visitas em 94%, demonstrando o desconhecimento do órgão gestor e da comunidade quanto da importância do bem cultural. Além disso, 67% dos parques não apresentaram nenhuma ou poucas pesquisas sobre o patrimônio histórico-cultural.

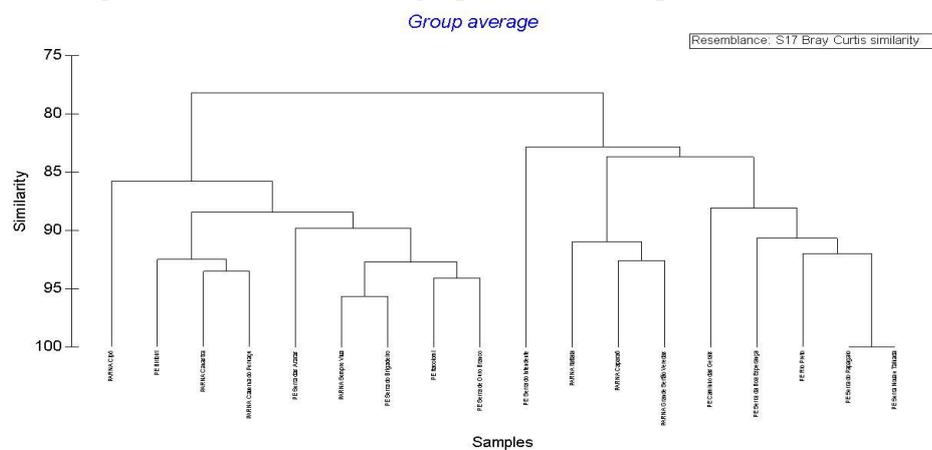
Há, também, pouco envolvimento com a comunidade do entorno, quanto à valorização da cultura local, sendo apresentada a proposta nos planos de manejo somente em 61% dos parques. Neles, surge, como proposta, a geração de mão de obra para o turismo. Em 11% dos parques, são apresentados povoados indígenas e comunidades tradicionais que vivem em situação conflituosa, pois tiveram seus territórios sobrepostos.

Quanto às oportunidades, destaca-se, em 17% dos parques, a criação de museus, centros de referência e documentação para futura exposição, divulgação e tratamento das documentações antigas para a comunidade do entorno e dos bens nos parques. Do total, a proposta de valorização do patrimônio histórico-cultural de comunidades do entorno é de 56% dos parques. A recomendação é gerar oficinas de gestão em 22%, com objetivo de aproximar e fortalecer à comunidade, produzindo uma maior participação da gestão. Outra proposta importante, destacada em 72% nos Planos de Manejos, é o inventário do patrimônio, com trabalho contínuo de educação ambiental/patrimonial, em 89% dos parques.

Quanto às ameaças, evidencia-se um pequeno grau de pertencimento de comunidade no entorno, em relação a 89% dos parques; fatores que foram agravados e diagnosticados nos Planos de Manejo, causados pela situação fundiária não concretizada na sua totalidade dos parques; conflitos que surgiram devido à criação e sobreposição territorial; retratado também no início o desconhecimento do parque e de sua importância pela comunidade. Vale ressaltar, que 50% deles não apresentaram informações sobre a situação dos bens culturais (Tabela 3).

O Cluster apresentou algumas características correspondentes de parques, pois surgiram dois grupos com 50% dos parques, em cada um. No primeiro grupo, 56% são parques estaduais e 44% são nacionais; e, no segundo grupo, 67% são parques estaduais e 33%, nacionais. Citam-se, como destaques, as similaridades dos PN Serra da Canastra e PN Cavernas do Peruaçu; PN do Caparaó e PN Grande Sertão Veredas; PE do Itacolomi e PE Serra do Ouro Branco; PE Serra do Papagaio e PE Serra Nova e Talhada; PN da Sempre Viva e PE Serra do Brigadeiro (Figura 1).

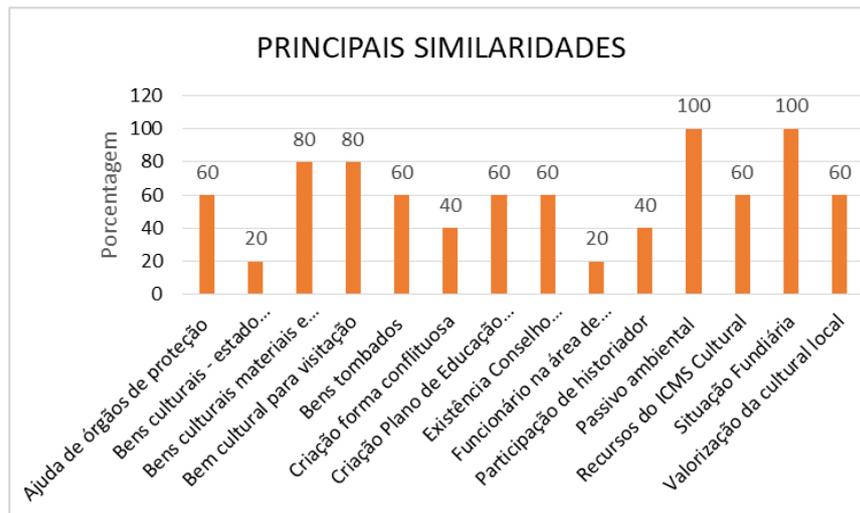
Figura 1 – Cluster com os grupos relacionais por similaridade.



Fonte: Autores (2023).

Foram destacadas 14 similaridades dos cinco subgrupos (Figura 2). Em ordem de importância, as quatro similaridades, com maiores porcentagens, foram: com 100% “questão de situação fundiária”; “presença de passivo ambiental”; e com 80% “presença de bens culturais materiais e imateriais” e “bens culturais usados para visitação” (Figura 2).

Figura 2. Principais Similaridades que surgiram dos Parques Nacionais e Estaduais.



Fonte: Autores (2023).

Das principais similaridades, as de destaque relacionadas ao Patrimônio Histórico-cultural são: a) “fazer parte de Circuitos Turísticos”, b) “possuir passivo ambiental”, c) “possuir bens tombados”, d) “participação de historiador na elaboração do plano de manejo”, e) “receber recursos do ICMS Cultural”, f) “situação fundiária não resolvida”, e g) “existência de conselho consultivo” (Tabela 3).

Tabela 3. Principais similaridades de forma geral dos subgrupos e porcentagens que surgiram, observadas nos Planos de Manejo quanto ao Patrimônio Histórico-cultural dos Parques Nacionais e Estaduais.

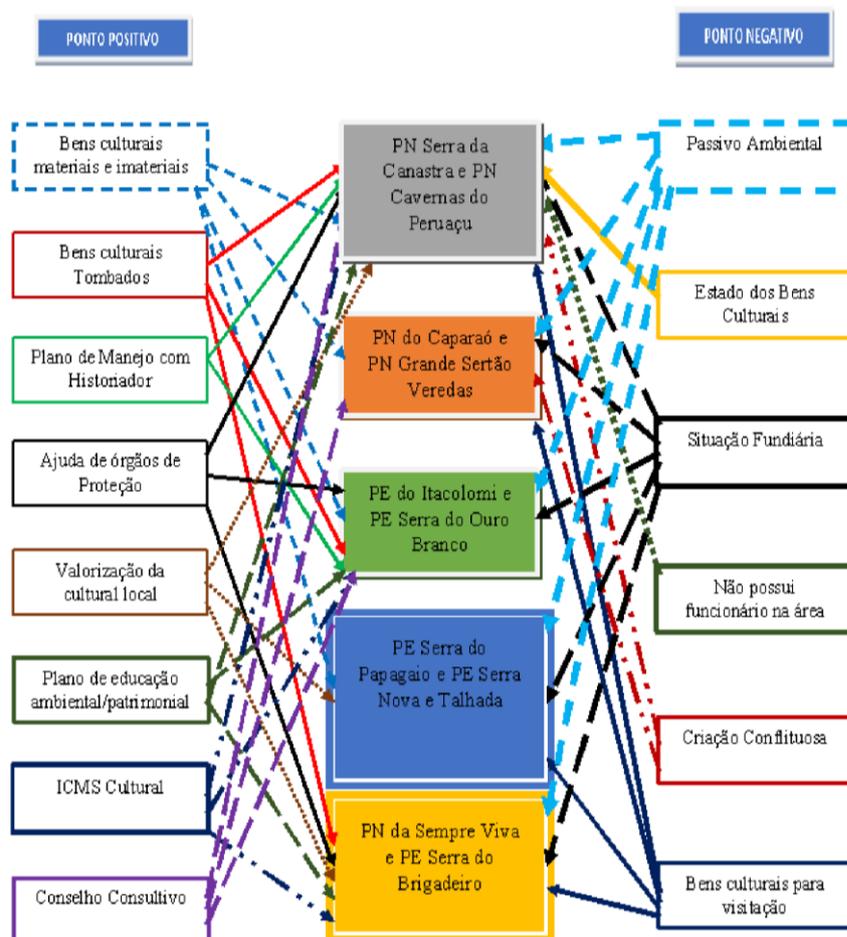
PONTOS POSITIVOS	%	PONTOS NEGATIVOS	%
- Possui bens culturais materiais e imateriais – sítios arqueológicos, pinturas rupestres e manifestações culturais;	80	- Passivo ambiental – atividade turística desordenada; sem planejamento e controle, resultando na prática de vandalismo;	100
- Possui bens tombados em todos os níveis de poder público;	60	- Situação Fundiária não resolvida	100
- Existência e Representatividade de Conselho Consultivo;	60	- Bem cultural para visitação	80
- Ajuda de órgãos de proteção do Patrimônio Histórico-cultural – IPHAN,	60	- Criação dos parques de forma conflituosa	40

IEPHA e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural;			
- Proposta de desenvolvimento para o turismo local e valorização da cultural local;	60	- Bens culturais apresentam em estado razoável e/ou ruim;	20
- Proposta de criação Plano de Educação Patrimonial;	60	- Não possui funcionário na área de história	20
- Recebe recursos do ICMS Cultural;	60		
- Plano de manejo com participação de historiador na elaboração dando ênfase ao patrimônio existente;	40		

Fonte: Autores (2023).

Podem ser observados na figura 3, o fluxograma de relação das similaridades, a partir de pontos negativos e positivos, observados nos Planos de Manejo dos cinco subgrupos de Parques Nacionais e Estaduais (Figura 3).

Figura 3. Fluxograma de relação entre similaridades e pontos negativos, positivos observados nos planos de manejo dos Parques Nacionais e Estaduais.



Fonte: Autores (2023).

4 DISCUSSÃO

Os zoneamentos contribuem com normas e objetivos, para o uso e manejo das UCs (BARROS; LEUZINGER, 2018) inclusive do patrimônio histórico-cultural. Percebe-se uma desconsideração no que se refere ao uso e manejo adequado proposto pelo zoneamento e patrimônio existente, pois visam os bens para a visitação pública, sem interpretação histórica e demonstram que muitos não estão em bom estado de conservação. A falta de profissionais especializados na fiscalização, pode acarretar perdas ou a falta de visão sobre a importância do bem cultural. Quando há necessidade de proteção ou reconhecimento do bem material ou imaterial, as UC recorrem a órgãos nas três esferas de poder, para discussão e possíveis providências, sendo que, na maioria das vezes, direciona-se para o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural, ou seja, o município mais próximo do bem cultural.

O profissional mais recomendável para facilitar e promover a fiscalização é um historiador. A participação de um profissional de História dentro da equipe técnica, na elaboração dos Planos de Manejo e depois na estrutura funcional das UC, é fundamental. O profissional dessa área ou, até mesmo, de um setor cultural pode contribuir para uma visão melhor do patrimônio histórico-cultural dentro das UC, garantindo o estabelecimento de políticas de preservação e, principalmente, o uso correto dos zoneamentos histórico-culturais e viabilização de recursos.

Os Planos de Manejo devem ser melhorados quanto às suas estruturas, para apresentar ações baseadas no contexto das UC, com manejos diferentes, porque não existe estratégia padrão para todas as unidades (BARROS; LEUZINGER, 2018); pois a maioria das UC está em contextos geográficos e ecológicos diferentes. Nota-se que esse processo auxilia a divulgação de órgãos gestores, tanto estadual quanto federal, como forma de dever cumprido, mas não estão, totalmente, associados às UCs (DOUROJEANNI, 2003). Nesse sentido, uma atualização se faz necessária para atender particularidades e consentir questões relativas ao patrimônio histórico-cultural.

Com o surgimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por meio da Lei n. 9.985 de julho de 2000, ficou estabelecido que os Planos de Manejo devem ser confeccionados até o prazo de cinco anos, após a criação da UC. Percebe-se que muitos Planos de Manejo foram confeccionados após esse período obrigatório e se apresentam desatualizados. A sua implementação apresenta-se limitada. Muitos parques podem ter novas demarcações de suas áreas, comprometendo a eficácia da gestão, tendo, como causa, a deficiência da

fiscalização, a falta de recursos financeiros e de equipe técnica, além dos altos custos para elaboração (Lima *et al.*, 2005; Medeiros; Pereira, 2011; Barros; Leuzinger, 2018). a atualização dos planos de manejo contribui para a melhoria do processo de gestão, podendo regulamentar novas áreas para uso público, pesquisas e regularização fundiária, além de gerar novos mecanismos e ferramentas (Dourojeanni, 2003; Medeiros; Pereira, 2011; Barros; Leuzinger, 2018).

A criação de conselhos gestores, com a participação da comunidade local, no processo de gestão, é também uma proposta importante, pois pode resultar em diálogo e acesso a informações (BRASIL, 2000; Magno, 2020), aumentando o grau de pertencimento da comunidade quanto aos bens materiais e imateriais. Essa ideia é estabelecida pelo SNUC, a qual seria gerar a participação democrática em políticas de conservação e proteção, além de aproximar a comunidade das UC, gerando maior conhecimento, preservação e conservação dos bens culturais e ambientais.

O processo de gestão é caracterizado por oficinas de diagnóstico para implantação e reuniões do conselho. Essa abertura, para a participação contribuirá a fim de amenizar as carências quanto à gestão e estrutura das UC, principalmente, quanto à importância dos bens culturais existentes (Medeiros; Pereira, 2011; Barros; Leuzinger, 2018). Pode-se acarretar uma sensibilização e envolvimento maior da comunidade com as UC, com empenho na implementação de práticas de educação patrimonial e oficinas, gerando situações positivas de conservação da biodiversidade e, principalmente, do bem cultural (Barros; Leuzinger, 2018).

O incentivo a participar de circuitos turísticos pode ser uma grande oportunidade de valorização e divulgação do Patrimônio Histórico-Cultural (Barros; Leuzinger, 2018). Contudo, deve ser, meticulosamente planejado para o uso público, pois a grande extensão de algumas UC, o desconhecimento total da área e dos bens culturais acarretam atividades turísticas sem planejamento ou desordenadas, em virtude da deficiência da fiscalização (Lima *et al.*, 2005), causando passivos ambientais irreversíveis, como pichações e depredações do patrimônio histórico-cultural.

Outro ponto de destaque é a falta de regularização fundiária das áreas na maioria das UC, que deve ser uma prioridade, pois tem causado conflitos entre as comunidades do entorno, indígenas e tradicionais, que tiveram seus territórios sobrepostos. Esse processo pode gerar a descaracterização e desaparecimento do bem cultural, resultando, também, nos “refugiados

socioambientais”, uma vez que muitos componentes são obrigados a deixar seus espaços para garantir melhorias de vida.

A carência de recursos é perceptível em várias UC. Contudo, muitas cidades, no entorno dos parques, são beneficiadas com recursos para a proteção do bem cultural, que advém do estado de Minas Gerais via ICMS Cultural (MINAS GERAIS, 2009). Os bens culturais são pontuados e tombados em alguma esfera governamental: municipal, estadual ou federal. Esses bens culturais são tratados por lei específica, voltada para a proteção e preservação, encontrando-se dentro dos limites dos parques. Para tanto, esse recurso deve apresentar em lei específica a determinação da forma do uso, ficando, assim, a indagação se é repassado para os parques, onde há existência de bens culturais tombados, com a finalidade de preservação e proteção. Um exemplo são ações de educação patrimonial, que podem contribuir para a visibilidade, partindo para uma sensibilização melhor do Patrimônio Histórico-Cultural (Ramos, Oliveira, 2008; Melo; Cardozo, 2015). alguns autores corroboram com isso (Ramos; Oliveira, 2008; Melo; Cardozo, 2015) que ressaltam que a Educação Patrimonial pode gerar o inverso, contribuindo para a construção de uma identidade histórica do espaço, por meio das visitas e envolvimento com a comunidade. Esse processo pode diminuir os passivos ambientais, ocasionados pelo turismo de forma desordenada. Nota-se que nem todas a UC possuem muitas visitas com a interpretação do bem cultural, como base do uso público, que pode ser fator para a crescente degradação do bem cultural. Destaca-se, também, que poucos bens estão em bom estado de conservação, podendo acarretar a perda da identidade de comunidades existentes no entorno e dentro das UC.

Relata-se, também, o pouco incentivo às pesquisas dessa temática, o que contribui para a pouca visibilidade quanto aos bens dentro das UC, além da escassa divulgação para o estado. Apesar de algumas UC, principalmente as estaduais, surge a proposta de criação de centros de apoio, referência, documentação e museus com objetivo de dar maior visibilidade ao patrimônio Histórico-Cultural, além de incentivar a cultura local, mantendo uma aproximação com uma proposta de sensibilização. Destaca-se, também, uma proposição de inventariar o patrimônio histórico-cultural com o intento de incentivar o conhecimento e sua divulgação para a cultura estadual.

Não obstante, deve-se melhorar o envolvimento com a comunidade local e entorno, com a gestão dessas UC, podendo amenizar os conflitos de interesse, melhorando o grau de pertencimento com a área protegida. Esse processo acontece, muitas vezes, devido ao fato de a

criação e a gestão serem executadas sem consulta e participação da sociedade (BENATTI, 1999) na administração e implantação.

5 PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresenta, a partir dos Planos de Manejo pesquisados, que a valorização cultural, dentro das UC, ainda carece de atenção por parte de poder público. Percebe-se que uma gestão mais efetiva, dentro de um cenário com carências de recursos e pessoal, certamente, converter-se-á num grande desafio para UC. Destaca-se que uma gestão eficiente vai além do Plano de Manejo, pois exige-se melhor atuação dos órgãos gestores, principalmente, quanto à preservação do patrimônio histórico-cultural.

Nota-se a importância da observação ocorrida com o processo de desterritorialização, com maior efetividade, pois se perde o sentimento não só pelo espaço, mas pela construção ocorrida. Para que isso não aconteça, os saberes produzidos pelas comunidades devem ser valorizados, por meio de políticas públicas de gestão, que não sejam voltadas apenas para o econômico. São notados a carência do apoio de uma gestão atuante e apoio público, com a inclinação neoliberal, resultado do desconhecimento por parte da sociedade, o que aumenta o processo de descaracterização da cultura dos povos.

Dentro deste contexto, também, espera-se uma maior compreensão, quanto à relevância do Patrimônio Histórico-Cultural nas UCs, pois contribuirá para a preservação das áreas verdes, valorização com seus espaços podendo melhorar a relação, por meio da sensibilização maior da população, sendo uma carência em sua maioria. Esses bens culturais são considerados preciosos, principalmente agora, em que há um crescimento da ideologia capitalista. Neste processo, podem surgir estratégias compactuadas, levantando-se um novo olhar sobre a importância desses bens culturais, com a finalidade do uso público mais consciente e transformador da personalidade social.

REFERÊNCIAS

AAS, C.; LADKIN, A.; FLETCHER, J. Stakeholder collaboration and heritage management. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 1, p. 28-48, 2005.

ALVES, L. L. B.; FONTES, M. A. L. Effects of tourism concessions in protected areas around the world. **Research Square**, 2022. DOI: 10.21203/rs.3.rs-1899404/v1.

ANDERSON, M. J.; GORLEY, R. N.; CLARKE, K. R. **PERMANOVA+ for PRIMER: Guide to Software and Statistical Methods**. Plymouth: PRIMER-E, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. 226 p.

BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. Planos de Manejo: Panorama, Desafios e Perspectivas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRGS**, v. 13, n. 2, p. 218-303, 2018.

BENATTI, J. H. Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, dez. 1999.

BIELING, C.; PLIENINGER, T. Recording Manifestations of Cultural Ecosystem Services in the Landscape. **Landscape Research**, v. 38, n. 5, p. 649-667, 2013. DOI: 10.1080/01426397.2012.691469.

BLICHARSKA, M. et al. Shades of grey challenge practical application of the cultural ecosystem services concept. **Ecosystem Services**, p. 55-70, 2017. DOI: 10.1016/j.ecoser.2016.11.014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areas-protegidas/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. 3. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2000. 52 p.

BRASIL. **Orientações metodológicas para elaboração de planos e uso público em unidades de conservação federais**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2019.

CLARKE, K. R.; GOREY, R. N. **PRIMER v6: User Manual/Tutorial**. Plymouth: PRIMER-E, 2006.

DANIEL, T. C. et al. Contributions of Cultural Services to the Ecosystem Services Agenda. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 109, n. 23, p. 8812-8819, 2012. DOI: 10.1073/pnas.1114773109.

DAVID, M. et al. Conhecimento Tradicional em comunidades do cerrado Mato-grossense: um estudo bibliométrico. **Biodiversidade**, v. 19, n. 2, p. 32-45, 2020.

DIEGUES, A. C. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 50, p. 116-126, abr. 2019.

DOUROJEANNI, M. Análise Crítica dos Planos de Manejo de Áreas Protegidas no Brasil. In: **Áreas Protegidas: Conservação no Âmbito do Cone Sul**. Pelotas: [s.n.], 2003. p. 1-20.

FILHO, A. M. S. Sobre a análise SWOT para planejamento e gestão de projetos. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 169, jun. 2015.

GOMES, R. C. et al. **Análise SWOT: quando usar e como fazer**. São Paulo: Simplíssimo, 2017.

HOLLELAND, H.; SKREDE, J.; HOLMGAARD, S. B. Cultural Heritage and Ecosystem Services: A Literature Review. **Conservation and Management of Archaeological Sites**, v. 19, n. 3, p. 210-237, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Disponível em:** <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

LIMA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, W. Avaliação da efetividade de manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral em Minas Gerais. **Revista Árvore**, v. 29, n. 4, p. 647-653, 2005.

MAGNO, L. Participação social e gestão ambiental: uma análise do conselho gestor do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais – Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 28-41, 2020.

MEDEIROS, M. F. T.; ALBUQUERQUE, U. P. V. Etnoconhecimento. In: ALBUQUERQUE, U. P. (org.). **Dicionário Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: NUPEEA, 2012. p. 33-34.

MELO, A.; CARDOZO, P. F. Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, 2015.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MINAS GERAIS. **Lei n° 18.030/2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

MINAS GERAIS. **Lei n° 20.922/2013**. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à Biodiversidade no estado de Minas Gerais.

MUÑOZ-VIÑAS, S. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier, 2005.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n. 22, p. 37-50, 2010.

PETROCCHI, M. **Turismo: Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 2001.

RAMOS, L. M. J.; OLIVEIRA, S. F. Refletindo a Educação Ambiental e o Ecoturismo: uma análise do plano de manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas/GO a partir do programa de uso público. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 21, jul.-dez. 2008.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, 2007.

ZIMMERMAN, F. **Gestão da Estratégia com o uso do BSC**. Brasília: ENAP, 2015.

ARTIGO 2 - VALORIZAÇÃO E/OU VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: ESTUDO DE CASO DE ALGUNS PARQUES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

André Luiz Ferreira da Silva^{1,2}, Maria Aparecida Faleiro², Felipe Santana Machado³, Aloysio Souza de Moura⁴, Marco Aurélio Leite Fontes¹, Rosângela Alves Tristão Borém⁵, Renata Dias Françoso Brandão¹

¹ Departamento de Ciências Florestais (DCF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), s/n, CP 3037, Campus Universitário, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-000

² Associação Regional de Proteção e Integração Ambiental (ONG-ARPIA), Rua Coração de Jesus, s/n, Carmópolis de Minas, MG, Brasil, CEP 35534-000

³ Governo do Estado de Minas Gerais, E.E. Prof^a. Celina de Rezende Vilela, R. Francisco Valias, 50, Centro, Cordislândia, MG, CEP 37498-000; e Governo Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, E.M. Bento Gonçalves Filho e E.M. Maria Olímpia Borges, Av. Ibrahim Carvalho, São Gonçalo do Sapucaí, MG, CEP 37490-000

⁴ UFLA Agency for Innovation in Geotechnologies and Intelligent Systems in Agribusiness - Zetta UFLA, CP3037, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-900

⁵ Departamento de Biologia (DBI), Universidade Federal de Lavras (UFLA), s/n, CP 3037, Campus Universitário, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-000

Resumo: As áreas protegidas proporcionam, à sociedade, benefícios, de maneira direta ou indireta, que, muitas vezes, não percebemos. Esses benefícios são representados por bens que são os Serviços Ambientais ou Serviços Ecosistêmicos. Destaca-se, atualmente, a categoria do Serviço Ecosistêmico Cultural, que tem, como objetivo, a observação dos benefícios não materiais da natureza. Uma subcategoria é representada pelo Patrimônio Cultural, através de sua relação com o espaço, muitas vezes, diagnosticada pela memória coletiva ou individual e o sentimento construído. Ante o exposto, este artigo objetivou observar o processo de valorização e valoração do patrimônio Histórico-Cultural de gestores e visitantes dos parques nacionais e estaduais de Minas Gerais. Esse estudo apresenta uma abordagem qualiquantitativa, sendo utilizado o questionário Google Formulários como material de coleta de dados. Foram convidados gestores e visitantes que têm o hábito de conhecer diversas áreas protegidas, principalmente, de Minas Gerais. Como resultado, observam-se lacunas por parte da gestão dessas áreas protegidas, quanto a políticas mais eficazes de conservação e, principalmente, de envolvimento da sociedade do entorno ou residente. Destaca-se, ademais, que o processo de valoração pode acarretar benefícios à sociedade e à gestão dessas áreas protegidas. A valorização do patrimônio histórico-cultural presente pode gerar conhecimentos e sentimentos de preservação, além de aumentar o nível de pertencimento ao espaço ou formação da identidade cultural, geração de renda e reconhecimento de que faz parte da história, que envolve os antepassados.

Palavras-chave: Serviço Ecosistêmico Cultural; identidade cultural; áreas protegidas.

Abstract: Protected areas provide society with benefits, directly or indirectly, that we often do not perceive. These benefits are represented by assets that are Environmental Services or Ecosystem Services. Currently, the category of Cultural Ecosystem Service stands out, which aims to observe the non-material benefits of nature. A subcategory is represented by Cultural Heritage, through its relationship with space, often diagnosed by collective or individual memory and constructed feelings. In view of the above, this article aimed to observe the process of appreciation and valuation of Historical-Cultural Heritage by managers and visitors of national and state parks in Minas Gerais. This study presents a qualitative and quantitative approach, using the Google Forms questionnaire as data collection material. Managers and visitors who have the habit of visiting several protected areas, mainly in Minas Gerais, were invited. As a result, there are gaps in the management of these protected areas, regarding more effective conservation policies and, mainly, the involvement of the surrounding society or residents. It is also worth noting that the valuation process can bring benefits to society and to the management of these protected areas. The valuation of the present historical-cultural heritage can generate knowledge and feelings of preservation, in addition to increasing the level of belonging to the space or the formation of cultural identity, income generation and recognition that it is part of history, which involves ancestors.

Keywords: Cultural Ecosystem Service; cultural identity; protected areas.

1 Introdução

As ações antrópicas e mudanças climáticas contribuem para o aumento da degradação ambiental, gerando, principalmente, perda da biodiversidade e modificações nos ecossistemas (Pinheiro *et al.*, 2023; Roy *et al.*, 2022). esses fatores, associados a mudanças no uso da terra, aumento de espécies invasivas e população humana, geram a perda de vários serviços ecossistêmicos (Milcu *et al.*, 2013; Hollenda *et al.*, 2017)

A sociedade recebe bens diretos ou indiretos da natureza, muitas vezes, não valorados. Esses bens são conhecidos como “Serviços Ambientais ou Ecossistêmicos” (SE), que contribuem para a sobrevivência e a interação homem-natureza. No ano de 2001, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA). Esse documento foi modificado em 2005, mas manteve seu objetivo de auxiliar a proteção e a conservação de ecossistemas, conciliando o desenvolvimento econômico com a proteção dos ecossistemas e os SE. Nesse sentido, os SE se configurou como ferramenta política e prática, auxiliando o processo de gestão de áreas verdes (MEA, 2005).

A MEA classifica os SE em quatro categorias: apoio, provisionamento, regulamentação e serviço cultural. Estes vão desde o fornecimento de alimentos e água potável, até o controle de inundações e doenças. Há, também, os serviços que se apresentam como ativos intangíveis, como os serviços ecossistêmicos culturais. Dentro dessa categoria, a AEM definiu como “os

benefícios não materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas, por meio do enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, reflexão, recreação e experiências estéticas, a fim de manter ou melhorar o bem-estar humano” (MEA, 2005).

No Brasil, em 2021 surgiu a lei n. 14.119, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. No seu artigo 2º, inciso II, alínea d, determina-se que os serviços ecossistêmicos culturais são “os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais, estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros” (Brasil, 2021). Dentro da categoria de SE Culturais, há uma subdivisão em subcategorias que incluem diversidade cultural, espiritual e religiosa, sistemas de conhecimento, valores educacionais, inspiração, valores estéticos, relações sociais, sentido de lugar, valores do patrimônio cultural, recreação e ecoturismo.

Alguns autores contribuem com propostas quanto à valorização do patrimônio histórico-cultural de comunidades. Um exemplo seria a valorização da memória, que pode ser coletiva ou individual, ou as práticas de características históricas, bem como rituais e celebrações intangíveis, derivados da paisagem que pode gerar melhor explicação do patrimônio e que deve ser valorizada (Tengberg, 2012; Muñoz Vinas, 2023; Harrison, 2010), pois muitos rituais eram praticados na natureza. Sendo assim, deve-se valorizar a forma de fazer esse rituais e celebrações, incluindo-os no processo de gestão (Daniel *et al.*, 2012). Outros autores (Blicharska *et al.*, 2017) salientam a importância de identificar os benefícios que o patrimônio histórico proporciona à sociedade, não sendo medido por seu valor econômico como a natureza (Wichaman *et al.*, 2016).

Entretanto há dificuldade quanto à valoração desses serviços ambientais e culturais. Algumas propostas mencionam que se “deve observar a natureza como inspiração para a arte” (Daniel *et al.*, 2012). Outros ressaltam que a valoração deve incluir o estético, espiritual, social, histórico, e simbólico desses espaços, podendo gerar o sentimento de pertencimento e preservação por parte das pessoas (Holleland *et al.*, 2017). Contudo, vale evidenciar, também, que, como os bens culturais estão relacionados a aspectos intangíveis, resultam no sentimento de pertencimento ou identidade cultural de um povo, o qual torna difícil valorar (Holleland *et al.*, 2017; Pivoto *et al.*, 2022).

Outro destaque quanto à valoração do bem cultural, autores propõe exemplos de como calcular. Surge, como proposta, a observação dos seguintes critérios: em Valor de Opção, seria

a oportunidade de se beneficiar do Patrimônio Histórico, como exemplo, o uso público; em Valor de Uso Nenhum, seria valorizada a existência do bem cultural dentro do espaço; e em Valor do Legado seria observada a valoração do bem cultural como importante para as gerações futuras, podendo trazer uma mudança de postura quanto à conservação do bem cultural (Kirshenblatt-Gimblet, 2006).

Partindo da visão de autores, quanto à dificuldade de valoração dos serviços ecossistêmicos culturais, observa-se que o modelo da valoração ambiental, através da precificação, procura sensibilizar acerca das perdas, devido a modelos degradadores e gerar uma importância para a conservação dos ecossistemas (Pivoto *et al.*, 2022). Posto isso, a partir dessa discussão sobre a valorização e valoração, algumas indagações surgiram quanto à conservação dos bens culturais nas UCs: (I) Qual é a visão dos gestores e visitantes quanto à valorização e à conservação?; (II) Quais são os valores destinados a conservação do Patrimônio Histórico-Cultural? Nota-se que mecanismos adequados para a conservação podem contribuir para o bem-estar da sociedade, além do auxílio para manter vivas as culturas, representadas pelos bens culturais, materiais ou imateriais.

Partindo dessa premissa, o objetivo desse estudo é observar o processo de valorização e valoração do patrimônio Histórico-Cultural de gestores e visitantes dos parques nacionais e estaduais de Minas Gerais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Áreas de Estudo

A área de estudo desse trabalho representa as 18 (dezoito) UCs, do grupo de Proteção Integral, sendo a categoria de Parques, de esferas nacional e estadual, localizados no estado de Minas Gerais: PARNA Caparaó, PARNA Canastra, PARNA Cipó, PARNA Itatiaia, PARNA Cavernas do Peruaçu, PARNA Sempre Viva, PARNA Grande Sertão Veredas, PE Serra das Araras, PE Serra Nova e Talhada, PE Caminho das Gerais, PE Biribiri, PE Rio Preto, PE Serra de Ouro Branco, PE Itacolomi, PE Serra do Intendente, PE Serra do Papagaio, PE Serra da Boa Esperança e PE Serra do Brigadeiro.

No quadro 1, segue as Unidades de Conservação que fazem parte da amostragem pesquisada.

Quadro 1 – Unidades de Conservação pesquisadas – com características

UC	Data de Criação	Área (ha)	Plano de Manejo	Bioma
PARNA Caparaó	1961	31.853,12	2015	Mata Atlântica
PARNA Sempre Viva	2002	124.155,89	2016	Cerrado
PARNA Canastra	1972	197.971,96	2005	Cerrado
PARNA Caverna do Peruaçu	1999	56.800	2005	Cerrado
PARNA Cipó	1984	31.617,80	2009	Cerrado
PARNA Grande Sertão Veredas	1989	83.364	2003	Cerrado
PARNA Itatiaia	1937	28.084,30	2013	Mata Atlântica
PE Biribiri	1998	16.998,66	2004	Cerrado
PE Caminho das Gerais	2007	56.237,37	2022	Caatinga/Cerrado
PE Itacolomi	1967	7.543	2007	Mata Atlântica
PE Rio Preto	1994	10.755	2004	Cerrado
PE Serra das Araras	1998	11.137	2020	Cerrado
PE Serra da Boa Esperança	2007	5.874	2021	Cerrado
PE Serra de Ouro Branco	2009	7.520,78	2017	Cerrado/Mata Atlântica
PE Serra do Brigadeiro	1996	14.984	2007	Mata Atlântica
PE Serra do Intendente	2007	13.508,83	2016	Cerrado/Mata Atlântica
PE Serra do Papagaio	1998	22.917	2009	Mata Atlântica
PE Serra Nova e Talhada	2003	4.989	2022	Caatinga

Fonte: Planos de Manejo das Unidades de Conservação - CNUC (2022).

2.2 Coleta e Análise dos Dados

Para a realização desse estudo, utilizamos a abordagem quali-quantitativa, com características de uma Pesquisa Exploratória e Descritiva. Durante o primeiro momento do

processo, foi valorizada a descrição detalhada do fenômeno e significados construídos pelos atores sociais envolvidos, como gestores dos Parques e visitantes. De acordo com Minayo (2013), a abordagem qualitativa é um método que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social, que não podem ser quantificados. Como caminho metodológico de pesquisa, foi utilizado, na ferramenta de coleta de dados, o questionário semiestruturado. Como modelo de questionário, foi utilizada a ferramenta Google Formulários, para compartilhar o documento e preencher de forma “online”. Esse procedimento foi muito utilizado e adaptado no momento vivenciado de pandemia mundial, em que o distanciamento social foi estabelecido. Os questionários foram enviados para os 18 (dezoito) gestores das UC pesquisadas e 200 (duzentas) pessoas que estiveram em parques nacionais e estaduais, citados acima, para a visita ou a execução de alguma atividade. Foram obtidos 09 (nove) questionários com respostas dos gestores e 122 (cento e vinte dois) das pessoas visitantes, formalizando nossa amostra. Para a análise dos dados coletados, foi utilizado, no primeiro momento, o método da análise de conteúdo, para tratamento, com a finalidade de obter indicadores que permitissem a inferência de conhecimentos contidos nas mensagens, pois resgataria os diálogos e significados (Bardin, 2002). Nesse procedimento, os dados categorizados, foram utilizados como subtítulos dentro dos resultados.

No segundo momento, após terem sido os dados categorizados, estes foram transportados para a Planilha do Microsoft Excel. Inicialmente, consideramos algumas variáveis nominais, extraídas dos textos e tendo apresentado relação com os termos, que descrevem nossa amostra. Definimos a frequência absoluta das variáveis nominais, como sendo o número de vezes que esse valor ocorre nessa amostra, após a determinação da frequência relativa das variáveis nominais, através da descoberta do quociente entre a frequência absoluta e o número total de ocorrências de todos os valores da variável na amostra. Os dados foram analisados com base na Estatística Descritiva, com a apresentação de forma descritiva e argumentativa sobre os dados, baseados na discussão de autores. Nesse sentido, a interpretação dos dados resulta de uma técnica que resume a informação recolhida e organiza, através de números, tabelas e gráficos para descrever as principais características (Huot, 2002).

Vale destacar, também, que esse estudo primou pelos princípios éticos, mantendo e garantindo a integridade dos participantes e a segurança dos dados. Procurou-se desenvolver uma descrição exploratória, relacionada ao processo de gestão, valorização e valoração para a

conservação do Patrimônio Histórico-Cultural dentro dos Parques Nacionais e Estaduais do Estado de Minas, tanto de gestores quanto de visitantes.

2.3 Método de Valoração

Outro método utilizado teve, como base, parte da discussão da *Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice* (SBSTTA), em setembro de 1996, na cidade de Montreal, Canadá. Nessa discussão, surgiu o exemplo de como valorar, economicamente, os recursos da biodiversidade (SBSTTA, 1996). A partir desta discussão, MOTTA (1996) elaborou uma Taxonomia Geral do Valor Econômico do Recurso Ambiental.

Partindo desse modelo, diagnosticou-se uma Taxonomia como proposta, retratando a valoração do Patrimônio Histórico-Cultural, baseando-se no seguinte exemplo:

Quadro 2 – Taxonomia do valor do Patrimônio Histórico-cultural.

TAXONOMIA DO VALOR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL			
VALOR DE USO			VALOR DE NÃO USO
Valor de Uso Direto	Valor de Uso Indireto	Valor de Opção	Valor de Existência
Valor do uso pela visitação e/ou atração	Fornecimento de benefícios quanto a informação e para conhecimento científico	Aborda da preservação dos valores de uso direto e indireto	Manter viva a cultura e a identidade cultural das populações

Fonte: Autores (2023).

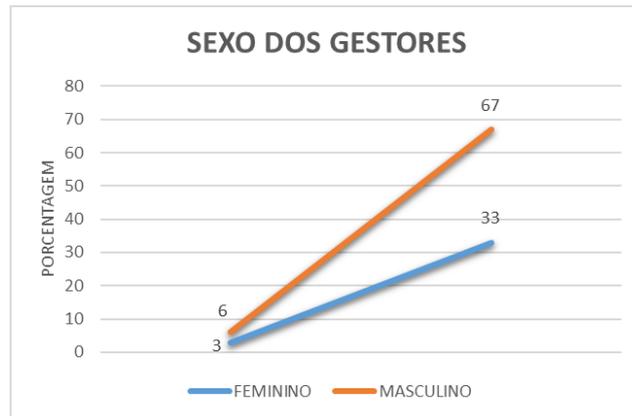
Como instrumento para valorar, foi utilizada a teoria do Método de Valoração Ambiental, sendo aplicado o Método de Valor Contingente (MVC), através da “Disposição a Pagar” (DAP). Para calcular a “Disposição a Pagar” (DAP), foi retirada, através da média simples, descartando o de maior porcentagem, marcado pelos respondentes visitantes e gestores. Depois foram utilizados os outros dois dados de porcentagem maior, para se chegar ao valor estimado da DAP.

3 RESULTADO

3.1 Características e respostas dos Gestores e Visitantes dos Parques

O questionário foi enviado para todos os gerentes dos 18 (dezoito) parques pesquisados. Foram devolvidos 53% (09) entre os pesquisados. Desse total, 67% (06) dos gerentes pesquisados são do sexo masculino e 33% (03) do sexo feminino, sendo que muitos residem em local próximo ou dentro da própria UC.

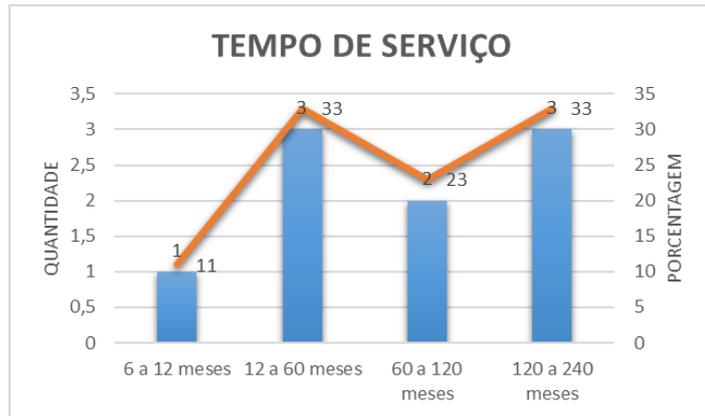
Gráfico 1 – Gráfico sobre Sexo dos Gestores.



Fonte: Autores (2023).

Como se observa no Gráfico 2, os gestores das UC, a maioria, ou seja, 33% (03) dos gerentes compõem o quadro por um tempo que vai de, respectivamente, (03) de 01 a 05 anos ou (03) de 10 a 20 anos, o que representa que muitos ainda estão na fase de reconhecimento do espaço da gestão; e outros já têm conhecimento dos espaços ou, até mesmo, podem ter construído uma relação de pertencimento com a UC. Destaca-se que muitos começaram a trabalhar com a área ambiental, por aproximação com a formação; uns foram convidados a fazer parte do quadro da instituição; vários, por amor à natureza, afinidade com o tema, sendo ativista na área da conservação.

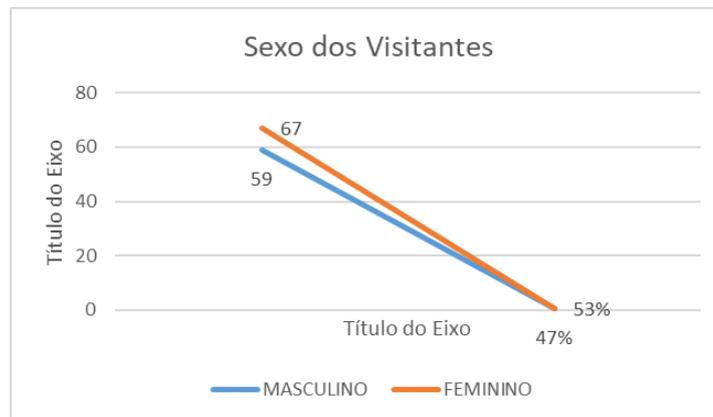
Gráfico 2 – Gráfico sobre Tempo de Serviço dos Gestores



Fonte: Autores (2023).

Em relação aos visitantes. Foram enviados formulários a 250 pessoas que visitaram parques de diversas regiões do país. Desse total, recebemos 126 questionários respondidos até o dia 10/01/2024, totalizando 03 semanas de coletas de dados e amostragem. De acordo com as respostas, 53% (67) dos pesquisados são do sexo feminino e 47% (59), do sexo masculino.

Gráfico 3 – Gráfico sobre Sexo dos Visitantes



Fonte: Autores (2023).

Outro destaque comprovado, nas respostas dos visitantes, trata-se dos 06 (seis) parques mais visitados que foram: Parque Nacional da Serra da Canastra, Parque Nacional da Serra do Cipó, Parque Estadual do Itacolomi, Parque Nacional do Itatiaia, Parque Nacional do Caparaó e Parque Estadual do Rio Preto. É importante ressaltar que foram citados outros parques nacionais e estaduais, que não estão na lista dos pesquisados, exemplo: Parques Nacionais da Gandarela, Serra da Capivara, Lençóis Maranhenses, Jeriquaçu, Chapada Diamantina e

Parques Estaduais de Nova Baden, Rola Moça, Ibitipoca, Limoeiro, Pau Furado, Serra da Parapiacaba, Pico do Itambé, Sumidouro, Cerca Grande.

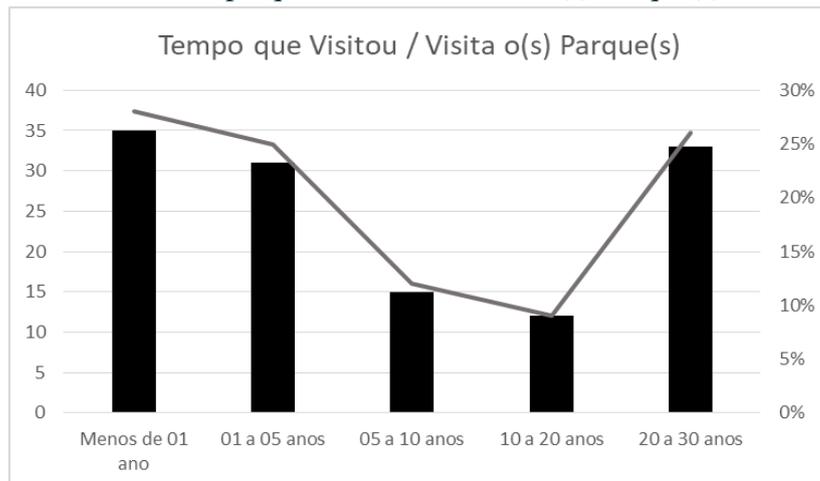
Gráfico 4 – Gráfico sobre os Parques Visitados



Fonte: Autores (2023).

Quanto aos visitantes, 28% (35) visitaram ou visitam o(s) Parque(s) há menos de 01 (um) ano; 26% (33) já o fazem de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos; 25% (31), de 01 (um) a 05 (cinco) anos; 12% (15), de 05 (cinco) a 10 (dez) anos, e 9%, (12) de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

Gráfico 5 – Tempo que Visitou ou visita o(s) Parque(s).

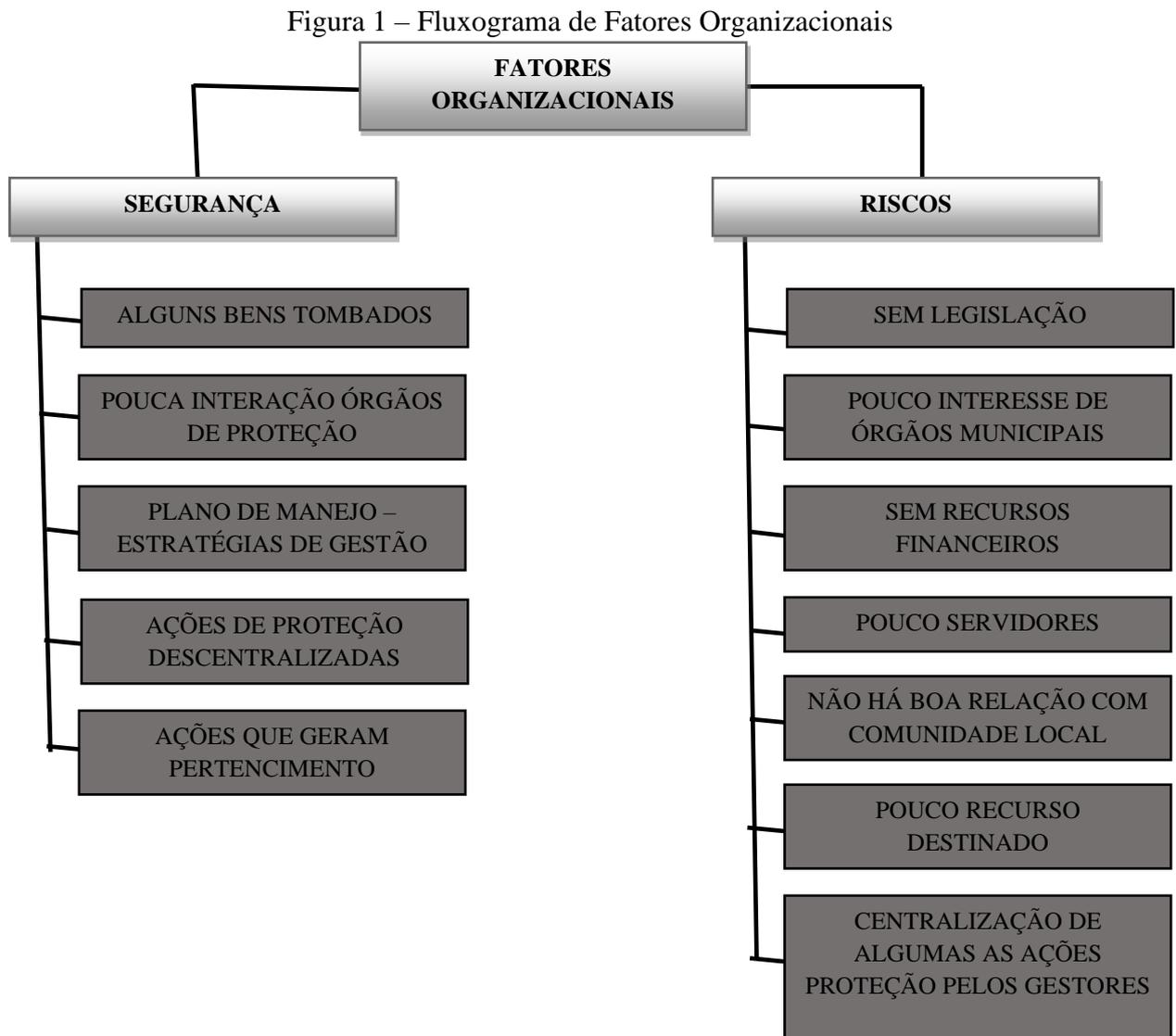


Fonte: Autores (2023).

De acordo com os gestores, 09 (nove) UCs pesquisadas, apresentam o Plano de Manejo, sendo que 78% (07) apresentam, no seu conteúdo, estratégias de gestão quanto à proteção e

preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, ficando definidas no zoneamento e no Plano de Manejo. Outro ponto de destaque é que 78% (07) apresentam falta de regularização fundiária.

Foi observado, de acordo com as respostas, que muitos gestores apresentaram alguns fatores organizacionais, baseados em “Segurança”, que correspondem à ação positiva quanto à conservação do Patrimônio Histórico-Cultural, e “Riscos”, que correspondem a ações negativas, podendo gerar problemas quanto à conservação. Destacam-se, como maiores expressões, os “Riscos”, conforme organograma abaixo.



Fonte: Autores (2023).

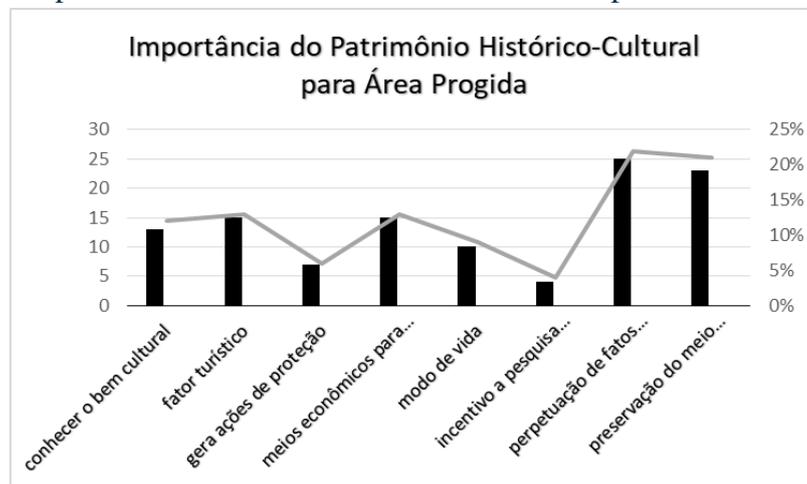
3.2 Quanto à existência e importância do Patrimônio Histórico-cultural nas UCs

Quanto às UC, os gerentes ressaltaram a existência e importância do Patrimônio Histórico-cultural, relacionando-os a contextos históricos, ocorridos na região ou forma de valorizar, para integrar a relação da comunidade com o espaço; 67% (06) tinham conhecimento sobre os bens e 33% (03) não conheciam.

No modelo de bem cultural, responderam somente 08 gerentes de parques. Desse total, 50% (04) são de natureza material e imaterial, 38% (03), de natureza material e 12% (01), de natureza imaterial. São citados como exemplos: museus, igrejas, ruínas, sítios arqueológicos com pinturas rupestres, muros de pedra construídos pelos escravos, caminhos dos escravos, antiga fábrica de tecido da Vila de Biribiri, além da travessia para festividades religiosas.

Segundo os visitantes, houve a informação, por parte das UC, sobre a existência em 59% (74) do Patrimônio Histórico-Cultural, mas, para 41% (52), não houve esse conhecimento. Destaca-se que os maiores índices a partir das respostas dos visitantes, sobre a importância da existência do Patrimônio Histórico-Cultural, nas UC, seriam para a perpetuação de fatos históricos de comunidades ou região, valorizando o espaço e a relação efetiva na preservação do meio ambiente, em que poderia gerar recursos financeiros para as comunidades do entorno ou residente, através do turismo, além de conservar o modo de vida.

Gráfico 6 – Importância do Patrimônio Histórico-cultural para Área Protegida



Fonte: Autores (2023).

Quanto ao tipo de bem cultural, responderam, somente, 115 visitantes. Desse total, 72% (83) são de natureza material e imaterial, 20% (23), de natureza material e 8% (09), de natureza imaterial, sendo citados, como exemplos: modo de fazer o queijo, juntamente, com a Fazenda Zagaia e os currais de pedra da Canastra; cultivo do chá no Itacolomi pela comunidade;

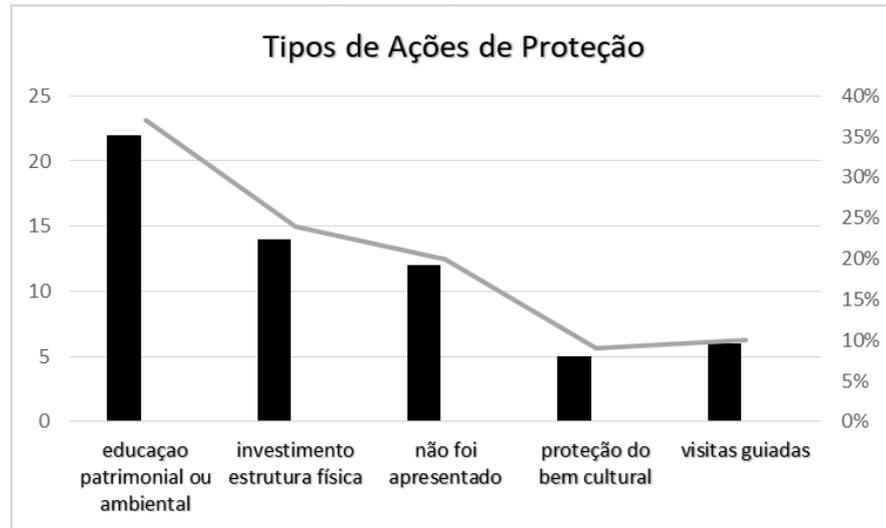
culinária com comidas típicas; artesanatos; sítios arqueológicos com pinturas rupestres; muros de pedra construídos pelos escravos, caminhos dos escravos. Muitos, também, responderam sobre a fauna e a flora, montanhas, cachoeiras, cavernas e nascentes como a do Rio São Francisco.

3.4 Quanto à Governança e Gestão do Patrimônio Histórico-cultural, via Legislação Específica, nas UCs

Quanto à proteção do bem cultural, conforme retratado pelos gestores, via legislação específica, nas diversas esferas do poder, 63% (06) possuem tombamento ou está definida no Plano de Manejo; quanto à sua proteção, 37% (02) não o apresentam. Quanto à interação da UC com órgãos de proteção, ressaltaram os gestores na aproximação de forma parcial do IPHAN, no auxílio do encaminhamento da proteção, mas foi citado que nenhuma das UC recebe qualquer tipo de recurso desse órgão. Outro ponto de destaque é que alguns municípios não apresentam interesse sobre a temática, quanto à proteção dos bens existentes. No entanto, uma das UCs pesquisadas apresenta uma parceria com empresa privada, na confecção de um livro que conta suas histórias e divulgam o patrimônio existente.

Segundo os 119 visitantes respondentes, existem ações de proteção de 54% (64) das UCs que visitaram ou visitam, mas 46% (55) não têm ou não obtiveram essa informação nas suas visitas. Segundo eles, destacam-se as seguintes ações: 37% de educação patrimonial ou ambiental; 24% de investimento em estrutura física; 9% de proteção ao bem cultural; 10% de visitas guiadas. Desse total, para 20% dos visitantes, esses feitos não foram apresentados. Muitos visitantes salientaram tal quesito sobre as visitas guiadas, com restrições de acesso; Plano de Manejo que estava sendo elaborado ainda; palestras ineficientes; falta de instrução de guias ou receptores locais, dados de que muitos nem sempre fazem essa abordagem; inexistência da instalação de passarelas e guarda-corpos; falta de profissional específico para explanação e proteção do Patrimônio Histórico-cultural.

Gráfico 7 – Tipos de Ações de Proteção



Fonte: Autores (2023).

3.5 Quanto à Conservação do Patrimônio Histórico-Cultural

Com relação à proximidade com entidades e organizações locais, como ONG's, 88% (07) das UCs pesquisadas, os gestores relataram que não acontecem ações junto à comunidade, quanto à proteção e preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, todavia, em 12% (01), essa parceria é pontual e informal com a Associação Comunitária. Desse total, de acordo com a resposta dos gerentes, 75% (06) das UC apresentam pouca representatividade da população, na formulação de proposta ou ações quanto à proteção e à preservação do Patrimônio Histórico-Cultural.

Essa representatividade fica a cargo dos Conselhos Consultivos. Alguns dos pesquisados, gerentes das UC, reconhecem que essa interação deve ser mais efetiva, priorizando uma maior veemência da proximidade em uma nova revisão do Plano de Manejo, já marcada para ser executada, no início do ano de 2023.

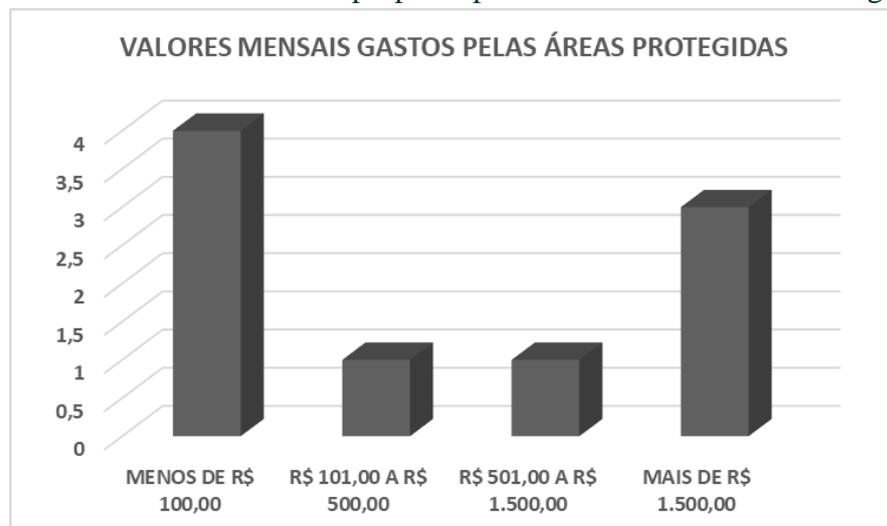
Segundo a resposta de 120 visitantes, em 38% (45) das UC, foi informado sobre a existência da articulação e interação de experiência entre poder público e outros órgãos, com objetivo de proteção e conservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Essa interação acontece por meio de pesquisa científica com Universidades ou Faculdades; parceria com prefeituras, governo do Estado, através de financiamento; ministério público, determinação da lei, TAC; IBAMA ou IEF, para fiscalização e autorização de novos empreendimentos; proprietários do entorno, para combate e diminuição do risco de incêndio; comunidades e ONGs.

Muitos gestores ressaltaram, também, que são desenvolvidas ações, para resgatar o sentimento de pertencimento e manter uma boa relação com a comunidade, em 78% (07) dessas UC. Dentre as ações, destacam-se: Educação Patrimonial e Ambiental, mediante parceria com escolas da região; recuperação de trilhas, com instalação de sinalização indicativa para alguns atrativos histórico-culturais; visitas domiciliares aos moradores vizinhos, a fim de gerar diálogo; e observação/fiscalização quanto a processos de deterioração, praticados pela ação humana.

Quanto a ações de sentimento de pertencimento relatada pelos 122 visitantes respondentes, observou-se que são desenvolvidas, em 38% (47), ações com as comunidades ou visitantes que gerem sentimento de pertencimento e boas relações, através de educação ambiental nas escolas, com a finalidade de divulgação e conscientização; propagação, na mídia, quanto à proteção; melhorias de infraestrutura para comunidade existente, como no Parque Nacional do Cipó; participação da comunidade na elaboração do Plano de Manejo. Em 62% (75), não acontece a participação da comunidade, sendo destacado pelos visitantes a inércia de órgãos gestores ou concessionárias, que tiveram a obrigação de implantação das UC, ou sendo concretizado, muitas vezes, o esforço pessoal de envolvidos.

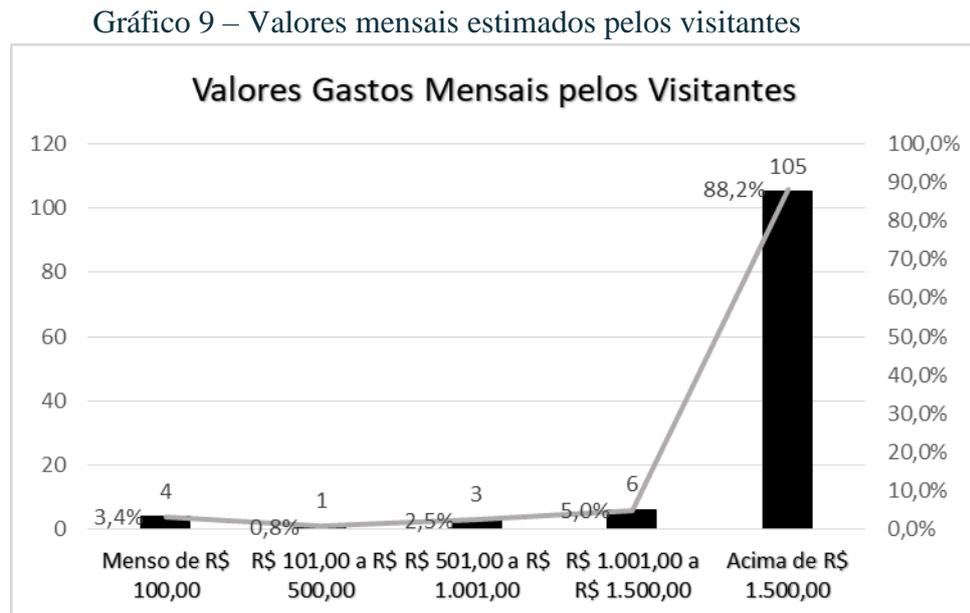
Quanto aos valores pesquisados para gastos mensais das UCs, proposto pelos gestores, para a manutenção e a proteção do bem cultural, destaca-se que 50% (04) utilizam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00; 25% (02) apresentam um gasto acima de R\$ 1.500,00; 12,5% (01) apresentam gastos de R\$ 100,00 a R\$ 500,00, e R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00, respectivamente.

Gráfico 8 – Valores Mensais Gastos proposto pelos Gestores em Áreas Protegidas



Fonte: Autores (2023).

Quanto aos valores mensais a serem gastos, pesquisado pelos 119 visitantes respondentes para manutenção, proteção e preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, observam-se maior empenho e valorização. Desse total, 88,2% (105) dos visitantes responderam que gastaram o valor acima de R\$ 1.500,00 mensais para mantê-lo, com poucas porcentagens para os valores menores.



Fonte: Autores (2023).

3.6 Quanto à Inclusão e Equidade

Quanto ao incentivo à comunidade existente, segundo os gestores, em 66,7% (06) das UC, há ações de incentivo à participação da comunidade, com alternativas de geração de emprego. Nota-se que 57% (05) dos gestores afirmam que essas ações podem contribuir, para gerar melhor relação entre comunidade e gestão, além de beneficiar a conservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Dentre as ações afirmativas, destacam-se: o projeto Integra Caparaó, com objetivo de incentivo a práticas sustentáveis de agricultura, estabelecendo um diagnóstico da realidade local; geração de emprego e renda nos eventos da área protegida; contratação direta e indireta, através de projetos de guarda-parque, monitoria de visitação e brigadista para o controle de incêndio.

Segundo os visitantes que responderam, no total de 120 respondentes, em 54% (65) das UC, não foi observado se há o incentivo à participação da comunidade, com alternativas de

geração de emprego, benefícios para a proteção e a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Em 46% (55), no entanto, aconteceu esse incentivo, mediante divulgação dos produtos da comunidade; utilização da mão de obra, como guias, porteiros e guarda-parques; incentivo à construção de infraestrutura para o turismo, na região, assim como construção de comércio, restaurante e hospedagem, participação nos conselhos consultivos; atuação da comunidade em projetos de pesquisa científica.

Segundo os gestores, 66,7% (06) ressaltaram que as UC não possuem normas e ações específicas para não trazer prejuízo aos modos de vida dessas populações. Ressalta-se, na resposta de um gerente, que há uma lei específica para resguardar as populações tradicionais, não somente o especificado nos Planos de Manejo ou regulamentos. Nesse caso, o respondente não atrapalha o trabalho da gestão, pois pode ser estabelecido um termo de compromisso com a finalidade de auxiliar essas comunidades tradicionais.

Destaca, também, que, em 33,3% (03) das UC pesquisadas, há a produção de bens e produtos que se caracterizam como patrimônio histórico-cultural da população existente; são eles: produção de cafés especiais; confecção de produtos artesanais, como tapetes, bernal, farinha, rapadura, tijolo, pinga e frutos dos biomas cerrada e caatinga, como Umbu.

3.7 Quanto à Valoração do Bem Cultural

Foi perguntado, aos gestores, quanto pagariam pela valoração do bem cultural, com objetivo de gerar renda para UC, via visitação. Destaca-se que, dos 09 (nove) gerentes respondentes, a distribuição da DAP (Disposição à Pagar) foi a seguinte:

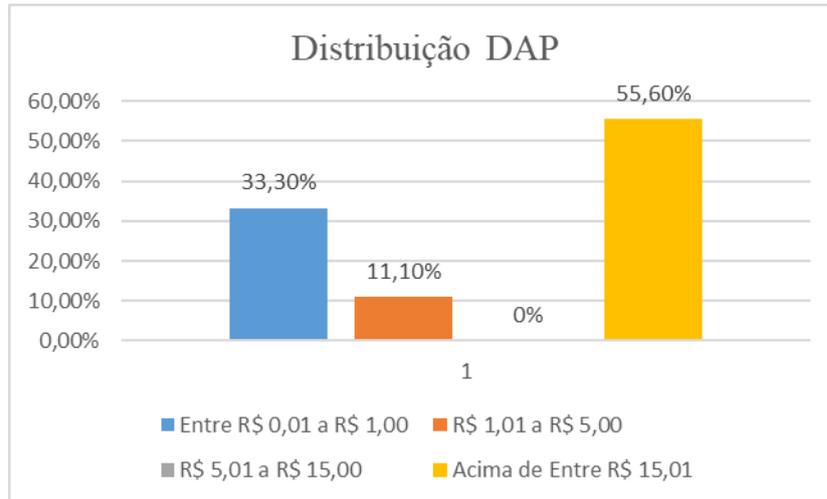
Tabela 1. Distribuição DAP em (%)

DAP	QUANTIDADE OBSERVADA	%
Entre R\$ 0,01 a R\$ 1,00	03	33,3%
R\$ 1,01 a R\$ 5,00	01	11,1%
R\$ 5,01 a R\$ 15,00	00	0%
Acima de R\$ 15,01	05	55,6%
Total Geral	09	100%

Fonte: Autores (2023).

A Disposição de Pagar, através da média dessa amostra, com 09 gestores dos parques, foi de R\$ 2,51, sendo calculada como uma média simples em cima das observações na Tabela 1. O gráfico 10 demonstra melhor a relação entre o percentual de pessoas e sua DAP respondida:

Gráfico 10 - Distribuição DAP em (%) pelos gestores



Fonte: Autores (2023).

No gráfico 10, observa-se uma grande expressão dos valores da DAP que variam no intervalo [R\$ 0,01; R\$5,00], o que sugere que o valor da DAP média esteja contido em tal intervalo. Assim, temos que o valor pré-estabelecido de maior expressão foi o superior a R\$15,00 (representando 55,60% da amostra), seguido de R\$0,01 a R\$1,00 (representando 33,30% da amostra). Foi descartado o de maior porcentagem relativo a 55,6%, que corresponde ao valor acima de R\$ 15,01, utilizado para média, os outros dois dados. Realmente, uma vez que o valor estimado da DAP foi de R\$2,51, vê-se que ele se encontra entre os picos de representatividade do gráfico.

Quanto à valoração, foi perguntado, aos visitantes, quanto pagariam pelo bem cultural, com o objetivo de gerar renda para UC, via visitação. Destaca-se que, dos 119 visitantes respondentes, a distribui o da DAP (Disposi o a Pagar) foi a seguinte:

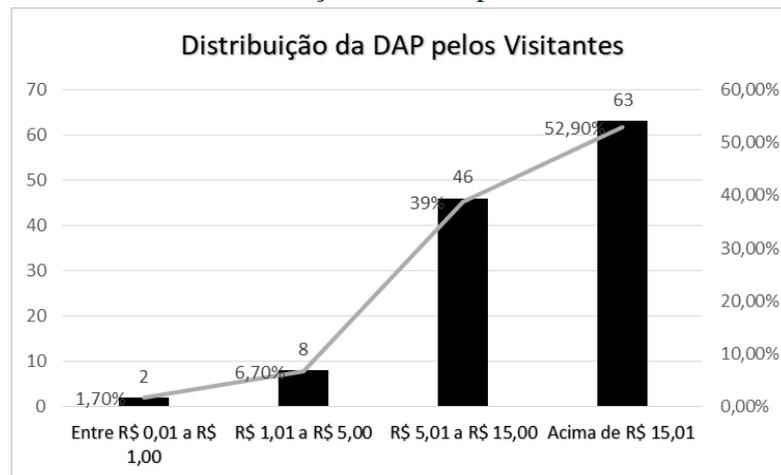
Tabela 2. Distribuição DAP, em (%), pelos visitantes.

DAP	QUANTIDADE OBSERVADA	%
Entre R\$ 0,01 a R\$ 1,00	02	1,7%
R\$ 1,01 a R\$ 5,00	08	6,7%
R\$ 5,01 a R\$ 15,00	46	38,7%
Acima de R\$ 15,01	63	52,9%
Total Geral	119	100%

Fonte: Autores (2023).

Para calcular a Disposição a Pagar, através da média dessa amostra, com 119 visitantes respondentes, o valor estimado foi de R\$ 7,75, sendo calculado como uma média simples, em cima das observações na Tabela 1. Através do gráfico 6, observa-se, melhor, a relação entre o percentual de pessoas e sua DAP respondida. Conforme o gráfico 05 anterior que retrata a DAP dos gestores, foi utilizada a mesma metodologia de cálculo desse valor médio. Nota-se uma grande expressão da DAP, nos valores acima de R\$ 15,00, em que 52,9% (63) responderam essa alternativa, seguindo de 38,7% (46) no valor de R\$ 5,01 a R\$ 15,00, e 6,7% (08) no valor de R\$ 1,01 a R\$ 5,01. Com o descarte da porcentagem de 52,9%, no valor de acima de R\$ 15,00, foi utilizada a média entre os dois outros valores. Através do gráfico, observam-se os picos de representatividade.

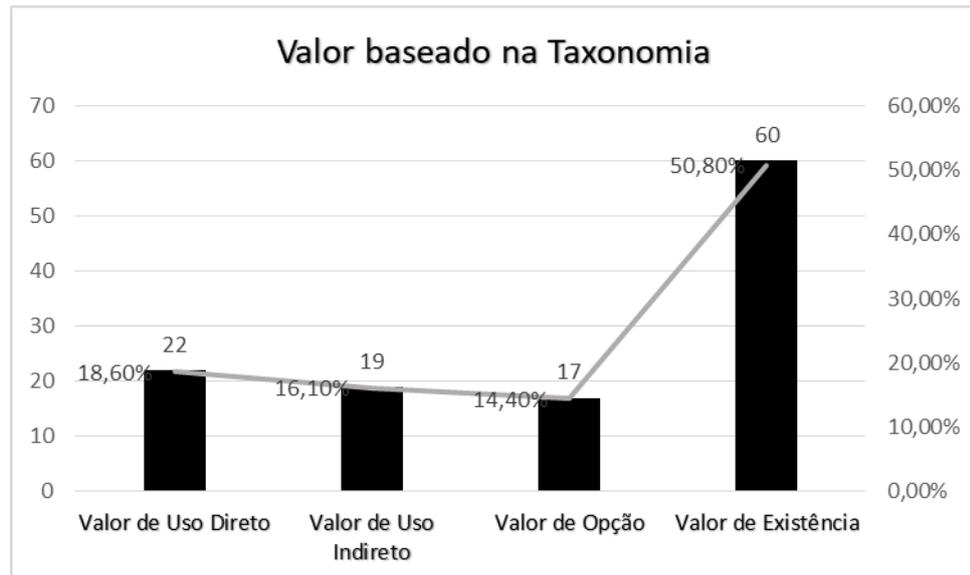
Gráfico 11 – Distribuição da DAP pelos Visitantes



Fonte: Autores (2023).

Foi perguntado, aos visitantes, como classificariam o valor desse patrimônio histórico-cultural, existente no Parque, observando o quadro 2, criado pelos autores sobre a taxonomia do valor do patrimônio histórico-cultural. Dos 118 visitantes respondentes, 50,8% (60) classificaram quanto ao valor de existência; 18,6% (22) destacaram o valor de uso direto; 16,1% (19) destacaram o valor de uso indireto; e 14,4% (17) classificaram como valor de opção.

Gráfico 12 – Valor baseado na Taxonomia



Fonte: Autores (2023).

4 DISCUSSÃO

Conforme destacado nos resultados, a valorização e o conhecimento sobre o bem cultural existente, por parte dos gestores e visitantes, podem gerar benefícios quanto à conservação. Entretanto, mesmo observando a importância dos bens culturais para as UCs, objetivando a perpetuação da história de comunidades e espaços, conceituados como memórias, relacionando paisagens com laços culturais passados (Tengberg *et al.*, 2012), ainda há índices altos para o fator turístico, com a intenção maior de obter lucro (Aas *et al.*, 2005; Lia *et al.*, 2020). Logo, devem-se aumentar ações de proteção, conscientizar e gerar mais o sentimento de pertencimento, podendo contribuir para melhor processo de conservação dos bens culturais (Lia *et al.*, 2020). Vale salientar, também, que o aumento e estreitamento de relações e parcerias com o poder público podem contribuir para esse intento, mesmo existindo normas detalhadas para manter o modo de vida de comunidades, como exemplo, o tombamento.

Nesse sentido, esse processo pode diminuir o abismo existente, entre a comunidade e gestão das UC, pois a abordagem quanto ao planejamento e gestão do Patrimônio Histórico-Cultural, dentro da subcategoria dos Serviços Ecológicos Culturais se conduzem a uma abordagem de conservação da natureza, com pouca valorização dos aspectos culturais (Hernandez-Morcilo; Plieninger e Bieling, 2013; Diaz-Andreu, 2017). Conforme destacado nos países nórdicos, quanto à tomada de decisões para o planejamento e gestão dentro das UC, desses bens culturais, poderá promover, também, práticas e políticas sustentáveis, associando-se à cultura, bem como à natureza (Holleland *et al.*, 2017).

Outro ponto destacado, de acordo com os gestores e visitantes respondentes, é que não acontece a valorização dos produtos confeccionados e, principalmente, a proximidade com a comunidade. Esse distanciamento, na relação, pode contribuir, em diversas UCs, para geração de conflitos de interesses, podendo a comunidade sair prejudicada em seus direitos. Nesse cenário, perdem todos, além do bem cultural, podendo ser desvalorizado ou, até mesmo, perdido, gerando o deslocamento ou desterritorialização (Haesbaert, 2020).

Entretanto, esses bens devem ser valorizados como são e onde estão, pois, respeitando as tradições locais ou a identidade de um povo, podem gerar práticas preservacionistas, estabelecidas na relação com a natureza. Alguns autores (Holleland *et al.*, 2017) corroboram a afirmação de que o valor do fenômeno da identidade de lugar, compreende dimensões culturais da memória pessoal e coletiva, podendo criar um sentimento de pertencimento e apego do local, tanto por moradores quanto por visitantes.

Destaca-se, também, de acordo com as respostas, que a conservação dos bens culturais, na sua maioria, é via de tombamento. Essa prática consegue registrar o bem cultural existente, por meio de pesquisa histórica, com a formação de acervo fotográfico, contribuindo para manter viva a cultura. No entanto, há a carência de pesquisas científicas, destacando e retratando os bens culturais dentro das UC, o que contribui para o desconhecimento total de comunidades e gestores sobre eles, além de gerar poucas ações de proteção. Salienta-se, também, que a maioria dos tombamentos gera valores econômicos para o município, que recebe porcentagem devido a conservação, através do ICMS Cultural (MINAS GERAIS, 2009). Nota-se, ainda assim, que o destino desse recurso são os municípios, pois recebem fundos por intermédio de repasse estadual, juntamente, com outros de finalidades diversas. Ficando assim, uma grande dúvida: se o ICMS Cultural é repassado com a finalidade de conservação dos bens culturais existentes,

aos seus donos ou, até mesmo, para as UC, que possuem bens culturais, como forma de manter estes bens conservados.

Visitantes e gestores valorizaram, economicamente, os bens culturais para a visitação, com montantes que podem gerar melhoria da renda, além de tornar as UC autossustentáveis. Esses valores poderão ser utilizados para diversas finalidades, como manutenção, contratação de pessoal para apoio, melhoria de infraestrutura, entre outros. Pode-se, também, oportunizar as comunidades do entorno à acessibilidade livre, de forma gratuita, como forma de proporcionar maior envolvimento, compensar pelos conflitos existentes e melhorar a relação. Esse processo seria concretizado com a valorização, alocação melhor de recursos, mais envolvimento social, sendo essa, uma ferramenta fundamental nas práticas de gestão do patrimônio (Lia *et al.*, 2020) e políticas públicas mais eficazes, com a proposta de conservação desses bens culturais.

Em outro ponto de destaque, nota-se que muitos gerentes sabem da importância de manter o Patrimônio Histórico-Cultural existente, tanto para a UC como para a sociedade de modo geral, podendo ele adquirir, como valor de uso, (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2006; THROSBY, 2013), um grande atrativo de uso público. Já os visitantes respondentes percebem que é o valor da existência que deve ser evidenciado, pois, mantendo-se o valor da existência desses bens culturais, poderão manter vivas a cultura e a identidade dessas comunidades em seus espaços. Percebe-se, até então, que o foco maior de preservação, ainda é a valorização ecológica, não sendo os bens culturais, muitas vezes, pautados em planejamentos e gestão das UCs, devido ao fato de muitas apresentarem carência de legislação específica ou falta de Plano de Manejo (Tengberg *et al.*, 2012; Hernandez-Morcilo; Plieninger; Bieling, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A integração do Patrimônio Histórico-cultural com as áreas protegidas apresenta diversas potencialidades que devem ser exploradas e abordadas nos planejamentos e processos de gestão de órgãos ambientais. O Patrimônio Histórico-Cultural surge como parte inerente dessas áreas protegidas, pois apresentam impressões de valores, tradições e memórias comunitárias, coletivas ou individuais nas paisagens. Essa integração pode resultar em melhorias para diversos atores, como comunidades e dirigentes.

Para concretizar essa integração, ela deve ser adaptada à estrutura política ou à legislação, como forma de aumentar a conscientização e a melhoria da implementação de práticas educacionais que podem gerar mais resultados positivos. Podem ser explorados os valores econômicos como forma de gerar a autossustentabilidade dessas áreas protegidas, além de gerar riquezas, em termos de aumento do fator turístico, arrecadação e visibilidade, podendo melhorar, ainda, a proteção e valorização dessas áreas.

Dessa forma, gera-se um forte sentido pelo espaço, e o sentimento de pertencimento torna-se pré-requisito para desenvolver uma gestão e visitas compactuadas, com a conservação e melhor relação com a sociedade, não somente pelo viés do fator turístico, mas pela apresentação da importância do patrimônio histórico-cultural presente dentro dessas áreas protegidas, podendo até diminuir conflitos existentes. Essa aproximação é primordial e necessária, de forma breve, observando os benefícios como a sensibilização quanto ao nível de pertencimento ao espaço ou formação da identidade cultural, geração de renda e reconhecimento de que faz parte da história, que envolve os antepassados.

REFERÊNCIAS

AAS, C.; LADKIN, A.; FLETCHER, J. Stakeholder collaboration and heritage management. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 1, p. 28–48, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. 226 p.

BLICHARSKA, M. et al. Shades of grey challenge practical application of the cultural ecosystem services concept. **Ecosystem Services**, v. 23, p. 55–70, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2021.

DANIEL, T. C. et al. Contributions of Cultural Services to the Ecosystem Services Agenda. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 109, n. 23, p. 8812–8819, 2012. DOI: 10.1073/pnas.1114773109.

DIAZ-ANDREU, M. Heritage Values and the Public. **Journal of Community Archaeology & Heritage**, 2017.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

HARRISON, R. **Understanding the Politics of Heritage**. Londres: Routledge, 2010.

HERNÁNDEZ-MORCILLO, M.; PLIENINGER, T.; BIELING, C. An empirical review of cultural ecosystem service indicators. **Ecological Indicators**, v. 29, p. 434–444, [ano não informado].

HØLLELAND, H.; SKREDE, J.; HOLMGAARD, S. B. Cultural Heritage and Ecosystem Services: A Literature Review. **Conservation and Management of Archaeological Sites**, v. 19, n. 3, p. 210–237, 2017.

HUOT, R. **Métodos quantitativos para as ciências humanas**. Tradução de Maria Luísa Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. World Heritage and Cultural Economics. In: KARP, I.; KRATZ, C. A.; SZWAJA, L.; YBARRA-FRAUSTO, T. (orgs.). **Museum Frictions**. Durham: Duke University Press, 2006. p. 161–202.

MEA. **Ecosystems and Human Well-being Synthesis**. Island Press, 2005. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MILCU, A. I.; HANSPACH, J.; ABSON, D.; FISCHER, J. Cultural ecosystem services: a literature review and prospects for future research. **Ecology and Society**, v. 18, n. 3, 2013.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.030, de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

MOTTA, R. S. **Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais**. IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1996.

MUÑOZ VIÑAS, S. A natureza transacional da conservação do patrimônio. **Periódico Permanente**, n. 10, 2023.

PINHEIRO, E. A. et al. Impactos ambientais na fauna silvestre causados pelo crescimento urbano da cidade de Manaus-AM. **GeSec: Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 5, 2023.

ROY, P. et al. A systematic review on climate change and geo-environmental factors induced land degradation: Processes, policy-practice gap and its management strategies. **Geological Journal**, v. 58, n. 9, 2022.

SBSTTA. Economic Valuation of Biological Diversity. **Convention on Biological Diversity**, UNEP/CDD/SBSTTA/2/13, jul. 1996.

SANCHO-PIVOTO, A. et al. Serviços ecossistêmicos culturais em áreas protegidas: uma revisão de literatura. **CULTUR**, v. 16, n. 1, 2022.

TENGBERG, A. et al. Cultural Ecosystem Services Provided by Landscapes: Assessment of Heritage Values and Identity. **Ecosystem Services**, v. 2, p. 14–26, 2012. DOI: 10.1016/j.ecoser.2012.07.006.

THROSBY, D. Assessment of Value in Heritage Regulation. In: RIZZO, I.; MIGNOSA, A. (orgs.). **Handbook on the Economics of Cultural Heritage**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 456–469.

WICHMANN, S. et al. Valuing Peatland Ecosystem Services. In: BONN, A. et al. (orgs.). **Peatland Restoration and Ecosystem Services: Science, Policy and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 314–338.

ARTIGO 3 - EFICIÊNCIA NA GESTÃO E NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO- CULTURAL: ESTUDO DE CASO DE PARQUES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

André Luiz Ferreira da Silva^{1,2}, Maria Aparecida Faleiro², Felipe Santana Machado³, Aloysio Souza de Moura⁴, Marco Aurélio Leite Fontes¹, Rosângela Alves Tristão Borém⁵, Renata Dias Françoso Brandão¹

¹ Departamento de Ciências Florestais (DCF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), s/n, CP 3037, Campus Universitário, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-000

² Associação Regional de Proteção e Integração Ambiental (ONG-ARPIA), Rua Coração de Jesus, s/n, Carmópolis de Minas, MG, Brasil, CEP 35534-000

³ Governo do Estado de Minas Gerais, E.E. Prof^a. Celina de Rezende Vilela, R. Francisco Valias, 50, Centro, Cordislândia, MG, CEP 37498-000; e Governo Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, E.M. Bento Gonçalves Filho e E.M. Maria Olímpia Borges, Av. Ibrahim Carvalho, São Gonçalo do Sapucaí, MG, CEP 37490-000

⁴ UFLA Agency for Innovation in Geotechnologies and Intelligent Systems in Agribusiness - Zetta UFLA, CP3037, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-900

⁵ Departamento de Ecologia e Conservação (DEC), Universidade Federal de Lavras (UFLA), s/n, CP 3037, Campus Universitário, Lavras, MG, Brasil, CEP 37200-000

Resumo: O estudo da eficiência faz parte de estudos organizacionais da ciência administrativa. Seu conceito concilia, a partir de combinação, entre consumo de recursos e operacionalização, gerando a otimização dos recursos utilizados para a obtenção dos resultados. Esse processo, também, está embutido no âmbito da Administração Pública Brasileira, onde a eficiência é um dever, princípio estabelecido na Constituição Federal. Sob esse enfoque, o objetivo do presente estudo consistiu em analisar a eficiência relativa na gestão e conservação do patrimônio histórico-cultural de parques estaduais de Minas Gerais. Esse estudo de abordagem quantitativo faz uma análise descritiva e exploratória dos Planos de Manejo dos Parques Estaduais de Minas Gerais. Foram encontradas variáveis quanto à Unidade de Conservação, Plano de Manejo e Bem Cultural. Foi utilizada a análise descritiva, exploratória e de avaliação com proposta de medir as atitudes de gestão, quanto à conservação do Patrimônio Histórico-Cultural, observando suas características de intensidade e direção. Posteriormente, foi utilizada a matriz FOFA, representando pontos fortes que podem ser potencializados, pontos fracos que devem ser minimizados ou suprimidos, pontos que representam as condições externas que podem ser aproveitadas para melhorar o funcionamento da instituição. Foi realizada, também, a análise de componentes principais, utilizando-se a função *PCA* do pacote *MVar.pt* do programa estatístico R, e a análise de cluster hierárquica foi realizada, utilizando a função *hcut* do pacote *factoextra* do programa estatístico R. Quanto à Unidade de Conservação, a análise explica 88,3% da variação dos dados. Quanto ao Bem Cultural, a análise elucida 61,4% da variação dos dados. No que diz respeito ao Plano de Manejo, a análise explica 91,6% da variação dos dados. A análise do desempenho da gestão e conservação do patrimônio histórico-cultural dos Parques Estaduais de Minas Gerais mostrou que alguns fatores contribuem para a aquisição do processo

de conservação, mas há a existência de algumas lacunas, que comprometem esse processo. Destaca-se que muitos fatores, dentro das variáveis, devem ser revistos ou aprimorados para a melhoria da conservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Vale ressaltar, também, que protegê-lo implica pensar além de formulação de instrumentos jurídicos, pois requer conhecimento. A integração do patrimônio cultural, ao cotidiano das sociedades, pode trazer benefícios quanto à geração dessa identidade étnica e de referência cultural.

Palavra-chave: Administração pública; valorização; identidade cultural; áreas protegidas.

Abstract: The study of efficiency is part of organizational studies in administrative science. Its concept combines resource consumption and operationalization, generating the optimization of resources used to obtain results. This process is also embedded in the scope of Brazilian Public Administration, where efficiency is a duty, a principle established in the Federal Constitution. From this perspective, the objective of this study was to analyze the relative efficiency in the management and conservation of the historical-cultural heritage of state parks in Minas Gerais. This quantitative study performs a descriptive and exploratory analysis of the Management Plans of the State Parks of Minas Gerais. Variables were found regarding the Conservation Unit, Management Plan and Cultural Asset. Descriptive, exploratory and evaluation analysis was used with the proposal to measure management attitudes regarding the conservation of the Historical-Cultural Heritage, observing its characteristics of intensity and direction. Subsequently, the SWOT matrix was used, representing strengths that can be enhanced, weaknesses that should be minimized or suppressed, and points that represent external conditions that can be used to improve the functioning of the institution. Principal component analysis was also performed using the PCA function of the MVar.pt package of the R statistical program, and hierarchical cluster analysis was performed using the hcut function of the factoextra package of the R statistical program. Regarding the Conservation Unit, the analysis explains 88.3% of the data variation. Regarding the Cultural Asset, the analysis elucidates 61.4% of the data variation. Regarding the Management Plan, the analysis explains 91.6% of the data variation. The analysis of the performance of the management and conservation of the historical-cultural heritage of the State Parks of Minas Gerais showed that some factors contribute to the acquisition of the conservation process, but there are some gaps that compromise this process. It is worth noting that many factors, within the variables, must be reviewed or improved to improve the conservation of Historical-Cultural Heritage. It is also worth noting that protecting it implies thinking beyond the formulation of legal instruments, as it requires knowledge. The integration of cultural heritage into the daily lives of societies can bring benefits in terms of generating this ethnic identity and cultural reference.

Keywords: Public administration; appreciation; cultural identity; protected areas.

1 INTRODUÇÃO

As áreas protegidas apresentam, como mecanismo, sustentáculo para a conservação *in situ* da biodiversidade existente. Apresentam, como estoque genético, os organismos vivos e auxiliam a manutenção de serviços essenciais dos ecossistemas, colaborando para a qualidade de vida do ser humano (Langemeyer *et al.*, 2014; Pivoto *et al.*, 2022; Holleland *et al.*, 2017;

Tengberg *et al.*, 2012). Enfrentam abundantes ameaças e ações antrópicas, que contribuem para o aumento da devastação ambiental.

No Brasil, o surgimento dessas áreas remonta à década de 30, com ações para proteção de parques nacionais, estabelecidos no Código Florestal de 1934. Surgiu, a partir dessa ação, o Parque Nacional do Itatiaia em 1937 (Medeiros; Pereira, 2011). A partir dessa data, vários instrumentos jurídicos surgiram para auxiliar o processo de preservação e conservação dessas áreas, como novos Códigos Florestais e decretos. Em 2000, surge a Lei n. 9.985/00, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que veio para regulamentar diversas categorias de áreas protegidas já existentes, além de definir diretrizes e normas objetivando a modernização da gestão e manejo.

Essas áreas foram categorizadas, a partir do uso, em Proteção Integral, que visa preservar a natureza em áreas com pouca ou nenhuma ação humana, com a utilização indireta dos recursos e Uso Sustentável, que têm em vista a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). O SNUC, no artigo 27, determina que as UC devem possuir um Plano de Manejo, que constitui como principal instrumento de gestão, cujo conteúdo propõe medidas para promover sua integração à vida econômica e social das comunidades do entorno, regulamentando o tipo de uso destas áreas protegidas. Esse instrumento se baseia na realização de análises e diagnósticos de elementos do meio biótico (fauna e flora), físico (geologia, geomorfologia, climas) e social (uso e ocupação, questões socioeconômicas, visitação, condutores de pressão, patrimônio histórico-cultural, material e imaterial), além da elaboração de zoneamentos de áreas para ações de manejo e estabelecimento de infraestrutura. Vale ressaltar, que a construção desse instrumento de gestão, o Plano de Manejo, deve ser pautada a partir de um planejamento integrado e participativo, por meio da implantação de conselhos de gestão (Medeiros; Pereira, 2011; Barros; Leuzinger, 2018).

Apesar da importância atribuída às áreas protegidas, determinar a sua eficácia ou desempenho na gestão sobre a conservação do Patrimônio Histórico-cultural pode contribuir para melhoria da representação e manutenção da identidade cultural, gerando até planejamentos associados à questão ambiental. Visto que muitas diversidades culturais e representações históricas foram moldadas ou tinham relação direta com a natureza, através do bioma, da fauna, da flora e do clima em que esses diversos grupos populacionais foram introduzidos (Freitas; Carelli, 2023).

O estudo da eficiência faz parte de análises organizacionais da ciência administrativa. Ressalta-se que profissionais comprometidos podem gerar melhor desempenho e eficiência organizacional (Neto, 2014; Taylor, 1970; Brandão; Guimarães, 2001; Carneiro 2015). O sistema concretiza-se, a partir da operacionalização, a otimização dos recursos utilizados para a obtenção dos resultados (Rocha, 2019; Moreira, 2018). Dentro da Administração Pública, foi inserida esse tipo de estudo da eficiência no Art. 37, da Constituição Federal (Brasil, 1988), com a Emenda Constitucional (EC) n. 19 (Castro 2006; Souza; Silva, 2015; Rocha, 2019). Desse modo, a presente pesquisa atribui a eficiência como uma dimensão utilizada para avaliação do desempenho da gestão da UCs, principalmente, quanto à conservação do bem cultural.

A medição objetiva da eficiência e o desempenho na conservação do patrimônio histórico-cultural da gestão das áreas protegidas deveriam: (I) permitir afirmações mais robustas de sucessos de conservação do patrimônio histórico-cultural existente; (II) proporcionar oportunidades para aprender e responder aos sucessos, fracassos ou inadequações da conservação; (III) melhorar a eficiência e a eficácia das ações de conservação; (IV) facilitar ações de gestão adequadas e direcionadas.

Partindo desse pressuposto, o objetivo desse estudo é analisar a eficiência relativa da gestão e conservação do patrimônio histórico-cultural de parques estaduais de Minas Gerais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Áreas de Estudo

A área de estudo deste trabalho são as 11 (onze) UCs, do grupo de Proteção Integral, sendo a categoria de Parques Estaduais, localizados no estado de Minas Gerais: PE Serra das Araras, PE Serra Nova e Talhada, PE Caminho das Gerais, PE Biribiri, PE Rio Preto, PE Serra de Ouro Branco, PE Itacolomi, PE Serra do Intendente, PE Serra do Papagaio, PE Serra da Boa Esperança e PE Serra do Brigadeiro.

No quadro 1, seguem as Unidades de Conservação que fazem parte da amostragem pesquisada.

Quadro 1 – Unidades de Conservação Pesquisadas – com Características

UC	Data de Criação	Área (ha)	Plano de Manejo	Bioma
----	-----------------	-----------	-----------------	-------

PE Biribiri	1998	16.998,66	2004	Cerrado
PE Caminho das Gerais	2007	56.237,37	2022	Caatinga/Cerrado
PE Itacolomi	1967	7.543	2007	Mata Atlântica
PE Rio Preto	1994	10.755	2004	Cerrado
PE Serra das Araras	1998	11.137	2020	Cerrado
PE Serra da Boa Esperança	2007	5.874	2021	Cerrado
PE Serra de Ouro Branco	2009	7.520,78	2017	Cerrado/Mata Atlântica
PE Serra do Brigadeiro	1996	14.984	2007	Mata Atlântica
PE Serra do Intendente	2007	13.508,83	2016	Cerrado/Mata Atlântica
PE Serra do Papagaio	1998	22.917	2009	Mata Atlântica
PE Serra Nova e Talhada	2003	4.989	2022	Caatinga

Fonte: Planos de Manejos das Unidades de Conservação - CNUC (2022).

2.2 Procedimentos Metodológicos

Esse estudo de abordagem quantitativo foi executado a partir da análise exploratória e descritiva dos dados, visando obter, previamente, informações e variáveis à aplicação de técnicas estatísticas, além de familiarizar e sintetizar para responder as questões do estudo (Gil, 2002; Marconi; Lakatos, 2007; Neufeld, 2006; Nunes; Almeida, 2016; Downing; Clark, 2002). Inicialmente, foi realizada uma avaliação dos Planos de Manejo dos Parques Estaduais citados acima. Nessa busca, procurou-se, dentro dos planos: (I) participação social na elaboração do Plano de Manejo; (II) menção da preservação do patrimônio histórico-cultural; (III) participação de profissionais habilitados para lidar com o patrimônio histórico-cultural; (IV) estado de conservação dos bens culturais; (V) proposta de educação patrimonial; (VI) se possui incentivo, recurso e apoio de órgãos ambientais e outros; (VII) sentimento de pertencimento e preservação do bem cultural.

Foram encontradas variáveis utilizadas quanto à Unidade de Conservação: grau de pertencimento, estudo técnico realizado, participação popular como gestão, situação fundiária, recursos para o parque, funcionário da área de humanas, se ele faz parte do circuito turístico, pesquisa e conselho gestor. Quanto ao bem cultural, foram utilizadas as variáveis: setor cultural,

pessoa da área de história na confecção do Plano de Manejo, estado do bem, recebimento de recursos para proteção, utilização do bem, órgãos de proteção, ação educadora patrimonial, tombamento e passivo ambiental. Quanto ao Plano de Manejo, foram utilizadas: participação social, confecção, ano de confecção, revisões e menção ao patrimônio.

Após essa etapa, foi utilizada a Análise de Avaliação (Bardin, 2011) com proposta de medir as atitudes de gestão, observando suas características de intensidade e direção. Neste processo, foi utilizada a matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) a qual representa: Fortalezas, representando pontos fortes que podem ser potencializados; Fraquezas, sendo pontos fracos que devem ser minimizados ou suprimidos; Oportunidades, caracterizando condições externas que podem ser aproveitadas para melhorar o funcionamento da instituição; Ameaças, representando as condições externas negativas que podem influenciar o mau funcionamento da instituição. A partir dessa matriz, sistematizaram-se as informações por meio de grupos relacionais, que são definidos por apresentarem atributos ou significados alusivos à proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural. Destaca-se que o uso dessa técnica pode resultar na melhoria do planejamento estratégico das áreas protegidas, conseguindo aprimorar a gestão por meio de uma avaliação e neutralidade de ações, além de corrigir problemas, que podem acarretar prejuízo quanto à preservação dos bens culturais (Santos; Fernandes, 2015; Zimmerman, 2015). A matriz foi construída, atribuindo-se as pontuações 0 (zero): se não foi informado sobre o patrimônio histórico-cultural, 1 (um) se não possui esse patrimônio, 2 (dois) se possui e foi informado.

Foi realizada a análise de componentes principais, utilizando a função *PCA* do pacote *MVar.pt* do programa estatístico R (R CORE TEAM, 2023). Empregou-se, também, a análise de cluster hierárquica em que foi utilizada a função *hcut* do pacote *factoextra* do programa estatístico R (R CORE TEAM, 2023).

A técnica de Componentes Principais retoma informações de uma base de dados multivariada, transformando esses dados em variáveis de número igual ou inferior à amostra inicial e denominados “componentes principais”. Estes, por sua vez, correspondem à combinação dos dados originais, sendo que representam uma redução de dimensionalidade dos dados originais em dois ou três componentes, identificando-se as direções pelas quais a variação dos dados é máxima, apresentando-se, graficamente, os resultados. São propósitos resumidos da análise de componentes principais:

- Identificação de padrões ocultos dos dados:

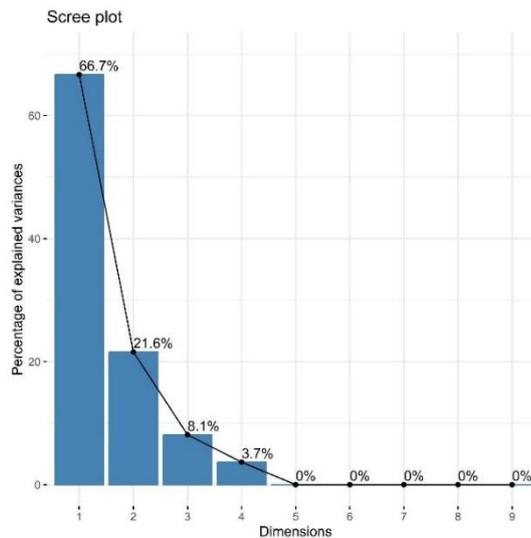
- Redução de dimensionalidade, pela diminuição da redundância nos dados;
- Identificar variáveis correlacionadas.

3 RESULTADOS

3.1 Quanto à Unidade de Conservação

A Figura 1, a seguir, apresenta os resultados de proporção, acumulada de autovalores da matriz de correções dos componentes principais. Observa-se que os dois primeiros componentes principais (Dimensões 1 e 2) da análise explicam 88,3% da variação dos dados, o que evidencia a importância dessas duas dimensões para a análise.

Figura 1 - Porcentagem explicada pelos componentes principais (*Dimensions*) quanto à unidade de conservação nos parques estaduais.



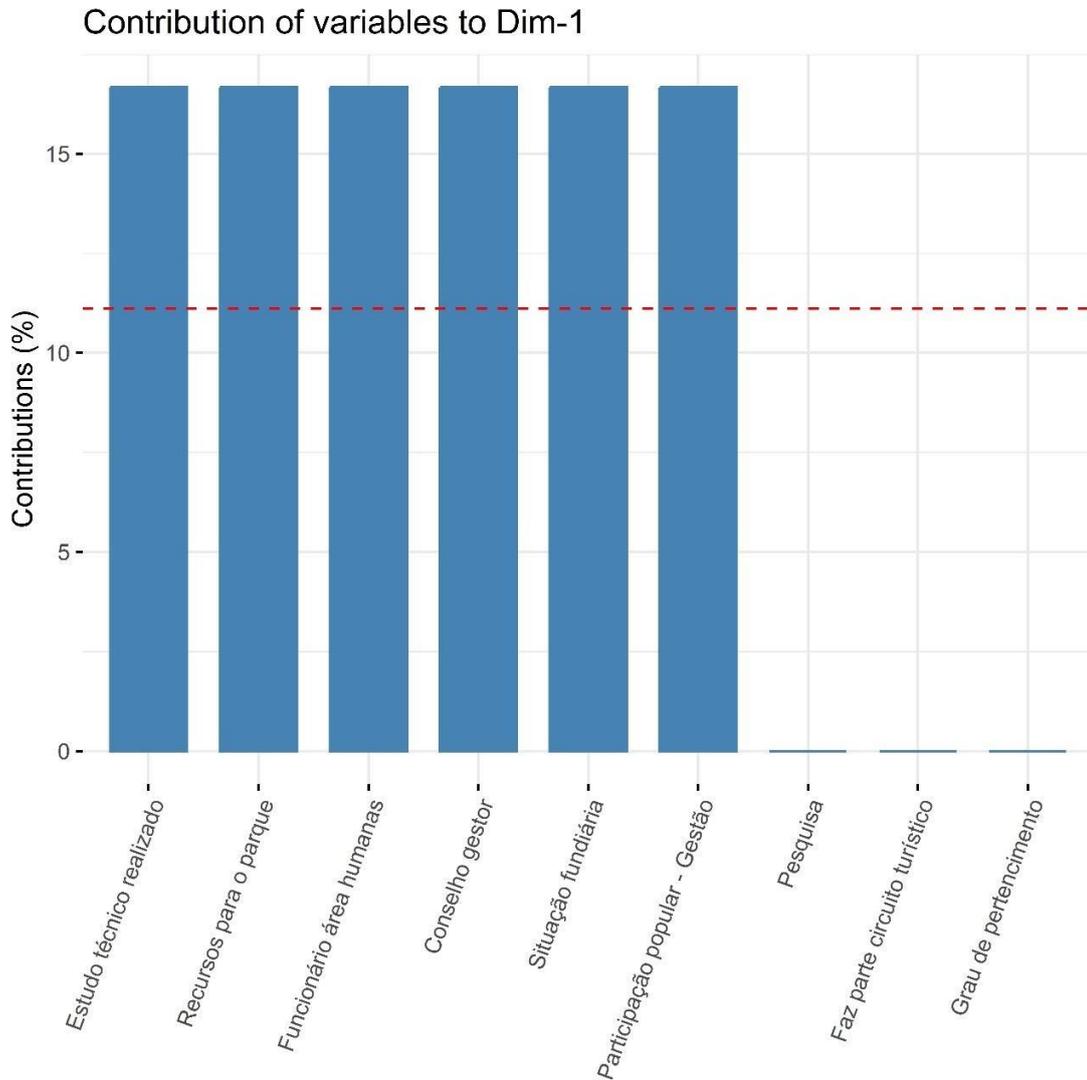
Fonte: Autores (2024).

Após análise das classes de componentes principais realizou-se a exploração das Dimensões 1 e 2 para avaliação da contribuição de cada variável na unidade de conservação. A Figura 2, a seguir, apresenta a contribuição das variáveis da Dimensão 1 em ordem classificatória.

Conclui-se que as variáveis como o Estudo Técnico realizado, Recursos para o parque, Funcionário de área humanas, Conselho gestor, Situação fundiária e Participação popular, Gestão (Figuras 2 e 4), são os mais importantes na avaliação da unidade de conservação no componente principal 1 (Dim-1), em parques estaduais.

Figura 2 – Contribuição das variáveis, no componente principal 1 (Dim-1), utilizadas na unidade de conservação em parques estaduais.

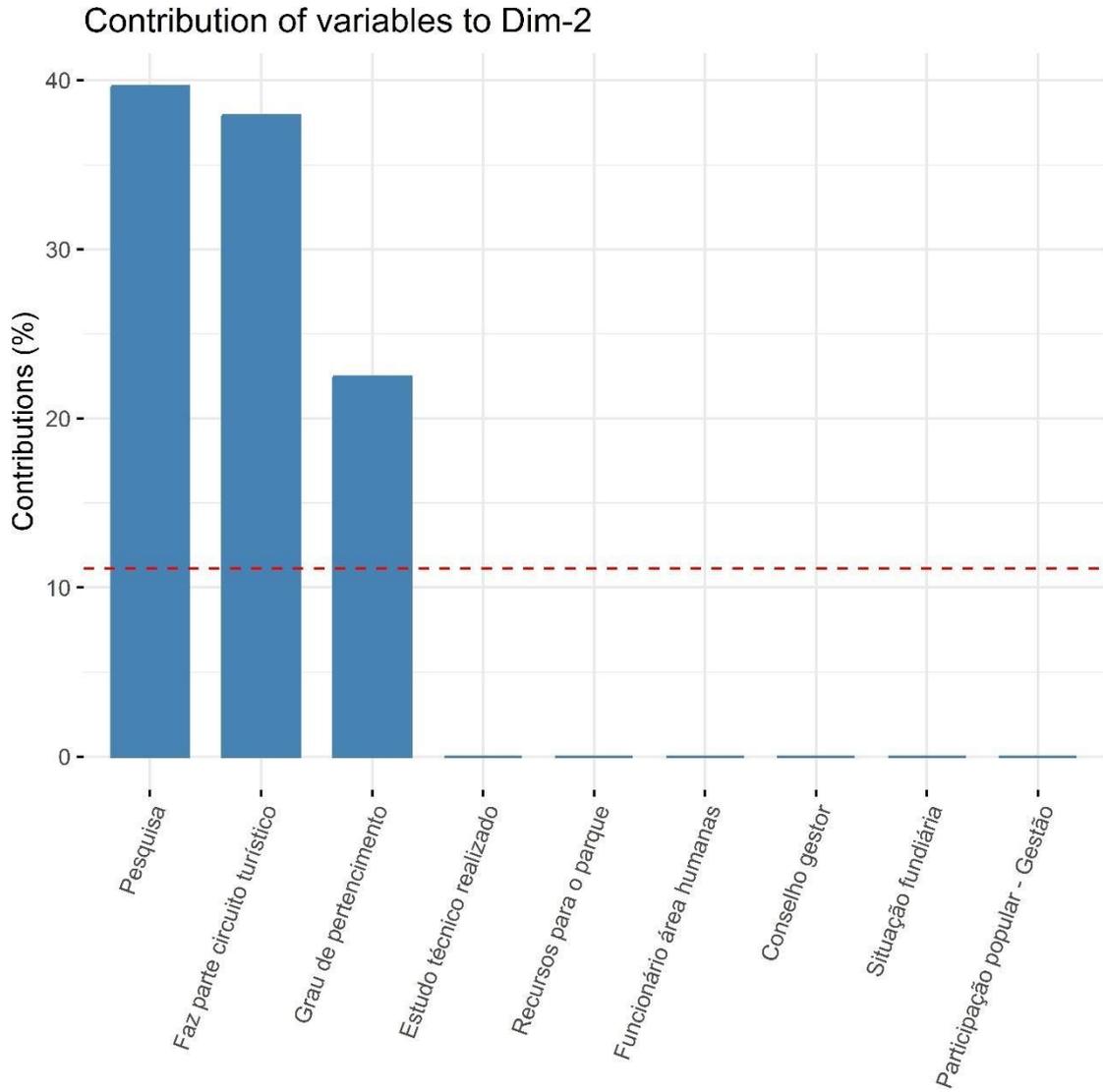
Fonte: Autores (2024).



Na sequência, partiu-se para avaliação da Dimensão 2, a qual teve maior impacto na proporção acumulada de componentes principais. A Figura 3, a seguir, apresenta a contribuição das variáveis da Dimensão 2 em ordem classificatória.

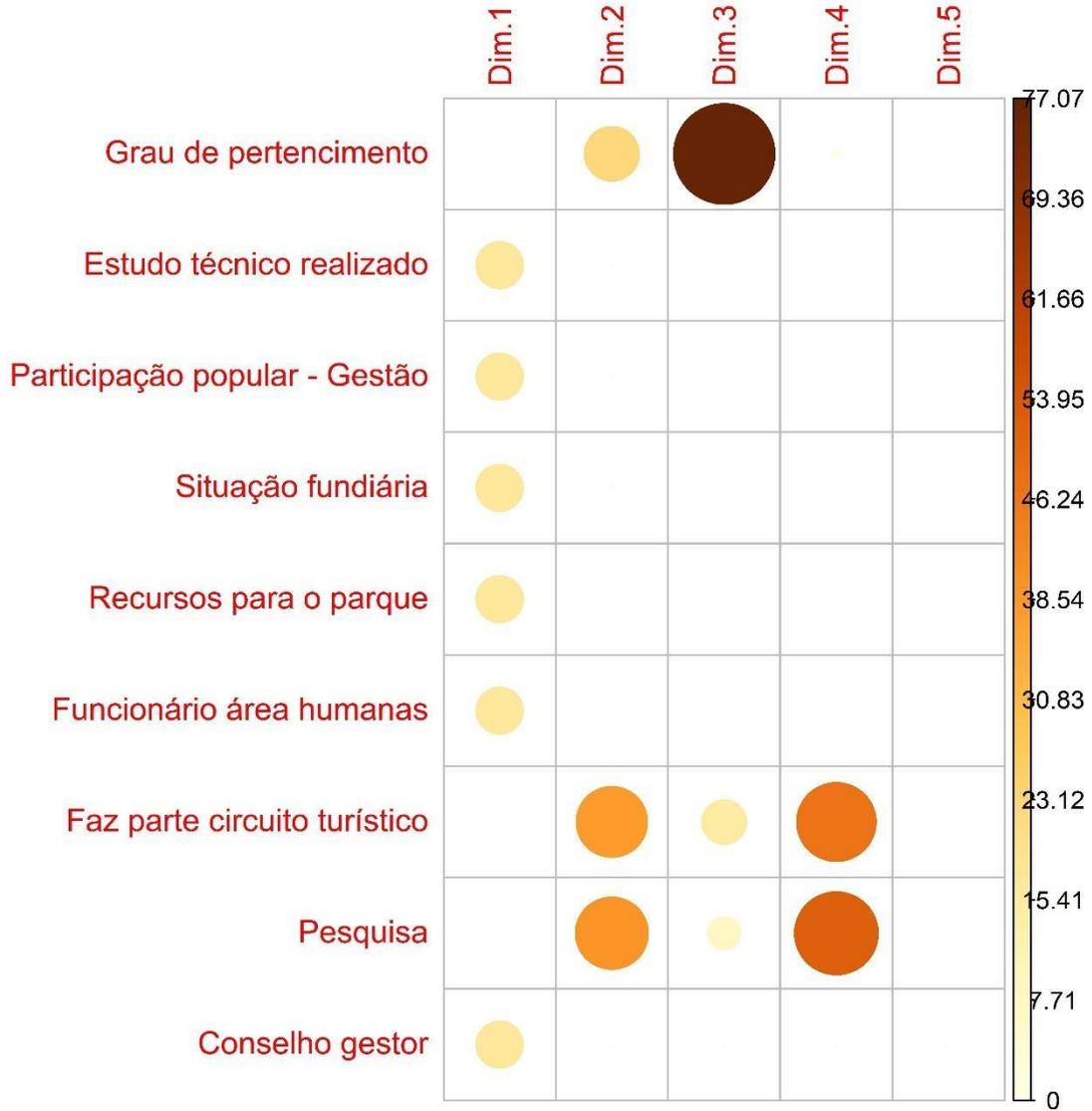
Os resultados mostram que o item pesquisa é a variável de maior contribuição quanto à unidade de conservação, seguida da variável, se faz parte do circuito turístico e, logo em seguida, o grau de pertencimento (Figuras 3 e 4) no componente principal 2 ou dimensão 2 (Dim-2) nos parques estaduais.

Figura 3 - Contribuição das variáveis, no componente principal 2 (Dim-2), utilizadas na unidade de conservação em parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

Figura 4 - Contribuição das variáveis, nos componentes principais, (Dim-1 até Dim-5) utilizadas na unidade de conservação em parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

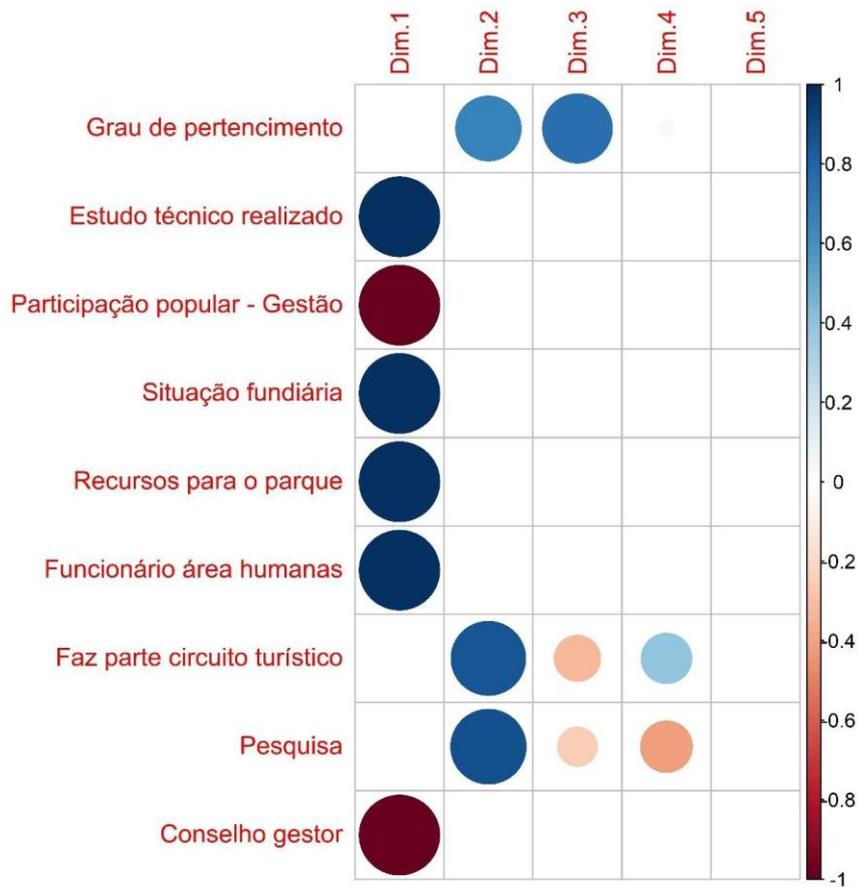
A partir das análises de contribuição das variáveis, plotou-se o gráfico que inter-relaciona as variáveis com suas correlações e dimensões, representado pela Figura 5, cujo gráfico apresenta correlação (r) positiva das variáveis: Estudo técnico realizado ($r = 1,00$), Situação fundiária ($r = 1,00$), recursos para o parque ($r = 1,00$) e Funcionário de área humanas ($r = 1,00$). Nessa correlação positiva, percebe-se a alternância de dados com a intensidade de fracos, ameaças, força e oportunidade, além de apresentar, em algumas variáveis, o dado neutro.

Ainda no componente principal 1, houve correlação negativa da Participação popular: Gestão ($r = -1,00$) e conselho gestor ($r = -1,00$). Quanto à correlação negativa, os dados

apresentam, respectivamente, o aparecimento da intensidade da oportunidade e força, para essas duas variáveis, em alguns parques.

Para o componente da Dimensão 2, observa-se que as variáveis grau de pertencimento ($r = 0,66$), Pesquisa ($r = 0,88$), se fazem parte do circuito turístico ($r = 0,86$) apresentaram correlação positiva. Nessa correlação positiva da Dimensão 2, percebe-se a alternância de dados com a intensidade de fracos, ameaças e força, para a primeira variável, Grau de Pertencimento. Na segunda variável, Pesquisa, além de apresentar, em alguns parques, a intensidade neutra, observa-se, também, as intensidades força e oportunidade. Na terceira variável, que faz parte do Circuito Turístico, percebem-se as intensidades neutro e força.

Figura 5 - Análise de correlação nos componentes principais quanto à unidade de conservação nos parques estaduais.

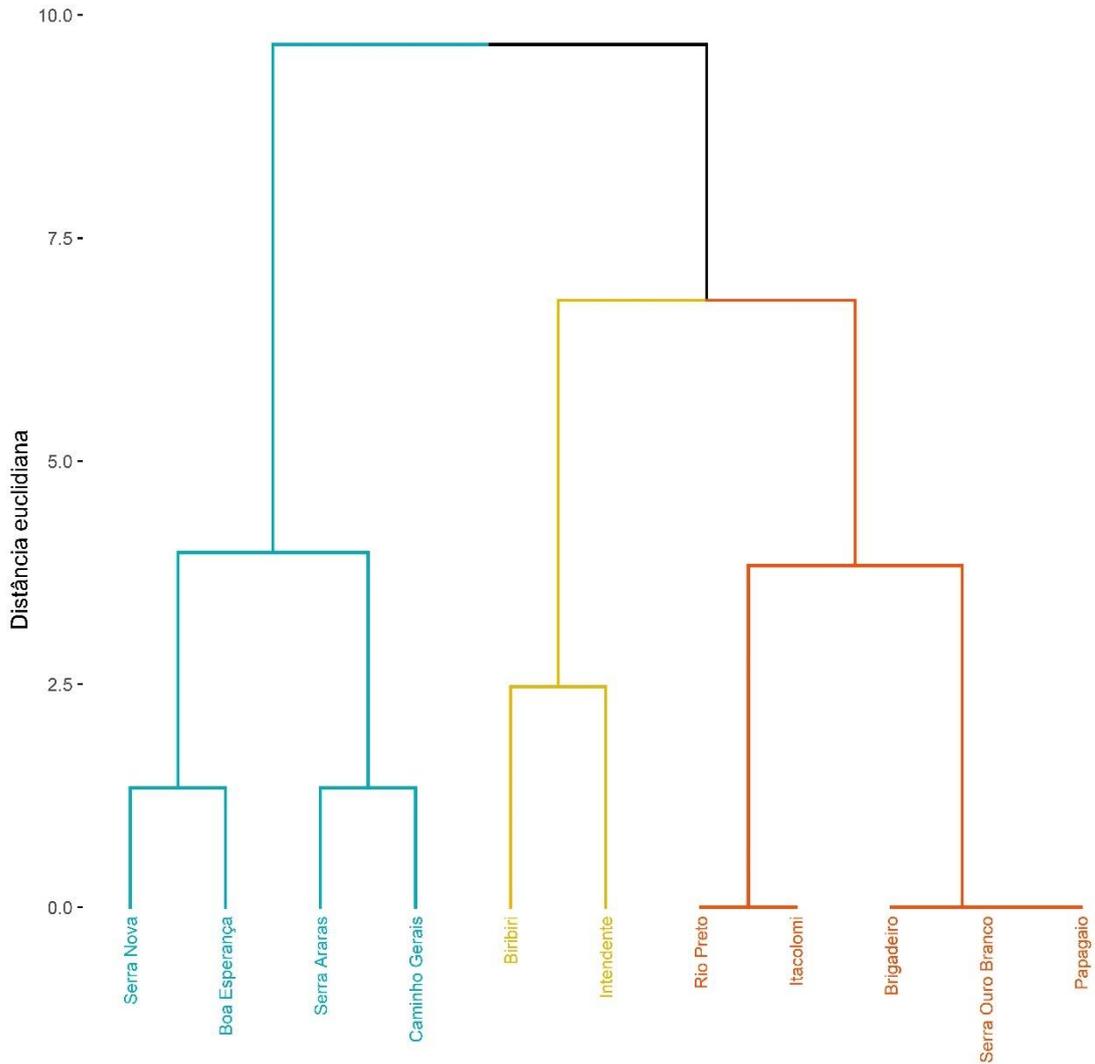


Fonte: Autores (2024).

A análise de cluster é uma técnica estatística, usada para classificar elementos em grupos, de forma que eles, dentro de um mesmo cluster, sejam muito parecidos, e os elementos,

em diferentes clusters, sejam distintos entre si. A análise dos diferentes parques estaduais está agrupada na Figura 6, que retrata quanto à unidade de conservação.

Figura 6 - Análise de cluster hierárquica quanto à unidade de conservação nos parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

De acordo com os grupos criados na análise de cluster (Figura 6), os parques estaduais (Serra Nova, Boa Esperança, Serra Araras, Caminho Gerais) foram semelhantes nas variáveis analisadas (Estudo técnico realizado, Participação popular – Gestão, Situação fundiária, Recursos para o parque, Funcionário de áreas humanas, se fazem parte do circuito turístico e

Conselho gestor). Nas variáveis, em Estudo Técnico Realizado e Funcionário da Área de Humanas, dos parques citados, nota-se a intensidade da fraqueza caracterizada, a qual precisa melhorar, pois todos apresentaram a Avaliação Ecológica Rápida, com poucos ou até superficiais dados relacionados ao Patrimônio Histórico-Cultural e muitos Planos de Manejo de base igual, complementando-se com alguns dados locais. Na variável funcionário da área de humanas, os parques apresentaram a intensidade Fraqueza, pois não apresentaram, nos Planos de Manejo, ou não estão sendo informados da existência do funcionário, que pode contribuir com outra visão para o processo de Conservação do Patrimônio Histórico-Cultural existente.

Quanto à variável Participação Popular, em todos os parques, apresentou-se a intensidade da oportunidade, pois não apresentam a participação popular na gestão, sendo essa localizada apenas no conselho gestor ou sendo aproveitada como guias. Quanto as variáveis Situação Fundiária e Recursos para o Parque, todos eles manifestaram a intensidade Ameaça, pois apresentaram-se sem solução, sobre tal situação, o que pode acarretar passivos ambientais gravíssimos para a área do parque, além de alguns parques não apresentarem a informação sobre os recursos nos Planos de Manejo e, quando apresentam, são poucos os recursos. Já a variável Circuito Turístico, apresenta-se a intensidade Neutra, pois, desses parques citados, não é apresentada a informação no Plano de Manejo. Quanto à variável Conselho Gestor, apresentou-se a intensidade da força, pois todos os parques citados apresentam com pouca representatividade; e outros, com muita representatividade.

Algumas variáveis se diferenciaram nesse grupo, como Pesquisa e Grau de Pertencimento. Na primeira variável Pesquisa, não foi informado, no Plano de Manejo, se há estudos sobre a temática do Patrimônio Histórico Cultural nesses parques citados acima. E na segunda variável Grau de Pertencimento, no Parque Estadual da Serra da Boa Esperança, são apresentadas uma relação e uma boa construção do pertencimento. Nos outros parques citados, é apresentada uma ruim, com característica de uma relação de distanciamento e/ou desconhecimento, por parte da população do entorno, além de não apresentar essa informação dentro do Plano de Manejo, no Parque Estadual Serra Nova.

O segundo grupo são os parques estaduais Biribiri e Intendente que foram semelhantes nas variáveis (Grau de Pertencimento, Estudo técnico realizado, Participação popular – Gestão, Situação fundiária, Recursos para o Parque, Funcionário de Área Humanas, se fazem parte do Circuito Turístico e Conselho Gestor). Nesse grupo, as variáveis Estudo Técnico Realizado e Funcionário da Área de Humanas dos parques citados, nota-se a intensidade da fraqueza,

caracterizada que precisa melhorar, pois apresentam os mesmos fatores relacionados acima, com o primeiro grupo.

Quanto às variáveis Participação Popular e Circuito Turístico, em todos os parques, apresentou-se a intensidade da oportunidade, pois não foi manifestada a participação popular na gestão, sendo ela localizada em projetos de fortalecimento da agricultura familiar, para o desenvolvimento sustentável da região ou no incentivo ao turismo e comércio local, além de apresentar a participação no conselho gestor do parque. Na variável do Circuito Turístico, o Parque Estadual Serra do Intendente faz parte do Circuito da Serra do Cipó, e o Parque Estadual do Biribiri está em proposta, para fazer parte do Circuito do Diamante, conforme especificado no Plano de Manejo.

A respeito das variáveis Situação Fundiária e Recursos para o Parque, todos os parques apresentaram a intensidade ameaça, pois, na primeira variável, a situação é que não houve a solução, podendo acarretar os mesmos fatores do primeiro grupo. Quanto aos Recursos para o Parque, o Parque Estadual Serra do Intendente recebeu grande volume de recursos do projeto PROMATA, em parceria com empresas privadas, e o Parque Estadual do Biribiri recebeu poucos recursos de acordo com o Plano de Manejo, o que comprometeu o funcionamento do parque.

Em relação às variáveis Conselho Gestor e Grau de Pertencimento, foi apresentada a intensidade da força, pois, nos parques citados, foi ressaltada, no seu conselho gestor, boa representatividade social. Na variável Grau de Pertencimento, de acordo com o Plano de Manejo, apresentaram-se boas e excelentes relações, sendo que, no surgimento delas, revelou-se o desejo da sociedade local, podendo destacar que, no Parque Estadual do Biribiri, sua implantação teve conflitos com moradores locais.

Quanto à variável Pesquisa, é apresentada uma diferença nesse grupo. No Parque Estadual Serra do Intendente, é expressa a pesquisa sobre a temática do Patrimônio Histórico Cultural. No Parque Estadual do Biribiri, não foi informado, no Plano de Manejo, se há estudos sobre a temática.

No terceiro grupo, os parques Rio Preto, Itacolomi, Brigadeiro, Serra Ouro Branco e Papagaio foram semelhantes nas variáveis Grau de Pertencimento, Estudo Técnico Realizado, Participação Popular, Gestão, Situação Fundiária, Recursos para o Parque, Funcionário de Área Humanas, bem como se fazem parte do Circuito Turístico e Conselho Gestor. Nesses grupos, as variáveis Estudo Técnico Realizado, Grau de Pertencimento e Funcionário da Área

de humanas, dos parques citados, nota-se que a intensidade da fraqueza caracterizada precisa melhorar, pois apresenta os mesmos fatores relacionados à Avaliação Ecológica Rápida, como citado no primeiro grupo, e não apresentam ou não informaram a presença de um funcionário na Área de Humanas. Quanto ao Grau de Pertencimento, os dados apresentam como desejo da comunidade, na proteção das nascentes, com o aparecimento de um distanciamento da mesma que vive no entorno; a criação partiu da própria comunidade que atinou quanto à importância da preservação, mas apresenta o desconhecimento sobre a existência; a comunidade valoriza a beleza cênica existente na região, mas desconhece a existência do parque, observando, como ponto básico, o pico do Itacolomi, que é o mais visitado, sofrendo com passivos ambientais; o surgimento do parque foi uma ação da própria comunidade, que utiliza partes, em momentos de lazer. O surgimento aparece da aceitação da comunidade, que, também, o utiliza para celebrações religiosas, apresentando conflitos sobre a situação fundiária.

Quanto às variáveis Participação Popular e Circuito Turístico, em todos os parques, é apresentada a intensidade da oportunidade, pois não manifestam a participação popular na gestão, acarretando nos mesmos fatores dos citados no primeiro grupo. Na variável do Circuito Turístico, todos os parques fazem parte, como Circuito do Ouro e Diamante, Circuito Terras Altas da Mantiqueira, Serras de Minas e Circuito da Moda.

Quanto às variáveis Situação Fundiária e Recursos para o Parque, todos os parques apresentaram a intensidade ameaça, pois, na primeira variável, a situação é que não houve a solução, podendo acarretar os mesmos fatores do primeiro grupo. Quanto aos Recursos para o Parque, alguns apresentaram recursos oriundos do governo do estado e outros não foram informados no Plano de Manejo.

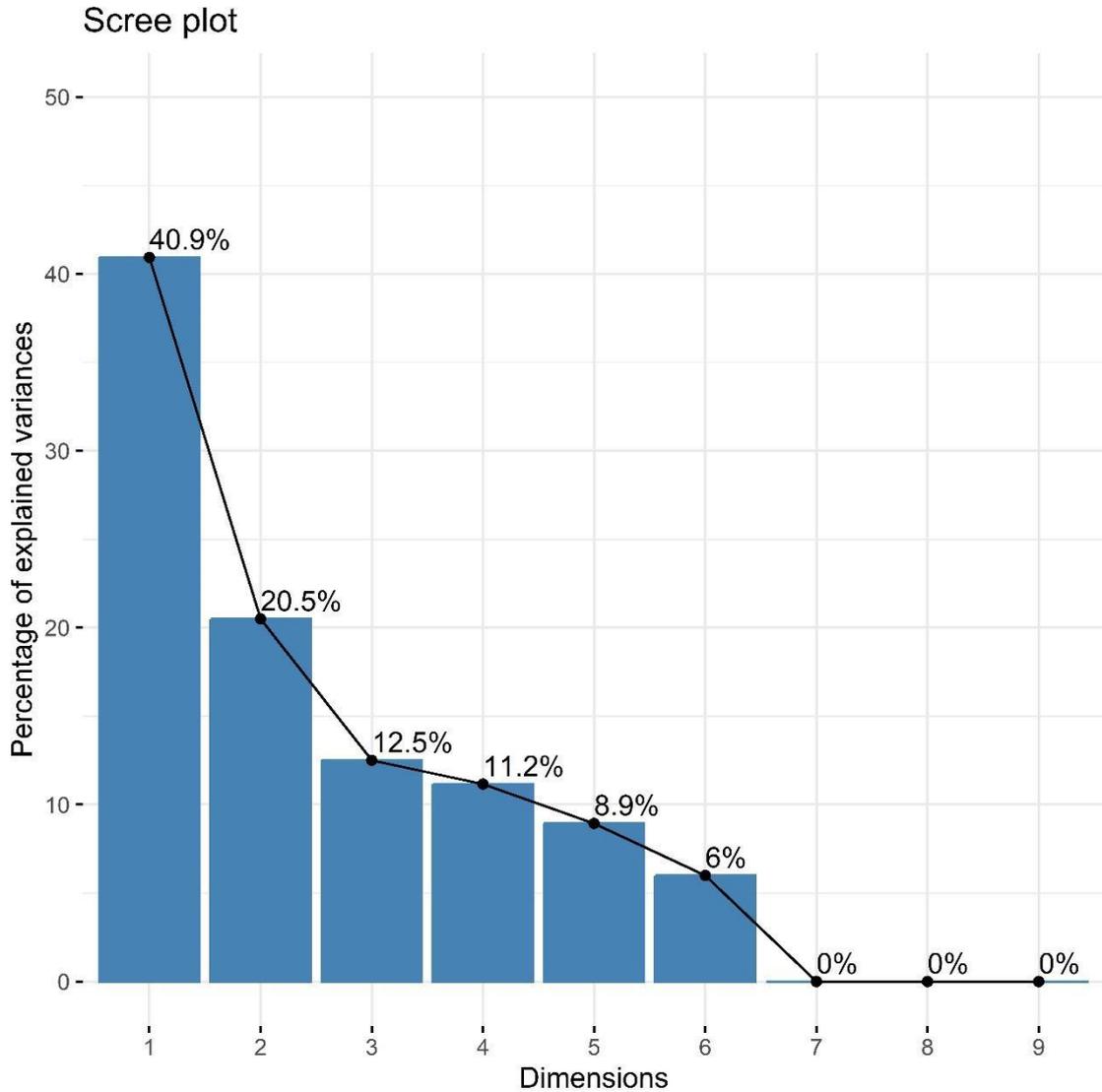
No que se refere a variável Conselho Gestor, apresenta-se a intensidade da força, pois, nos parques citados, apresenta, no seu conselho gestor, boa representatividade social. Já com relação a variável Pesquisa, apresenta-se uma diferença nesse grupo. Nos Parques Estaduais do Rio Preto e Itacolomi, existem pesquisas sobre a temática do Patrimônio Histórico Cultural, principalmente, sobre os vestígios arqueológicos encontrados. Nos outros parques desse terceiro grupo, não foi informado, no plano de manejo, se há estudos sobre a temática.

a. **Quanto ao Bem Cultural: Parques Estaduais Resultados**

A Figura 7, a seguir, apresenta os resultados de proporção acumulada de autovalores da matriz de correções dos componentes principais. Observa-se que os dois primeiros

componentes principais (Dimensões 1 e 2) da análise explicam 61,4% da variação dos dados, o que evidencia a importância dessas duas dimensões para a análise.

Figura 7 - Porcentagem explicada pelos componentes principais (*Dimensions*) quanto ao bem cultural nos parques estaduais.

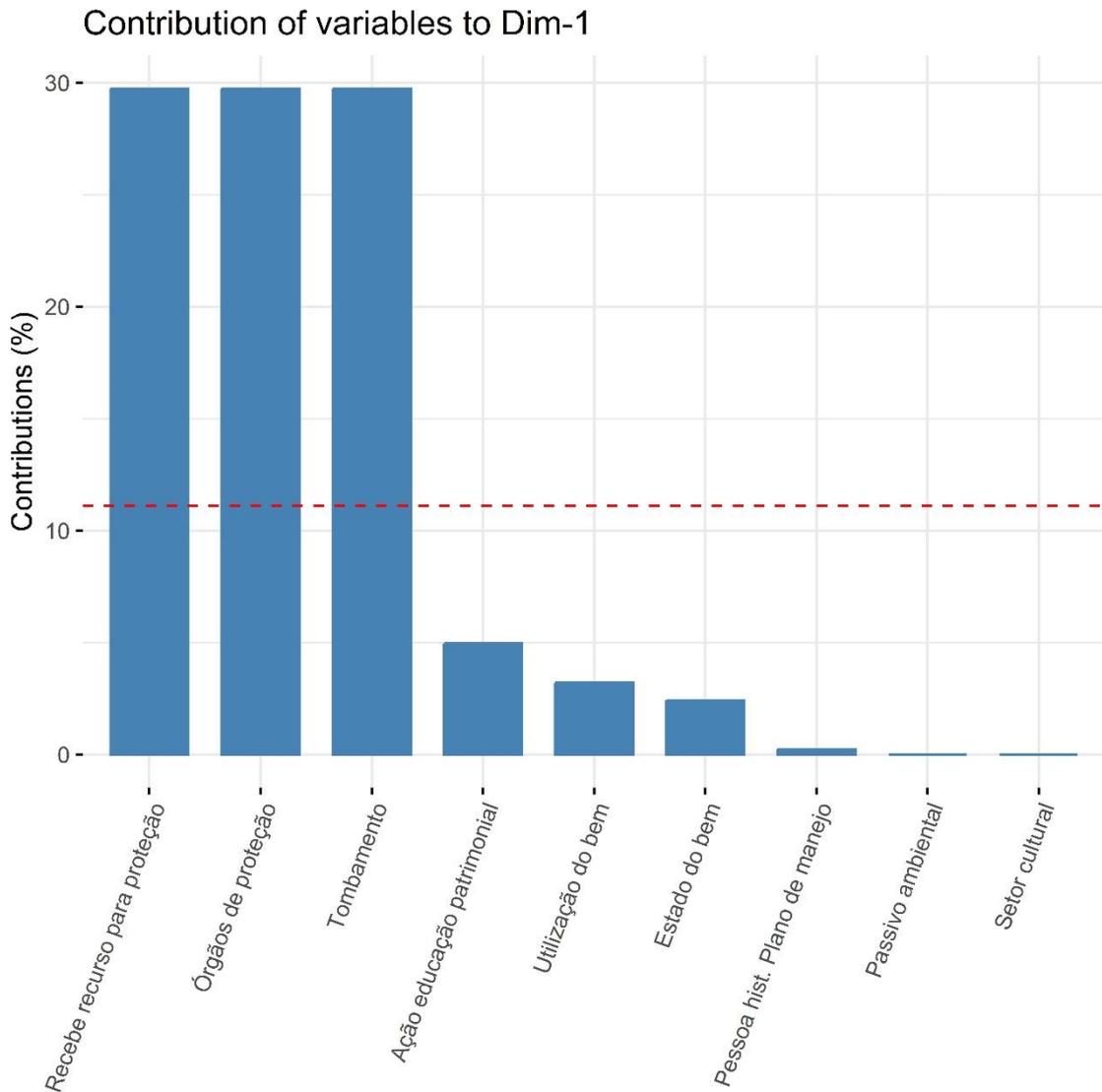


Fonte: Autores (2024).

Após análise das classes de componentes principais, realizou-se a exploração das Dimensões 1 e 2 para avaliação da contribuição de cada variável quanto ao bem cultural. A Figura 8, a seguir, apresenta a contribuição das variáveis da Dimensão 1 em ordem classificatória.

Conclui-se que as variáveis: Recebe Recurso para a Proteção, Órgãos de Proteção e Tombamento (Figuras 2 e 4) são as mais importantes na avaliação quanto ao bem cultural no componente principal 1 (Dim-1) em parques estaduais.

Figura 8 – Contribuição das variáveis no componente principal 1 (Dim-1), utilizadas quanto ao bem cultural nos parques estaduais.

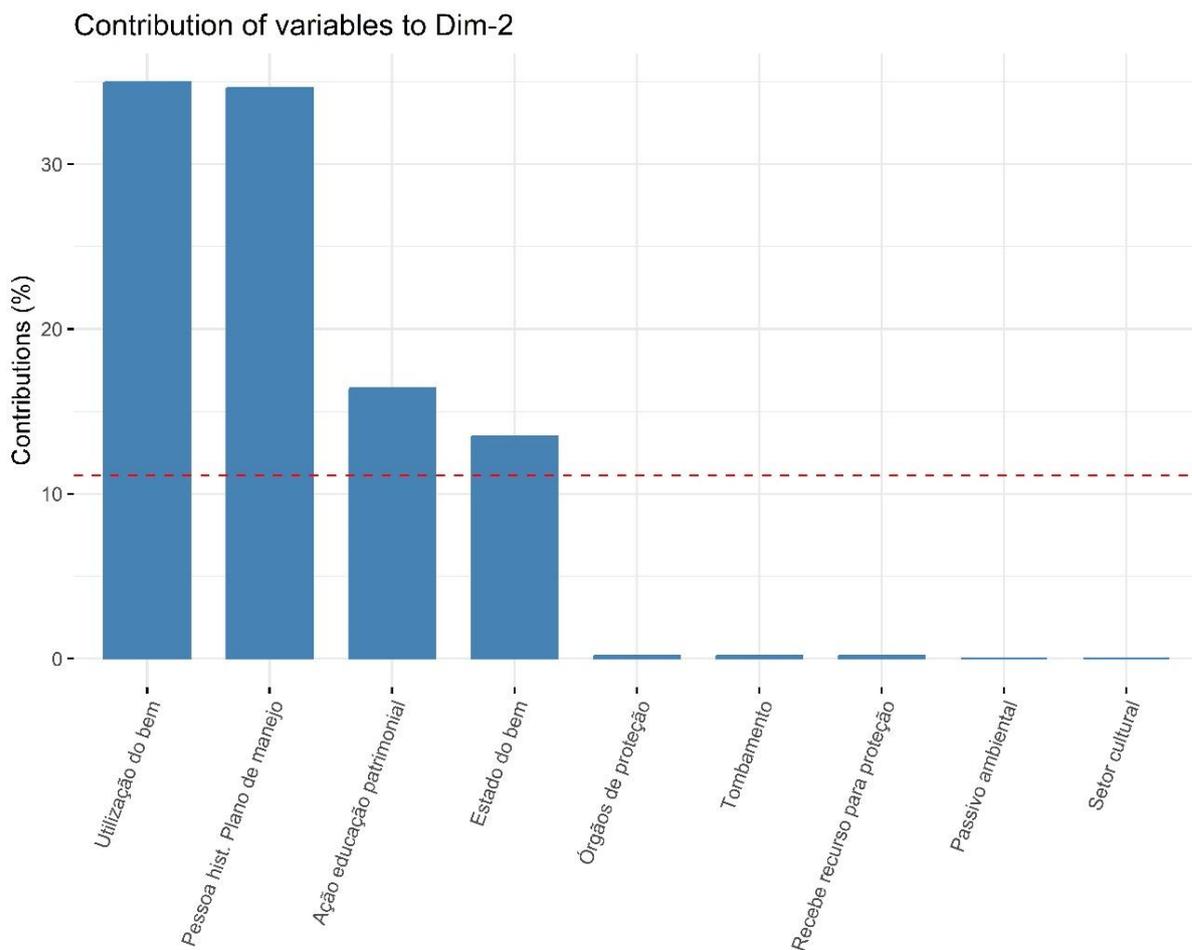


Fonte: Autores (2024).

Na sequência, partiu-se para a avaliação da Dimensão 2, a qual teve maior impacto na proporção acumulada de componentes principais. A Figura 9, a seguir, apresenta a contribuição das variáveis da Dimensão 2 em ordem classificatória.

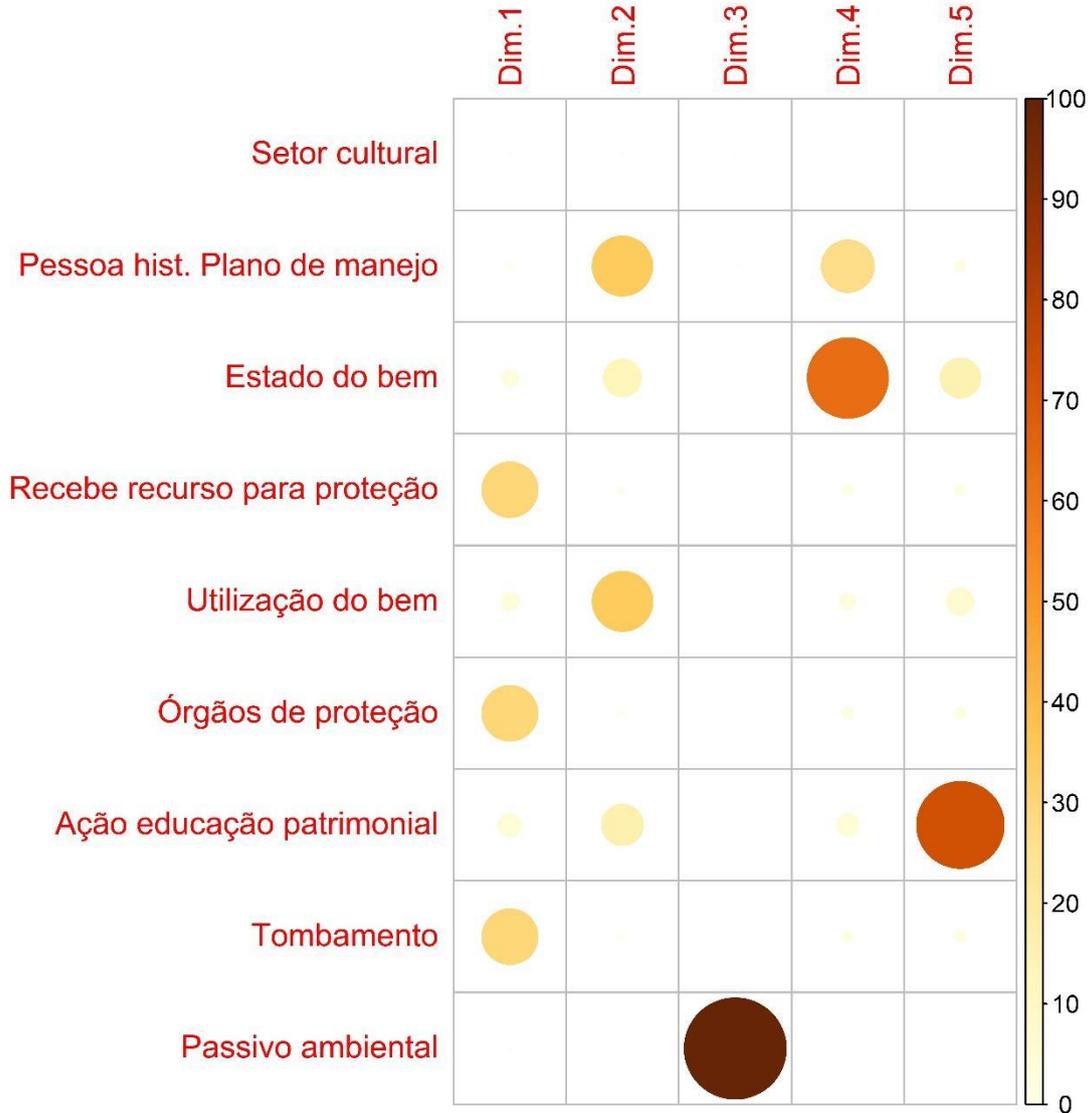
Os resultados mostram que as variáveis: Utilização do Bem, Pessoa Histórico de Plano de Manejo, Ação Educação Patrimonial e Estado do Bem (Figuras 9 e 10) são as que mais contribuem para o componente principal 2 ou dimensão 2 (Dim-2) nos parques estaduais.

Figura 9 - Contribuição das variáveis no componente principal 2 (Dim-2), utilizadas quanto ao bem cultural nos parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

Figura 10 - Contribuição das variáveis nos componentes principais (Dim-1 até Dim-5) utilizadas quanto ao bem cultural nos parques estaduais.



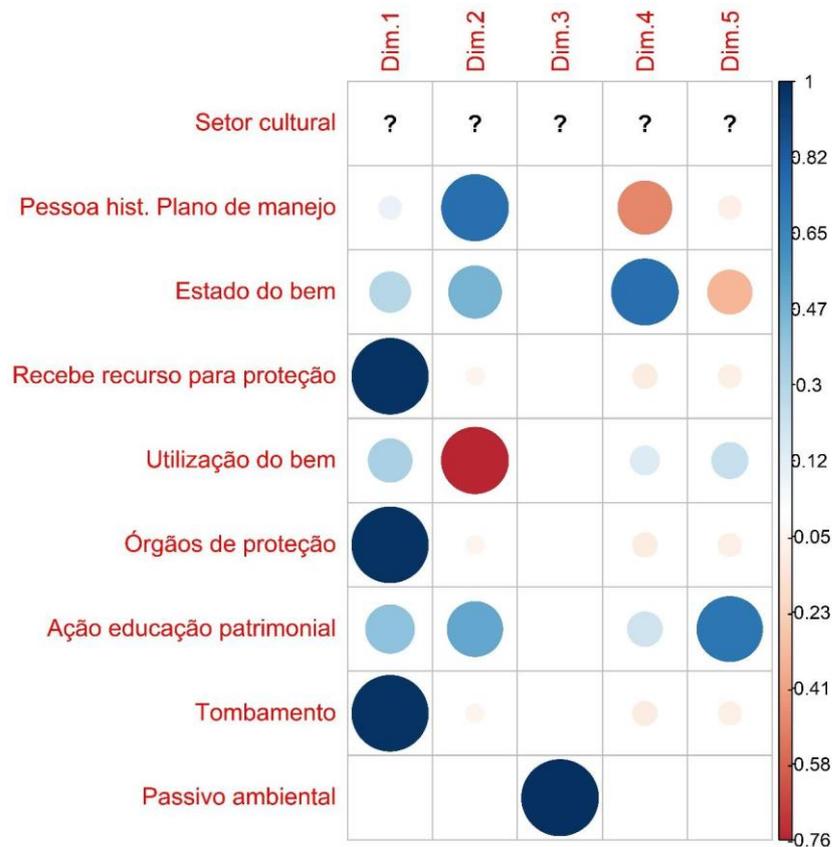
Fonte: Autores (2024).

A partir das análises de contribuição das variáveis, plotou-se o gráfico que inter-relaciona as variáveis com suas correlações e dimensões, representado pela Figura 5. O gráfico da Figura 5 apresenta correlação (r) positiva das variáveis: Recebe Recurso para Proteção ($r = 0,99$), Órgãos de Proteção ($r = 0,99$) e Tombamento ($r = 0,9$). Nesta correlação positiva, percebe-se a preponderância da intensidade Força nessas variáveis.

Para o componente da Dimensão 2, observa-se que a variável Utilização do Bem ($r = -0,76$) apresentou correlação negativa com o Pessoa de história no Plano de Manejo ($r = 0,75$), Ação Educação Patrimonial ($r = 0,52$) e Estado do Bem ($r = 0,47$). Nessa correlação negativa

da Dimensão 2, percebe-se a preponderância da intensidade Força na variável Utilização do Bem, sendo que, somente, no Parque Estadual do Intendente, a intensidade surge como oportunidade, pois apresenta a proposta para ser implementada a utilização em período posterior. Quanto às correlações positivas na variável Pessoa História Plano de Manejo, percebe-se a alternância de dados com a intensidade da força e ameaça. Na variável Ação Educação Patrimonial, percebe-se a alternância de dados com a intensidade da oportunidade e ameaça, sendo que esta aparece somente no Parque Estadual do Papagaio. Na variável Estado do Bem, percebe-se a alternância de dados com a intensidade da força (Parques Estaduais Itacolomi e Boa Esperança), Oportunidade (Parques Estaduais Biribiri, Serra do Ouro Branco e Intendente) e Neutro encontrada nos outros parques. Para a variável Setor Cultural, não houve mudança nos parques estaduais avaliados (valor 0 – neutro), pois não apresentaram no Plano de Manejo analisado quanto à existência ou proposta de implantação.

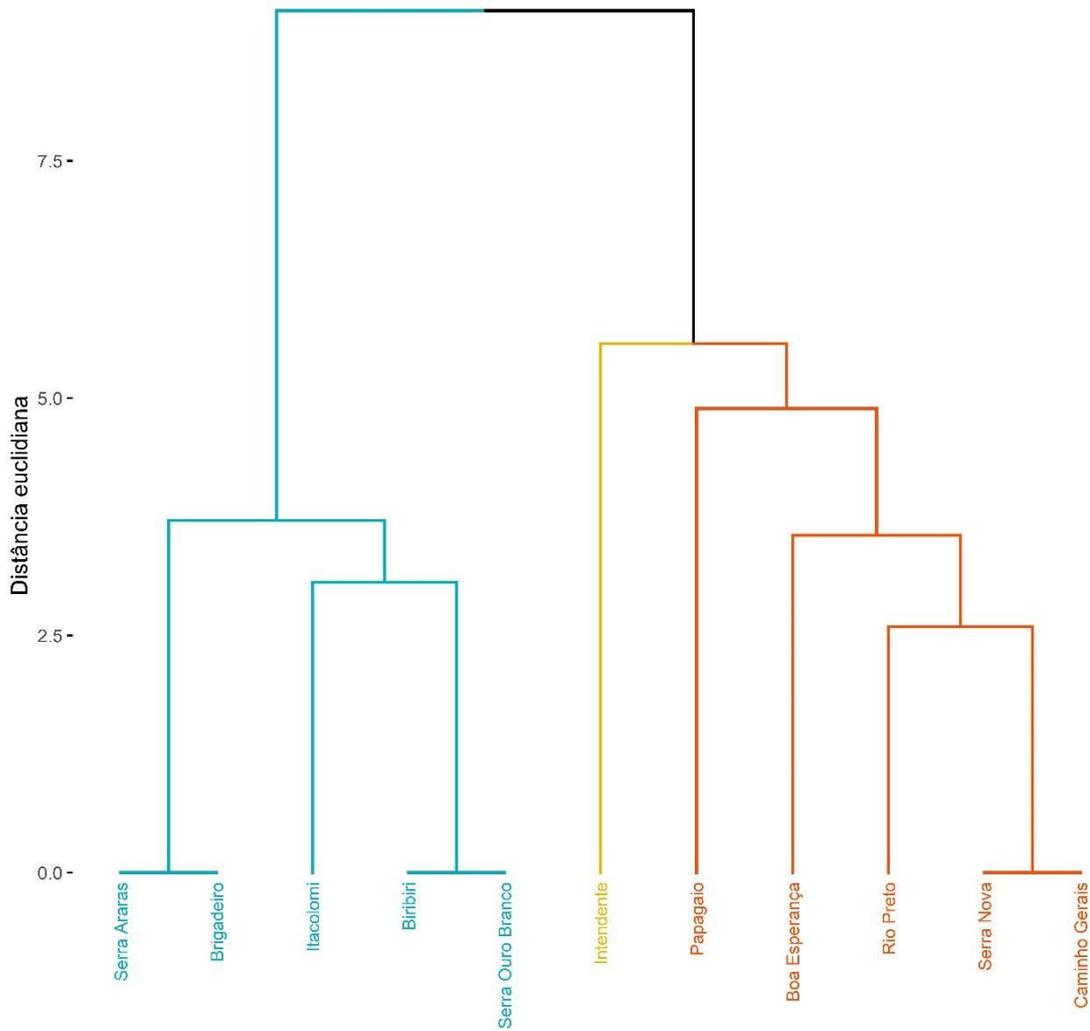
Figura 11 - Análise de correlação nos componentes principais quanto ao bem cultural nos parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

A análise dos diferentes parques estaduais está agrupada na Figura 6, que retrata sobre o bem cultural.

Figura 12 - Análise de cluster hierárquica quanto ao bem cultural nos parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

De acordo com os grupos criados na análise de cluster (Figura 6), os parques estaduais Serra Araras, Brigadeiro, Itacolomi, Biribiri e Serra Ouro Branco foram semelhantes nas variáveis analisadas (Setor cultural, Recebe recurso para Proteção, Utilização do Bem, Órgãos de Proteção, Ação Educação Patrimonial, Tombamento e Passivo Ambiental) quanto ao bem cultural. Nas variáveis Recebe Recurso para Proteção, Utilização do Bem, Órgãos de Proteção, Tombamento dos parques citados, nota-se a intensidade da Força, caracterizada com fatores

que contribuem para o processo de conservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Como exemplo, pode-se expor que maioria dos bens encontrados, nos parques citados, possui tombamento como forma de conservação. Os municípios recebem recursos do governo do Estado, via ICMS Cultural, não foi encontrado, nos Planos de Manejo, se esse recurso é destinado aos Parques Estaduais. Quanto aos Órgãos de Proteção, o PE Serra do Ouro Branco apresenta apoio na conservação do IPHAN em nível federal, IEPHA, estadual e Conselhos Patrimoniais em nível municipal. O PE do Itacolomi apresenta apoio na conservação do IEPHA em nível estadual e Conselhos Patrimoniais a nível municipal. E os outros Parques Estaduais apresentam apoio dos Conselhos Patrimoniais em nível municipal. Quanto à variável Utilização do Bem, todos os parques utilizam o bem cultural como ponto turístico, mas também apresentam propostas de fortalecer o turismo, juntamente, com a comunidade, com formação técnica, incentivo ao artesanato local e a construção de infraestrutura para utilização dos visitantes.

Sobre a variável Ação de Educação Patrimonial, em todos os parques, foi apresentada a intensidade da oportunidade, pois apresentaram propostas de implementação (PE's Serra das Araras, Biribiri, Serra do Ouro Branco, Brigadeiro), sendo o último a destacar que o município de Araponga faz atividades esporádicas com estudantes da região; o PE Itacolomi apresentou que desenvolve e com proposta, mas com poucas informações encontradas no Plano de Manejo. Quanto à variável Passivo Ambiental, todos os PE's, citados acima, apresentaram a intensidade da Fraqueza, acarretada pelo turismo desordenado, principalmente, quando há festividades, que caracterizam o uso do bem cultural, acarretam problemas de abastecimento de água no parque; vandalismo e pichações, devido à falta de pessoal na gestão e fiscalização, especulação imobiliária, avanço de mineradoras, trânsito dentro do parque, por ser parte da Estrada Real, além de estradas precárias que dificultam a fiscalização, a violência dentro do parque, prejudicando as visitas ao bem cultural, o que revela o desleixo do setor público quanto ao bem cultural.

No segundo grupo está o parque estadual do Intendente que se apresentou na variável Passivo Ambiental, a intensidade da Fraqueza, caracterizando-se que precisa melhorar, pois apresenta, como agente complicador, a falta de infraestrutura para o bem cultural, que vem sofrendo a própria ação do tempo, como o sol, que dificulta o processo de conservação.

Quanto às variáveis Estado do Bem, Utilização do Bem e Ação de Educação Patrimonial, o PE apresenta a intensidade da oportunidade, pois o bem cultural aparece em

estado razoável de conservação, com proposta de utilização e com ações de educação ambiental esporádicas, mas com propostas de melhoria, através do fortalecimento da comunidade do entorno.

No que diz respeito a variável Pessoa de História Plano de Manejo, apresentou-se a intensidade da Força, pois, na confecção desse instrumento de auxílio na gestão do parque, um profissional de história, com aprimoramento em arqueologia, fez parte, trazendo informações quanto à valorização e conservação do bem cultural.

No que tange as variáveis Recebe Recurso para Parque, Utilização do Bem, Órgãos de Proteção e Tombamento, foi apresentada a intensidade Neutra, pois o parque, para a sua criação, recebeu recursos do PROMATA e empresas privadas, mas não comprova se ainda tem recebido e, quanto às outras variáveis, não se observa a informação dentro do Plano de Manejo.

O terceiro grupo são os parques Papagaio, Boa Esperança, Rio Preto, Serra Nova e Caminhos Gerais que foram semelhantes nas variáveis analisadas Setor cultural, Recebe Recurso para Proteção, Utilização do Bem, Órgãos de Proteção, Tombamento e Passivo Ambiental quanto ao bem cultural.

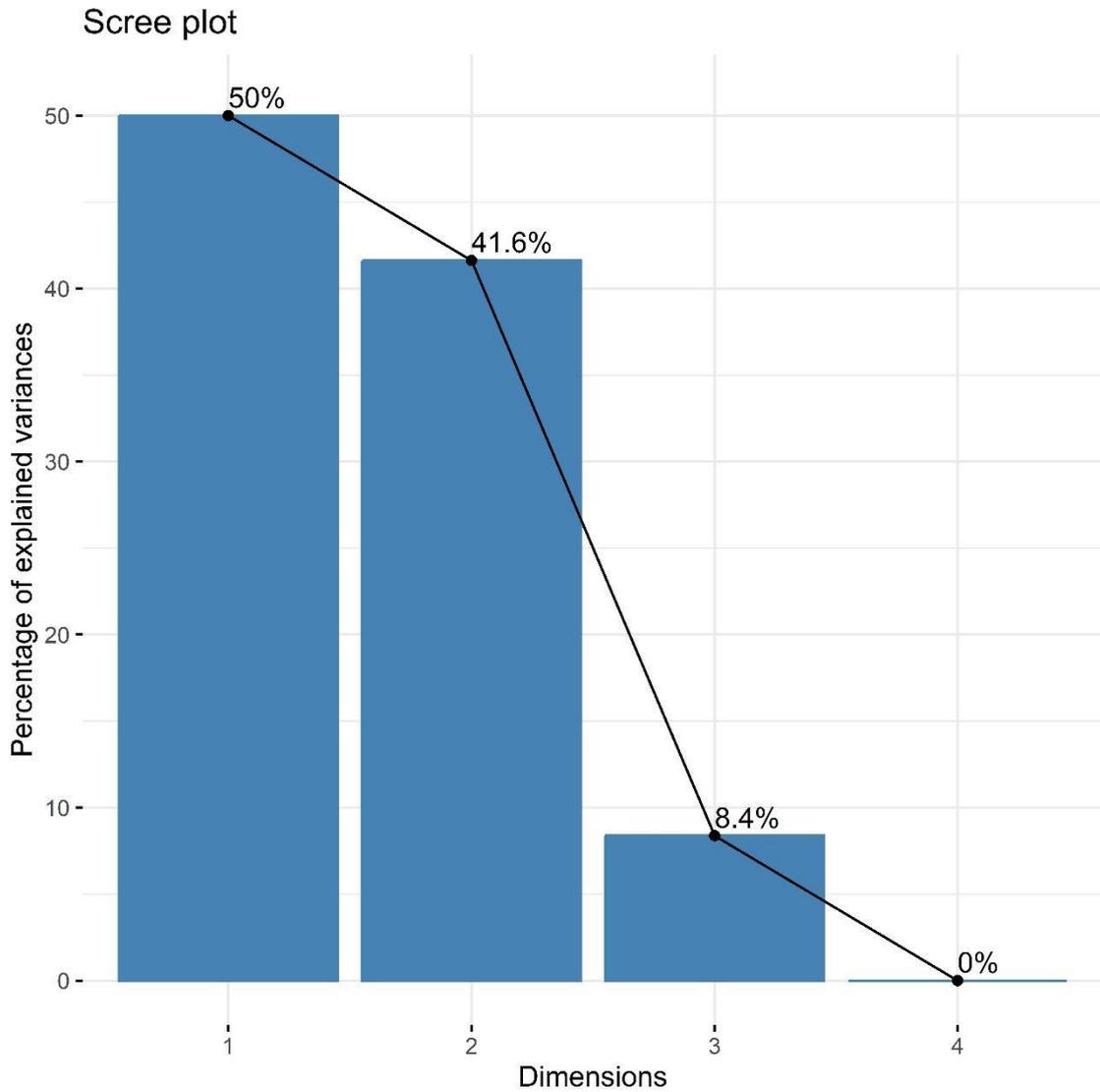
Quanto às variáveis Setor Cultural, Recebe Recurso para Parque, Órgãos de Proteção e Tombamento, apresentou-se a intensidade Neutra, pois os parques citados acima não informaram, dentro do Plano de Manejo, quanto a existência ou implantação do setor cultural, a se há existência de bem cultural tombado. Já a variável Utilização do Bem, apresenta-se a intensidade da Força, pois o bem cultural é utilizado para a visitação, e há propostas de fortalecimento com a comunidade local quanto à utilização do bem cultural e o parque. Enfim, na variável Passivo Ambiental, apresentou-se a intensidade da Fraqueza, caracterizada com necessidade de melhoria, pois apresenta fatores como pichações, vandalismo, turismo desordenado, falta de valorização do poder público quanto ao bem cultural, bem como a falta de novos estudos, na área, quanto aos sítios arqueológicos existentes, que comprometem o processo de conservação do bem cultural.

b. Quanto ao Plano de Manejo: Parques Estaduais

A Figura 13, a seguir, apresenta os resultados de proporção, acumulada de autovalores da matriz de correções dos componentes principais. Observa-se que os dois primeiros

componentes principais (Dimensões 1 e 2) da análise explicam 91,6% da variação dos dados, o que evidencia a importância dessas duas dimensões para a análise.

Figura 13 - Porcentagem explicada pelos componentes principais (*Dimensions*) quanto ao plano de manejo nos parques estaduais.

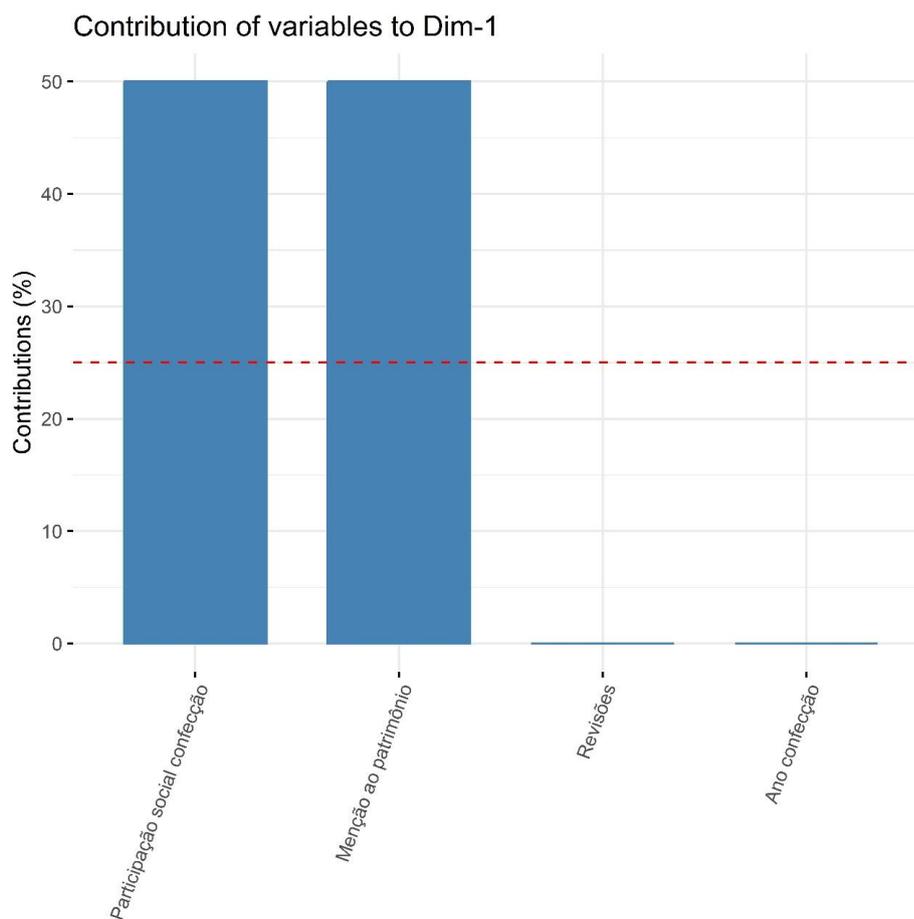


Fonte: Autores (2024).

Após análise das classes de componentes principais, realizou-se a exploração das Dimensões 1 e 2 para avaliação da contribuição de cada variável quanto ao Plano de Manejo. A Figura 14, a seguir, apresenta a contribuição das variáveis da Dimensão 1 em ordem classificatória.

Conclui-se que as variáveis: Participação Social na Confecção e Menção ao Patrimônio (Figuras 2 e 4) são as mais importantes, na avaliação, quanto ao Plano de Manejo no componente principal 1 (Dim-1) nos parques estaduais.

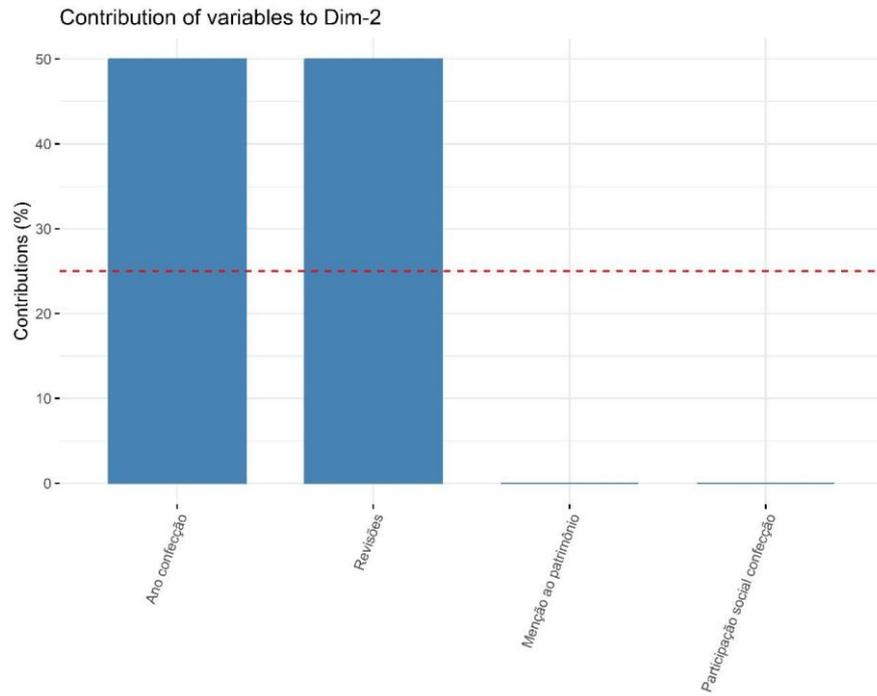
Figura 14 – Contribuição das variáveis no componente principal 1 (Dim-1), utilizadas quanto ao plano de manejo nos parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

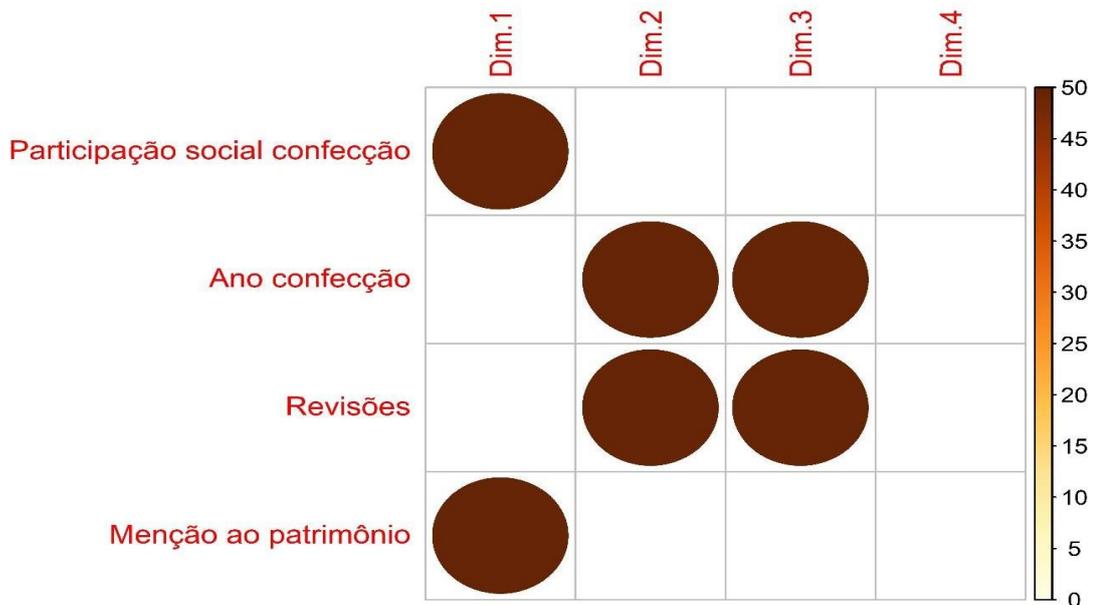
Na sequência, partiu-se para avaliação da Dimensão 2, a qual teve maior impacto na proporção acumulada de componentes principais. A Figura 15, a seguir, apresenta a contribuição das variáveis da Dimensão 2 em ordem classificatória. Os resultados mostram que as variáveis Ano de Confecção e Revisões foram as de maior contribuição quanto ao Plano de Manejo (Figuras 3 e 4) no componente principal 2 ou dimensão 2 (Dim-2), em parques estaduais.

Figura 15 - Contribuição das variáveis no componente principal 2 (Dim-2), utilizadas quanto ao Plano de Manejo em parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

Figura 16 - Contribuição das variáveis nos componentes principais (Dim-1 até Dim-5), utilizadas quanto ao Plano de Manejo em parques estaduais.

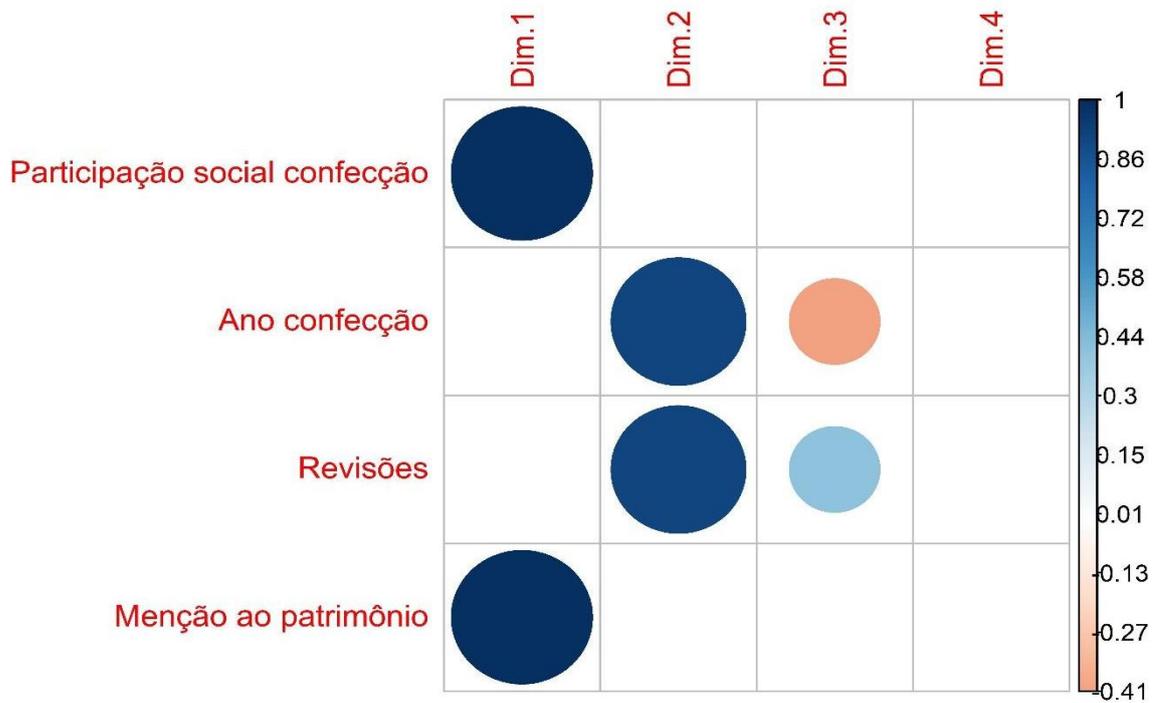


Fonte: Autores (2024).

A partir das análises de contribuição das variáveis, plotou-se o gráfico que inter-relaciona as variáveis com suas correlações e dimensões, representado pela Figura 17. O gráfico da Figura 20 apresenta correlação (r) positiva das variáveis: Participação Social de Confecção ($r = 1,00$) e Menção ao Patrimônio ($r = 1,00$). Nessa correlação positiva, percebe-se a preponderância das intensidades Força e Oportunidade nessas variáveis.

Para o componente da Dimensão 2, observa-se que as variáveis Ano de Confecção ($r = 0,91$) e Revisões ($r = 0,91$) apresentaram correlação positiva. Nesta percebe-se a preponderância das intensidades Força, Oportunidade e Ameaça dessas variáveis.

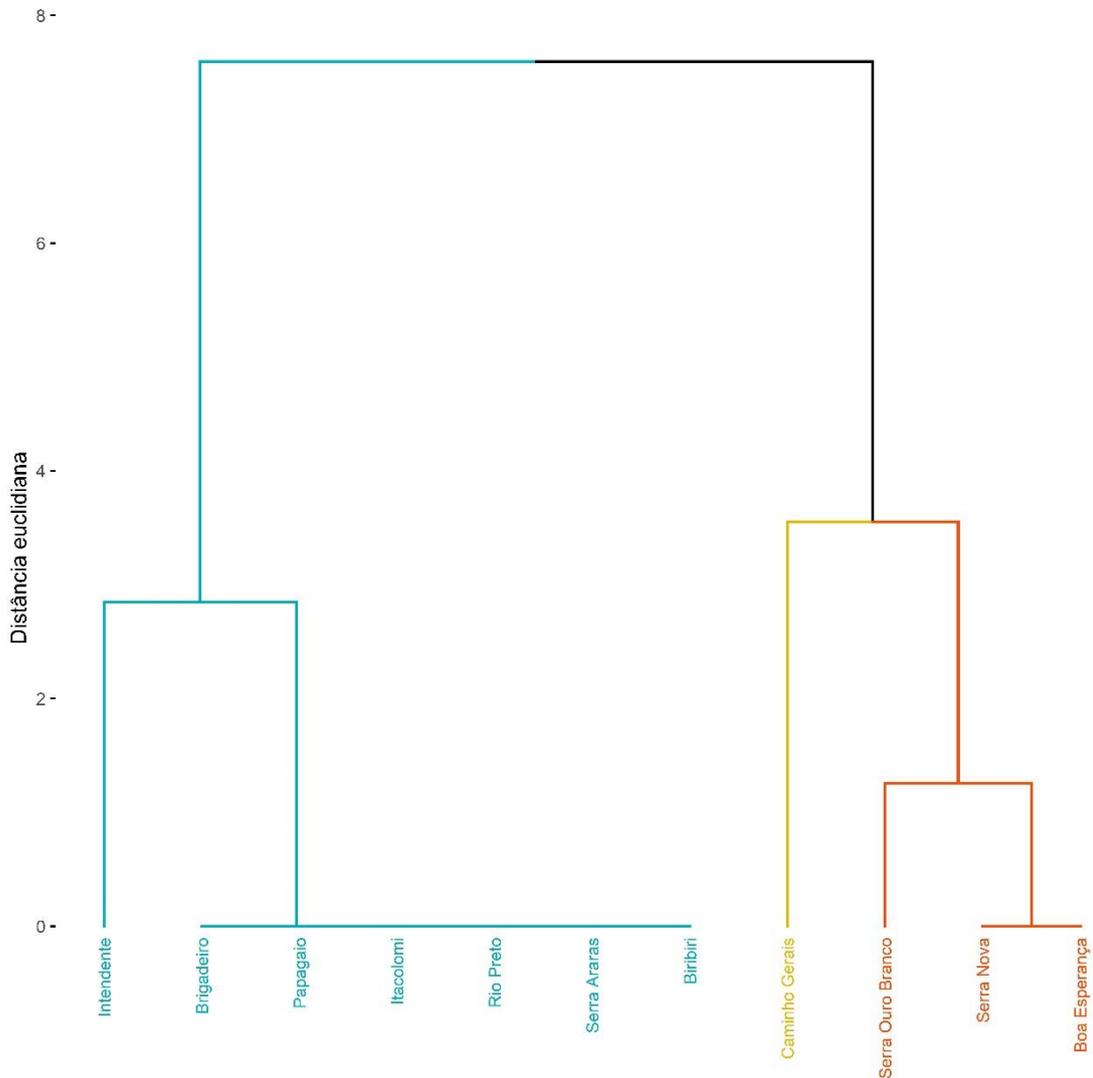
Figura 17 - Análise de correlação nos componentes principais quanto ao Plano de Manejo em parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

A análise dos diferentes parques estaduais está agrupada na Figura 18, que retrata quanto ao plano de manejo.

Figura 18 - Análise de cluster hierárquica quanto ao plano de manejo nos parques estaduais.



Fonte: Autores (2024).

De acordo com os grupos criados na análise de cluster (Figura 6), os parques estaduais do Papagaio, Intendente, Itacolomi, Rio Preto, Serra Araras, Biribiri e Brigadeiro foram um grupo criado no cluster, nas variáveis analisadas, Participação Social, Confeção, Menção ao Patrimônio e Revisões, quanto ao Plano de Manejo. A variável Menção ao Patrimônio apresenta bens materiais e imateriais, como diversas festividades tradicionais locais (Santo Antônio e São José), curral de pedra, capelas (São José), Fazenda São José, sítios arqueológicos com pinturas rupestres, Pico e Casa Bandeirantes. Quanto às variáveis Participação Social na Confeção e Revisões, todos os parques apresentaram a intensidade da Oportunidade, pois apresentaram, durante a Confeção Oficinas, pesquisas com lideranças e palestras à sociedade do entorno,

para a divulgação da criação dos parques. Sobre a variável Revisões, não apresentam, no Plano de Manejo, informações, se já estão em proposta ou se houve as revisões, mesmo porque o SNUC preza pela sua adequação, a cada cinco anos.

O segundo grupo é o parque estadual de Caminhos Gerais. Na variável Menção ao Patrimônio e Revisão, apresenta a intensidade da Força, pois possui sítios arqueológicos com pinturas rupestres e não apresenta proposta de revisão, porque o parque foi criado no ano de 2022. Quanto à variável Participação Social na Confecção, apresenta a intensidade da Oportunidade, como foi citado, nos parques do grupo anterior, que proporcionam, durante a confecção, oficinas com a sociedade do entorno, para a divulgação da criação dos parques.

No terceiro grupo, aparecem, os parques da Boa Esperança, Serra Ouro Branco, Serra Nova que foram criados no cluster, em variáveis analisadas como: Participação Social Confecção, Menção ao Patrimônio e Revisões. Nas variáveis Menção ao Patrimônio e Revisões, são apresentados bens materiais e imateriais, como diversas festividades tradicionais locais, sítios arqueológicos com pinturas rupestres, Pico e Capelas. Quanto à variável Revisões, não se apresentam, no plano de manejo, os PE's Boa Esperança e Serra Nova que estão no prazo, quanto ao processo da revisão; já o PE Serra do Ouro Branco não apresenta proposta de revisão.

No que tange as variáveis Participação Social na Confecção, os PE's Serra Nova e Boa Esperança, respectivamente, não tiveram nenhuma participação, nem informação no Plano de Manejo. O PE Serra do Ouro Branco, apresenta-se, como baixa, a participação durante a criação do parque.

4 DISCUSSÕES

Percebe-se que os Parques Estaduais possuem alguns fatores parecidos que comprometem o processo da conservação do Patrimônio Histórico-Cultural existente. Quanto ao bem cultural, o fator Situação Fundiária, que se encontra não regularizado, de acordo com o Plano de Manejo, em todos os PE pesquisados, contribui para o não fortalecimento com a comunidade do entorno, que, muitas vezes, teve suas áreas sobrepostas pelos limites do parque (Benatti, 1999), tornando-se pessoas marginalizadas e/ou foram obrigadas a deslocar de suas áreas, acarretando o processo de desterritorialização (PANIAGUA, 2017; HAESBAERT, 2020).

Acrescentando a esse fator, destaca-se o aparecimento de grandes passivos ambientais, conforme destacado, que também acarretam a perda de alguns bens culturais, devido ao uso desordenado, à falta de fiscalização, por não apresentarem funcionários (Lima *et al.*, 2005). Outro entrave é a falta de recurso, que, muitas vezes, não é destinado aos municípios, via ICMS Patrimônio Cultural (MINAS GERAIS, 2009), e não é repassado aos proprietários ou órgãos, como os Parques Estaduais, podendo ser ocasionado pela falta de leis municipais, para a destinação correta quanto a conservação dos bens culturais.

Destaca-se, também, que a falta de pessoal de Humanas ou, até mesmo, de História nos PE's, pode acarretar poucas propostas ou discussões sobre o bem cultural. A heterogeneidade da equipe contribui para o acréscimo do compartilhamento do saber e da aprendizagem profissional, podendo resultar em fatores-chave do êxito do projeto (Hirszenberger; Ranogajec; Vucetic; Lalic; Gracanina, 2018). Ademais esse profissional pode construir, com a gestão, projetos mais específicos de valorização do patrimônio Histórico-Cultural existente, associando-se, sempre, a comunidade do entorno. Esses projetos, afiliados à comunicação dos gestores e especialistas em patrimônio, podem melhorar o grau de pertencimento dessas comunidades, gerando o avanço de uma compreensão quanto à importância do patrimônio cultural existente, pois pode gerar uma identidade e do PE na região (Blicharska *et al.*, 2017; Carvalho; Backx, 2018; Sanchez; Cabrera; Pulgarb, 2020; Li *et al.*, 2020; Holleland *et al.*, 2017, Sancho-Pivoto *et al.*, 2022).

Infere-se que a participação social da comunidade deve ser incentivada não só com palestras e/ou oficinas, mas também com a melhoria na relação com as UC'S (Benatti, 1999; Meideiros; Pereira, 2011; Barros; Leuzinger, 2018; Daniel *et al.*, 2012; Carvalho; Backx, 2018), estimulando a geração de emprego ou, até mesmo, uma gestão compartilhada dessas áreas protegidas. Essa relação aumentaria sua intensidade com a valorização dos bens culturais existentes através de pesquisas científicas, pois daria mais publicidade ao meio acadêmico e poderia resultar no aumento das visitas dos PE's. Outro destaque, seria o maior incentivo quanto à divulgação nos circuitos turísticos, ampliando-se para outras regiões do estado, com o objetivo de maior visibilidade (Barros; Leuzinger, 2018).

Quanto aos Planos de Manejo, evidencia-se que alguns PE's foram criados há pouco tempo, mas não apresentam que terão revisões periódicas, como estabelece o SNUC (Brasil, 2000; Tengberg *et al.*, 2012; Hernandez-Morcilo; Plieninger; Bieling, 2013; Barros; Leuzinger, 2018). Nota-se, no entanto, que muitos bens culturais são mencionados de forma superficial no

texto do Plano de Manejo, não trazendo muitas informações de tombamento, relação de órgãos de proteção, setor cultural, ação de educação patrimonial ou dados históricos, como foi o trabalho sobre o Bem Cultural. Muitos PE's tiveram Avaliações Ecológicas Rápidas como proposta metodológica de levantamento de dados, mas percebe-se que muitos dados, quanto ao bem cultural, poderiam ser explorados, e ser dada a publicidade nos Planos de Manejo.

Diante disso, assiste-se à pouca prioridade de valorização do bem cultural de alguns PE's, gerando conflitos (Carvalho; Backx, 2018), devido ao fato de não perceberem a importância, o valor histórico para a região e a forma de utilização, podendo ser um turismo sustentável. Essa ação pode gerar recursos ao parque, não ocasionar o despovoamento dessas áreas e a salvaguarda dessas regiões (Paniagua, 2017; Sardaro; La Sala; Pascale; Faccilongo, 2021), além de contribuir para a melhoria da relação entre gestão e comunidade que vive no entorno. É possível resultar uma nova percepção quanto às políticas de gestão que visam garantir a manutenção e a regulação da paisagem, gerando um selo de qualidade com a inclusão da população tradicional (Paniagua, 2017). Percebe-se, também, que as preferências turísticas se baseiam, atualmente, no interesse pelo ambiente e território, objetivando compreender culturas e lugares (Sardaro; La Sala; Pascale; Faccilongo, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou, mediante análise, compreender que o Patrimônio Histórico-Cultural pode ser uma alternativa de aproximação com a sociedade residente e/ou resistente dos PE's. Muitos desses PE's podem utilizar os bens culturais através da Educação Patrimonial, que ainda são pouco observados nos parques pesquisados, como forma de desenvolvimento e valorização cultural.

A análise do desempenho da gestão e conservação do Patrimônio Histórico-Cultural dos PE's de Minas Gerais resultou na avaliação de algumas variáveis observadas. Nessa avaliação, nota-se que alguns fatores contribuem para a aquisição do processo de conservação do Patrimônio Histórico-Cultural existente. Observa-se, entretanto, que, em algumas variáveis, há a existência de algumas lacunas, que comprometem esse processo.

Destaca-se que muitos fatores, dentro das variáveis, devem ser revistos ou aprimorados para a melhoria da conservação Patrimônio Histórico-Cultural. Como no aspecto considerado limitador dos resultados, que é a falta de uma situação fundiária concretizada, funcionário da

área de humanas presente no parque e melhor participação social, não apenas nos conselhos gestores e outros, como a valorização da pesquisa e a melhoria do grau de pertencimento dessas comunidades do entorno, pois pode resultar numa outra visão, dando importância para o parque e o bem cultural existente.

Deduz-se que em outro ponto de suma importância, seria a atualização constante dos Planos de Manejo, para retratarem outros quadros, valorizando mais os bens naturais. Esse ponto pode ser utilizado para pesquisas futuras, com o objetivo de análise de melhorias em eficiência, bem como a observância quanto à visão da permanência dessa temática. Destaca-se, também, que os Plano de Manejo, bastante enxutos, podem diminuir a discussão quanto ao estabelecimento de diretrizes para essa prática da conservação do bem cultural, revelando nulidade até quanto ao seu uso.

Vale destacar, também, que proteger nosso Patrimônio Histórico-Cultural implica em pensar além de formulação de instrumentos jurídicos, pois requer conhecimento. Por isso, a participação popular pode tentar melhorar as condições de vida de todos. Para se alcançarem resultados positivos, a população deve conhecer sua história, sua cultura e identidade. A integração do patrimônio cultural ao cotidiano das sociedades pode trazer benefícios quanto à geração dessa identidade étnica e de referência cultural.

Nessa perspectiva, é significativo que a sociedade e grupos sejam incentivados a experiências com esses bens culturais, que retratam a identidade cultural de um povo que ali ainda resiste para se manter vivo. O aprendizado assimilado, por meio de atividades, utilizando os bens culturais, formará pessoas mais conscientes sobre as questões culturais que, muitas vezes, não são abordadas com mais afinco.

Urge, também, que se reveja a política implantada para a gestão das unidades de conservação, ou poderá ser comprometida a conservação da história, tendo potencial para ser local ou nacional a encontrada naqueles espaços. Conclui-se, assim que há a necessidade de atenção quanto aos bens culturais existentes nos parques pesquisados, desde o Plano de Manejo até o monitoramento das atividades, visto que essas atividades podem ser propulsoras de uma aprendizagem enriquecedora, motivando os visitantes e a sociedade do entorno a terem maior vontade de contribuir para a conservação desses espaços, sem a precisão de deslocamento, para melhoria de vida.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições Setenta, 2011.
- BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. Planos de Manejo: Panorama, Desafios e Perspectivas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRGS**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 218-303, 2018.
- BENATTI, J. H. Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, dez. 1999.
- BLICHARSKA, M. et al. Shades of grey challenge practical application of the cultural ecosystem services concept. **Ecosystem Services**, p. 55-70, 2017. DOI: 10.1016/j.ecoser.2016.11.014.
- BRANDÃO, H. P.; GUIMARÃES, T. A. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo constructo? **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 1, p. 8-15, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000.
- CARNEIRO, R. **Perspectivas da gestão pública brasileira nas próximas décadas: avanços e desafios da profissionalização do aparato estatal**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015.
- CASTRO, R. B. de. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. In: **ENCONTRO DA ANPAD**, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006apsa-1840.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- CARVALHO, A. V.; BACKY, I. Patrimônio em Unidades de Conservação no Brasil: reflexões necessárias. **Mêtis: História & Cultura**, v. 17, n. 33, p. 307-324, jan./jun. 2018.
- DANIEL, T. C. et al. Contributions of Cultural Services to the Ecosystem Services Agenda. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 109, n. 23, p. 8812–8819, 2012. DOI: 10.1073/pnas.1114773109.
- DOWNING, D.; CLARK, J. **Estatística Aplicada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FREITAS, V. P.; CARELLI, P. Hipóteses e a relevância do tombamento do patrimônio cultural e natural no Brasil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Ano 9, n. 1, 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

- HERNÁNDEZ-MORCILLO, M.; PLIENINGER, T.; BIELING, C. An Empirical Review of Cultural Ecosystem Service Indicators. **Ecological Indicators**, v. 29, p. 434–444, 2013.
- HIRSENBERGER, H. et al. Collaborative projects in cultural heritage conservation – management challenges and risks. **Journal of Cultural Heritage**, 2018.
- HØLLELAND, H.; SKREDE, J.; HOLMGAARD, S. B. Cultural Heritage and Ecosystem Services: A Literature Review. **Conservation and Management of Archaeological Sites**, v. 19, n. 3, p. 210-237, 2017.
- LANGEMEYER, J. et al. Contrasting values of cultural ecosystem services in urban areas: The case of park Montjuic in Barcelona. **Ecosystem Services**, n. 12, 2014.
- LI, J. et al. Community participation in cultural heritage management: A systematic literature review comparing Chinese and international practices. **Cities**, v. 96, 2020.
- LIMA, G. S.; RIBEIRO, G. A.; GONÇALVES, C. Avaliação da efetividade de manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral de Minas Gerais. **Revista Árvore**, v. 29, n. 4, p. 647-653, 2005.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MEDEIROS, R.; PEREIRA, G. S. Evolução e implementação dos Planos de Manejo em Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 35, p. 279-288, 2011.
- MILCU, A. I. et al. Cultural ecosystem services: a literature review and prospects for future research. **Ecology and Society**, v. 18, n. 3, 2013.
- MINAS GERAIS. **Lei nº 18.030, de 2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.
- NETO, L. M. **Teoria das Organizações**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.
- NEUFELD, J. L. **Estatística Aplicada à Administração usando Excel**. São Paulo, 2003.
- NUNES, E. M. A.; ALMEIDA, W. M. **Estatística Aplicada usando Excel**. Maringá: Eduem, 2016.
- PANIAGUA, A. Local people unprotected by protected (depopulated) natural areas: the case of Sierra Norte Guadalupe, Spain. **Geojournal**, 2017.
- PINHEIRO, E. A. et al. Impactos ambientais na fauna silvestre causado pelo crescimento urbano da cidade de Manaus-AM. **GeSec: Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, Issue 5, 2023.

R CORE TEAM. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2023. Disponível em: <http://www.R-project.org/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ROCHA, M. I. C. Administração Pública, Princípio da Eficiência e Administração Gerencial. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, v. 5, n. 1, p. 58–75, 2019.

ROY, P. et al. A systematic review on climate change and geo-environmental factors induced land degradation. **Geological Journal**, v. 58, Issue 9, 2022.

SANCHEZ, M. L. et al. The potential role of cultural ecosystem services in heritage research through a set of indicators. **Ecological Indicators**, 2020.

SARDARO, R. et al. The conservation of cultural heritage in rural areas: stakeholders' preferences regarding historical rural buildings in Apulia, Southern Italy. **Land Use Policy**, 2021.

SBSTTA. Economic Valuation of Biological Diversity. **Convention on Biological Diversity**, UNEP/CDD/SBSTTA/2/13, jul. 1996.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

TENGBERG, A. et al. Cultural ecosystem services provided by landscapes. **Ecosystem Services**, v. 2, p. 14–26, 2012. DOI: 10.1016/j.ecoser.2012.07.006.

ZIMMERMAN, F. **Gestão da Estratégia com o uso do BSC**. Brasília: ENAP, 2015.